

CORPOS QUE FALAM:
MULHERES PERSEGUIDAS, MAS NÃO
SILENCIADAS PELA DITADURA MILITAR EM
PERNAMBUCO (1968-1974)



Luíza Vieira Cavalcanti



**CORPOS QUE FALAM: MULHERES PERSEGUIDAS, MAS NÃO SILENCIADAS
PELA DITADURA MILITAR EM PERNAMBUCO (1968-1974)**

LUÍZA VIEIRA CAVALCANTI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: LINGUAGENS, IDENTIDADES & ESPACIALIDADES

CORPOS QUE FALAM: MULHERES PERSEGUIDAS, MAS NÃO SILENCIADAS
PELA DITADURA MILITAR EM PERNAMBUCO (1968-1974)

LUÍZA VIEIRA CAVALCANTI

NATAL, 2024

LUÍZA VIEIRA CAVALCANTI

CORPOS QUE FALAM: MULHERES PERSEGUIDAS, MAS NÃO SILENCIADAS
PELA DITADURA MILITAR EM PERNAMBUCO (1968-1974)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Linguagens, Identidades & Espacialidades, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Prof. Dr. Durval Muniz Albuquerque Jr.

NATAL, 2024

LUÍZA VIEIRA CAVALCANTI

CORPOS QUE FALAM: MULHERES PERSEGUIDAS, MAS NÃO SILENCIADAS
PELA DITADURA MILITAR EM PERNAMBUCO (1968-1974)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

Prof. Dr. Duval Muniz de Albuquerque Júnior
Presidente

Profa. Dra. Susel Oliveira da Rosa
Examinadora Externa à Instituição

Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto
Examinador Interno

Prof. Dr. Bruno Balbino Aires da Costa
Examinador Suplente

Natal, 25 de setembro de 2024

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Cavalcanti, Luíza Vieira.

Corpos que falam: mulheres perseguidas, mas não silenciadas pela ditadura militar em Pernambuco (1968-1974) / Luíza Vieira Cavalcanti. - 2024.

162f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em História, Natal, RN, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Duval Muniz de Albuquerque Júnior.

1. Corpo Feminino. 2. Ditadura Militar. 3. Espaços. 4. Testemunho. 5. Tortura. I. Albuquerque Júnior, Duval Muniz de. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 94(81).88-055.2

*Às mulheres-mães que me inspiram e apoiam diariamente:
Cláudia Regina Barros (Mainha), Sônia Maria Costa, Fernanda
Vieira, Márcia Lima, Neide Lima e Aureti Barros (In
Memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma forma de creditar e lembrar de cada pessoa que cruzou meu caminho nessa trajetória, acadêmica e de vida, é um momento sentimental e de afeto, diante dos percursos muitas vezes solitários do processo de escrita e pesquisa. Início, portanto, meus agradecimentos relembro de cada uma das mulheres que tornaram possível a construção de uma história baseada em suas vivências e sobretudo resistência; em especial, sou muito grata a Helena Serra Azul Monteiro, Isanysis de Castro Cardoso, Lilia Maria Pinto Gondim e Maria Tereza Lemos Vilaça, que dedicaram tão solícitamente um pouquinho do seu tempo para conceder seus relatos à esta pesquisa que se apresenta.

Aos professores, todas e todos, que são indiscutivelmente a razão de eu ter chegado onde cheguei, caminhado por onde caminhei. Agradeço especialmente ao professor Dr. Durval Muniz de Albuquerque Jr., sou grata imensamente por, em primeiro lugar, ter abraçado a pesquisa e contribuído tanto com valiosas orientações. Acredito que cresci muito enquanto pesquisadora nesse processo de mestrado e grande parte disso devo a Durval. Em segundo lugar, agradeço a sua paciência e gentileza em compreender meus momentos de fraqueza e dificuldades, sendo sempre compreensivo e atencioso. Também presto um muito obrigada ao Prof. Dr. Walter Valdevino do Amaral, que me orientou durante a graduação, apresentando as possibilidades da vida acadêmica e sempre me estimulando a crescer e pesquisar. Hoje, sou grata por além de tudo poder contar com sua amizade, que se tornou um dos fortes pilares em que pude me apoiar, nos momentos em que pensei em desistir.

Eu não sou ninguém sem meus pais, a eles devo tudo e todos os agradecimentos possíveis. À Mainha, Cláudia Regina de Barros Vieira, agradeço por todos seus esforços para que eu trilhasse os caminhos que trilhei, você é minha luz e inspiração. Obrigada por sempre ter sido a leoa à defesa desta “tartaruginha da sala”, olha só onde chegamos juntas. A Paulo José Lima Cavalcanti, te agradeço imensamente por ser minha força motriz, por ser o meu painho. Tenho o privilégio de ser sua filha e poder me espelhar em ti nos momentos em que precisei levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima. Nossa jornada desde a escola até aqui não foi fácil, muitas vezes precisei dos seus conselhos valiosos e sua parcimônia. Sou grata por você nunca ter me deixado desistir e sempre ter lutado com unhas e dentes pelos meus estudos.

Ao meu marido, Carlos Vinícius Costa da Silva, não tenho palavras suficientes para descrever o quanto sou grata por ter você ao meu lado, sempre me motivando e incentivando diariamente. Não seria possível chegar aonde cheguei sem o seu amor e apoio, me admiro e inspiro diariamente em você. Obrigada por ter sido sempre minha fonte de motivação e aconchego diário, ter sido o lugar onde pude mostrar minhas fraquezas e ser acolhida, para poder ecoar ao mundo uma força que nem eu sabia que tinha. Minhas conquistas também são suas, assim como eu vibro sempre e me sinto parte de seu sucesso acadêmico, quero que você se sinta parte de tudo por aqui.

Aos meus demais parentes queridos, meus agradecimentos sinceros e afetuosos. Todos vocês são importantes, minha família é a base de tudo que eu sou, este trabalho não existiria sem a participação de cada um em minha vida. Destaco meus tios Márcia Lima, Clezed Santos e Fernanda Vieira, minhas primas Julieta Lima e Valentina Lima, minhas avós Neide Lima e Aureti Barros (*In Memoriam*) e meu avô Leonardo Cavalcanti (*In Memoriam*).

Aos queridos amigos que a trajetória acadêmica me presenteou: Beatriz Bianca Barbosa e Nicolas Nóbrega; sou muito grata pelo apoio e amor de vocês. Agradeço também à minha amiga e parceira de trabalhos Clara Maria Luna Varjão, você é uma grande inspiração para mim. Um agradecimento especial a minha companheira Janaína Porto Sobreira, que me acolheu nos percursos do mestrado e foi uma grande mentora na minha vida acadêmica. Aos meus amigos da vida: Susana Motta, Bruna Fiuza, Karolayne Silva e Vinícius Leoncio, foi uma felicidade e sorte conhecê-los nos percursos do mestrado, obrigada por estarem sempre aqui para me ouvir e oferecer apoio, nos momentos em que pensei que cairia.

Agradeço, por fim, a todos os órgãos, pessoas e instituições que tornaram esta pesquisa possível. À Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), à Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA) e à CAPES, órgão de fomento de fundamental importância para o desenvolvimento das pesquisas em nosso país. Agradeço a equipe de neurologia, psiquiatria, psicopedagogia e psicologia que estiveram ao meu lado, minando as dificuldades que minhas condições de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e dislexia, impuseram ao longo da minha vida e pesquisa. Sobretudo, agradeço à minha psicóloga, Carolina Souza Lins, que me acompanha desde a finalização de nossa graduação, pois nos formamos juntas, e vem sendo de grande importância durante toda trajetória do mestrado.

RESUMO

Este trabalho objetiva discutir sobre o processo de resistência das mulheres diante da Ditadura Militar e quais os principais mecanismos utilizados pelo estado para reprimir os corpos femininos, tanto política como culturalmente, no estado de Pernambuco entre os anos de 1968 e 1974. Dessa maneira, consideramos o corpo como um espaço onde se fundem carnes, físicas, com o subjetivo, impalpável, resultando em seres humanos que são simultaneamente mente e materialidade. Neste espaço se operam relações de poder, gênero e linguagem, e são essas relações que buscamos estudar ao longo da pesquisa. Através dos documentos oficiais, nos concentramos em definir uma amostragem para a realização da pesquisa e a partir dela realizar um panorama de quem eram as mulheres que estavam sob a mira da repressão e de que forma o sistema se empenhou para penalizá-las. Apesar disso, apenas o estudo com a documentação não seria suficiente para que pudessemos alcançar nossos objetivos com o trabalho de pesquisa. Isso porque apenas a partir de relatos seria possível analisar a perspectiva de quem estava do outro lado do documento: as mulheres. Realizamos, portanto, entrevistas com algumas das sujeitas que foram presas e perseguidas durante o período e acessamos testemunhos dados à Comissão Nacional da Verdade (CNV) e Comissão Estadual Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC). A História Oral permite um movimento de cruzamento entre dados oficiais documentados por órgãos e instituições com tudo aquilo que não foi escrito; os sentimentos, as violências, os pensamentos, as sensações e dores vivenciadas pelos corpos femininos.

Palavras-chave: Corpo feminino; Ditadura Militar; Espaços; Testemunho; Tortura.

ABSTRACT

This work aims to discuss the process of resistance by women during the Military Dictatorship and the main mechanisms used to repress female bodies, both politically and culturally, in the state of Pernambuco between the years 1968 and 1974. Thus, we consider the body as a space where flesh, physicality, and the subjective, intangible aspects merge, resulting in human beings who are simultaneously mind and materiality. Within this space, power relations, gender, and language operate, and it is these relationships that we seek to study throughout the research. Through official documents, we focused on defining a sample for the research and, based on it, conducting a prosopography, which is an overview of the women who were targeted by repression and how the system endeavored to penalize them. However, studying the documentation alone would not be sufficient to achieve our objectives in the research. This is because it is only through testimonies that we can analyze the perspective of those on the other side of the document: the women. Therefore, we conducted interviews with some of the individuals who were arrested and persecuted during the period and accessed testimonies given to the National Truth Commission (CNV) and the State Commission for Memory and Truth Dom Helder Câmara (CEMVDHC). Oral History allows for a cross-referencing of official data documented by organizations and institutions with everything that was not written down; the feelings, violence, thoughts, sensations, and pain experienced by female bodies.

Keywords: Female body; Military Dictatorship; Spaces; Testimony; Torture.

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

- Aerp:** Assessoria Especial de Relações Públicas
- AI- 1:** Ato Institucional Número 1
- AI- 5:** Ato Institucional Número 5
- ALN:** Ação Libertadora Nacional
- AP:** Ação Popular
- APEJE:** Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
- CEMVDHC:** Comissão Estadual Memória e Verdade Dom Helder Câmara
- CEP:** Comitê de tica em Pesquisa - Central UFRN
- CNF:** no Cadastro Nacional de Falecidos
- CNV:** Comissão Nacional da Verdade
- DCDP:** Divisão de Censura de Diversões Públicas
- DOI-CODI:** Destacamento de Operações de Informação e Centro de Operações de Defesa Interna
- DOPS:** Delegacia de Ordem Política e Social
- ESG:** Escola Superior de Guerra
- ESNI:** Escola Nacional de Informações
- EUA:** Estados Unidos da América
- JEC:** Juventude Estudantil Católica
- JOC:** Juventude Operária Católica
- NWC:** Nacional War College
- PCBR:** Partido Brasileiro Comunista Revolucionário
- PSD:** Partido Social Democrático
- SCDP:** Serviço Censura de Diversões Públicas
- SNI:** Sistema Nacional de Informações
- SSP:** Secretaria de Segurança Pública
- STM:** Supremo Tribunal Militar
- TSE:** Tribunal Superior Eleitoral
- UEP:** União dos Estudantes de Pernambuco
- UNE:** União Nacional dos Estudantes
- VPR:** Vanguarda Popular Revolucionária

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Três estágios de uma revisão bibliográfica efetiva.....	33
Figura 2 - Representação da quantidade de prisões por ano (1964-1985)	39
Figura 3 - Matéria sobre a morte de Anatólia.....	52
Figura 4 - Bolsa de Anatólia.....	52
Figura 5 - Alça utilizada como prova do suicídio.....	53
Figura 6 - Comparação entre o grau de escolarização de universitários por gênero no estado de Pernambuco.....	59
Figura 7 - Idade que as mulheres possuíam quando foram presas	73
Figura 8 - Nuvem de palavras, com base na Motivação dos Agentes	111
Figura 9 - Abaixo assinado contra prisão de Mércia.....	114

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I - PERNAMBUCO EM FOCO: MULHERES E A HISTÓRIA DA DITADURA MILITAR.....	34
Tópico 1 - Por onde começar?.....	34
Tópico 2 - Pernambuco entre expectativa revolucionária e prática conservadora	43
2. 1. A construção de um ideal regado à símbolos do Pernambuco libertário.....	43
2. 2. Às vias de fato: o posicionamento político do estado pernambucano diante da Ditadura	48
2. 3. Anatália Alves: estudo de caso sobre os efeitos da prática conservadora ditatorial para as mulheres	52
Tópico 3 - Características e engajamento político-social das mulheres perseguidas durante a Ditadura Militar em Pernambuco 1968-1974	58
CAPÍTULO II: O CORPO VIOLADO: VIOLÊNCIAS E REPRESSÕES NO ESPAÇO CORPÓREO FEMININO	79
Tópico 1 - Fundamentos sobre o Corpo Feminino como Espaço de Violência e Resistência	79
Tópico 2 - Rotina de violência: o mapeamento da repressão à mulheres no estado de Pernambuco	85
Tópico 3 - À Beira da Insanidade: Impactos da Tortura Psicológica no Corpo-Mente das Mulheres Sob o Regime Ditatorial.....	91
Tópico 4 - Tortura física: entrelaçamentos com a tortura psicológica a partir do espaço corpóreo feminino durante a Ditadura Militar	98
CAPÍTULO III – O CORPO RESILIENTE: A RESISTÊNCIA FEMININA CONTRA O REGIME DITATORIAL.....	111
Tópico 1 - Vozes Insubmissas: A Mobilização Feminina Contra o Regime Ditatorial	111
Tópico 2 - Estratégias de resistência feminina durante os anos 1968-1974.....	120
2. 1 Ativismo e Protestos: Ocupação pelas Mulheres dos Espaços Públicos e Políticos	121
2. 2 Resistência à Repressão: Estratégias de Enfrentamento à Violência Estatal	126
2. 3 Memória, trauma e testemunho: a utilização de relatos na construção da história da Ditadura, uma resistência continuada	131
Tópico 3 - Mães e Gestantes: O Corpo Feminino Como um Território Partilhado	139
3.1 Corpos em Conexão: Maternidade como Motivador da Resistência Feminina .	139
3.2 “Calanguinho”: Maternidade e Solidariedade Feminina sob a Ditadura Militar	145
CONSIDERAÇÕES INFINDAS	148
REFERÊNCIAS	151
ANEXOS.....	163
ANEXO I – Tabela completa com todos os processos utilizados na pesquisa.....	163
ANEXO II – Fotografia de Aureti Barros	163

INTRODUÇÃO

Não há pesquisa e escrita, sem desafios. Desafio, por sua vez, quando visto como substantivo pode ser confundido como sendo sinônimo absoluto de dificuldades, problemas e contratemplos - o que de fato também faz parte da realização de trabalhos científicos. Porém, ao explorar sua semântica, nos deparamos com definições para a palavra desafio que vão para além dessa perspectiva de impossibilidades. Vale lembrar que a palavra preliminarmente deriva de um verbo que para nós assume significados próprios e muito caros na apresentação desta dissertação: desafiar. Desafiar, neste sentido, vem de duas forças que se unem e movimentam a produção da nossa pesquisa: uma externa, a necessidade coletiva de entender e analisar, que muitas vezes é limitada por ausências (sejam elas, documentais, pessoais e da própria produção acadêmica); e outra interna, que depende da urgência individual, do desejo pessoal em saber, que por sua vez está a mercê das práticas e habilidades de quem realiza essa operação historiográfica.

Dessa maneira, o presente trabalho é tanto fruto de desafios internos e externos quanto é uma produção que se propõe a desafiar, instigar a quem lê e, sempre que possível, convidar a desestabilizar os sentidos comuns. Dentro dessa atmosfera de provocações históricas, portanto, o período que nos mobiliza a estudar fornece uma vasta gama de possibilidades para se tentar compreender o Brasil, com sua jovem e delicada Democracia, e as pessoas que o habitam, historicamente marcadas por processos de violências, resistências, apagamentos de memórias e lembranças. De maneira mais direta: esta pesquisa busca investigar como se deu o processo de resistência de mulheres à Ditadura Militar, instaurada no Brasil a partir do Golpe Civil-Militar de 1964, e quais os principais mecanismos utilizados para reprimir os corpos femininos, categoria espacial da nossa pesquisa, tanto política como socioculturalmente, no estado de Pernambuco, entre os anos de 1968 e 1974.

Aqui cabe, de antemão, esclarecer a utilização do termo “Ditadura Militar”, escolha que se sustentará ao longo do texto, e a não adoção do termo “Ditadura Civil-Militar” para nomear o período a ser estudado, como pode ser encontrado em outros trabalhos historiográficos. Concordamos com o historiador Carlos Fico (2017, p. 53), ao compreendermos que o golpe não foi apenas efetivado e articulado por militares, mas que teve apoio indispensável de parcela significativa da população, portanto, chamaremos, exclusivamente, o evento ocorrido em 1964, de Golpe Civil-Militar¹. Entretanto, no que

¹ Concordamos também com Saïd Farhat (2012, p. 19), pois apesar de alguns grupos, sobretudo compostos por militares, intitularem e defenderem o movimento de março de 1964 como uma revolução, não podemos

diz respeito ao regime, sua gestão e manutenção, ao longo de cerca de 25 anos, percebemos uma participação mais expressiva de agentes militares, o que leva a adotar o termo Ditadura Militar para nos referirmos ao governo do período. Isso, contudo, não sugere que não houve interação com setores da sociedade, ditos civis, ao longo da ditadura, mas reafirmo que sua direção política foi essencialmente promovida por militares.

Além disso, vale também salientar, que esta pesquisa tem o corpo feminino² como o principal protagonista de nosso estudo. Consideramos o corpo como sendo uma categoria espacial, como espaços configurados por elementos biológicos, mas que também se articulam com relações de poder, com saberes e códigos sociais e que estabelecem relações subjetivas³. A concepção de espacialidade que aqui se assume e que norteará este trabalho analisa o corpo como sendo um lugar de inscrição da história que, para além de seu estado físico ou da subjetividade que o habita, induz a pensar o ser humano como algo além do puramente biológico ou o puramente psicológico. Neste sentido, de acordo com a historiadora Michelle Perrot: “O corpo está no centro de toda relação de poder. Mas o corpo das mulheres é o centro, de maneira imediata e específica” (2005, p. 447). De certa forma, voltar-se para o espaço corpóreo feminino é considerar que ali naquela materialidade, no limite das carnes, fabricam-se indivíduos e são operadas relações de poder e de gênero por intermédio de várias linguagens: dos gestos, das posturas, dos rostos, das roupas, dos artefatos, etc.

É fato que a categoria mulher e corpo feminino, que abordaremos neste trabalho, será melhor explicitada ao longo da dissertação, porém ressaltamos que essencialmente o material de pesquisa utilizado nos possibilita tratar de uma vasta gama de variantes para tentar compreender a violência institucionalizada no período ditatorial, com ênfase naquelas práticas que se deram nas instituições de vigilância e repressão da região Nordeste. Isso porque o recorte de gênero é um fator que influencia na configuração da repressão àqueles corpos, mas não é o único.

aceitar o uso dessa nomenclatura. Embora parte da população civil tenha apoiado o golpe de Estado, ele foi iniciativa de uma elite militar, com o intuito de estabelecer a manutenção e restauração da situação política do país, não de provocar mudanças profundas na estrutura da sociedade, que é o que classifica atos revolucionários.

² Ao estudar o corpo feminino, emergiu uma questão que discutiremos mais a fundo no próximo capítulo: do que se faz valer a categoria mulheres? Isso porque, tomando como base as discussões produzidas por Butler (2017), Preciado (2018), Davis (2016) e Riley (1990), levamos em consideração que a definição de mulher possui cargas históricas e culturais que necessitam ser analisadas e problematizadas a fundo, sendo impossível tomar como pressuposto a estrutura externa da genitália que as carnes possuem, ou mesmo se excluir os aspectos de raça e classe das análises.

³ Cf: SILVA, et. al., 2013, p. 85-142.

As vivências e memórias das mulheres aqui estudadas são de ex-presas políticas que estavam ligadas a pessoas e movimentos de resistência ao regime político vigente, mas que de alguma forma tiveram Pernambuco como destino. Assim, esses corpos que são entendidos como fazendo parte da esfera pública⁴, no período da Ditadura, também foram enxergados como abjetos⁵, como subversivos e terroristas, que não deveriam ter direito a uma vida digna, ou mesmo o direito ao luto após as suas mortes.

Achille Mbembe (2018) argumenta que a história humana é marcada pelo uso estatal de massacres e extermínios, e, com base na biopolítica de Foucault⁶, define o poder contemporâneo do Estado como necropolítica, ou seja, o poder de decidir quem vive e quem morre. O Estado, que por sua vez é composto por indivíduos, é marcado por relações e hierarquias de gênero, raça, classe, etnia, sexualidade, religião, e por toda uma carga cultural herdada e repassada de geração em geração. A necropolítica se apresenta na Ditadura Militar de maneira latente e evidente, quando a vida passa a ser institucionalmente descartável em nome da manutenção de uma ideologia que se mascara de combate à ameaça comunista, e se afirma na ideia de defesa da segurança da nação brasileira.

Esta pesquisa, como é esperado em trabalhos científicos da História, se realiza estabelecendo recortes temporais. Partimos de uma seleção de elementos que desenham precisamente o que (quem e quando) buscamos investigar. Aliás, o ato de delinear, para nós, sempre esteve saliente na ordem de importâncias de uma produção histórica. Um dos primeiros recortes que pensamos foi o temporal, estabelecendo uma reflexão de quais anos poderiam nos trazer mais informações sobre a repressão durante a Ditadura, tendo em mente a viabilidade para cumprir o prazo que tínhamos para realização da pesquisa. Com isso, nos centramos nos anos de 1968 como o marco inicial, já que a decretação do Ato Institucional Cinco (AI-5) poderia ter impactado no fluxo de registro de processos em documentos oficiais; e, como marco final 1974, que é último ano do governo de

⁴ Em consonância com a teórica de gênero e raça, de Kimberlé Crenshaw (2002, p. 172), há uma particularidade na maneira e com que os Direitos Humanos se estenderam a mulheres, pois em Estados ditatoriais as violações aos seres humanos são consideradas como igualmente graves e são levadas em consideração, independente do gênero, raça, etnia, sexualidade, entre outros. Porém, em sua grande maioria, os corpos femininos, sobretudo negros, pobres e indígenas, já ocuparam durante muitos anos, e ainda ocupam, uma esfera pública e não privada. Neste caso, as violências que sofrem tendem a ser relevadas, já que não são vistas como uma ruptura da integridade individual.

⁵ No sentido do conceito de abjeção cunhado pela filósofa Julia Kristeva (1982, p. 3), depois revisitado por Butler (2017, p. 229) para se discutir pessoas que são abjetas por transgredir as materializações do corpo.

⁶ De maneira simplificada, de acordo com Foucault (2020), a biopolítica se apresenta quando, a partir do século XVIII, os sistemas de governo adotam estratégias políticas visando o governo dos mecanismos biológicos humanos, entre eles a saúde, a higiene, a sexualidade etc. Por outro lado, o biopoder (FOUCAULT, 2008), está atrelado ao exercício dessas práticas da biopolítica, ao passo que é uma forma de poder que visa disciplinar os corpos e regular os indivíduos.

Emílio Garrastazu Médici, considerado o período mais cruel do regime ditatorial em termos de tortura e perseguição. Mas o recorte temporal não é o único com o qual nos pautamos em nossa pesquisa, pois tratamos de nichos específicos ao pesquisar mulheres e o estado de Pernambuco.

Dessa maneira, buscamos estudar e problematizar vivências de corpos femininos durante o período da Ditadura Militar, especificamente no estado de Pernambuco, entre os anos de 1968 e 1974. A escolha desse objeto de pesquisa partiu também de um interesse pessoal em conhecer mais sobre as mulheres no Nordeste. Sempre tive curiosidade em aprender e contribuir para uma escrita da história que se centrasse em Pernambuco, minha terra natal, e corpos femininos, uma temática que me toca profundamente enquanto mulher e pesquisadora. Desde a graduação, me aproximo de pesquisas que se esboçam a partir da perspectiva de gênero, em períodos cuja historiografia ainda possui percursos a se explorar, tanto sobre esse espaço quanto sobre essas personagens.

Além da motivação subjetiva da escolha da temática, há também o desafio acadêmico e social, sobretudo levando em consideração o contexto de escrita e pesquisa em que essa dissertação foi produzida e finalizada. O ano de 2022, no qual se inicia este trabalho de mestrado, foi marcado por grandes acontecimentos, tanto em nível internacional, como nacional e também na minha vida pessoal. Por outro lado, 2024, quando estamos findando o processo de escrita desse trabalho, é o ano em que se completa 60 anos do Golpe Civil-Militar. Portanto, acredito que é cabível, nesta introdução, explicitar que um trabalho científico não se dissocia de quem o produz, bem como dos “ondes”, “quandos” e “comos”, tão importantes para se compreender a construção da historiografia. Dessa forma, estudar e procurar promover o protagonismo feminino seria para mim, que já havia trabalhado com pesquisas no campo dos estudos de gênero desde a graduação e sou uma mulher que sempre busca conhecer mais sobre e ter inspirações na trajetória de outras, uma urgência própria.

O Brasil, por sua vez, estava em um momento conturbado no início do nosso trabalho, em decorrência da pandemia do COVID-19, um vírus de alta disseminação que paralisou o mundo inteiro e, no país, causou mais de 700 mil mortes. A dor da perda de entes queridos veio acompanhada do sentimento latente de não poder sofrer o luto de maneira plena, já que os rituais fúnebres apresentavam risco à saúde pública:

A exigência do luto como posição ética, a fim de não naturalizar as vidas perdidas, ficou evidente durante a pandemia, mas só porque já era assim antes. A tragédia das mortes por covid-19 no Brasil é dupla, está tanto no descaso com a vida quanto no desprezo em relação aos mortos,

expressos na ausência de demonstração de luto público. A ausência de práticas de celebração e rememoração é a marca do desamparo coletivo que vem se somar ao desamparo singular do sujeito enlutado. Se a contagem das mortes por covid-19 assusta pela sua monstruosa grandiosidade, a conta dos assassinatos cometidos pela Polícia Militar assombra pela persistência. (RODRIGUES, 2021, p. 14).

De acordo com a filósofa brasileira Carla Rodrigues, em sua leitura da obra da filósofa Judith Butler, viver o luto é também algo cultural. Se apresenta tanto como uma condição humana, como uma demarcação da distinção de quais vidas são vivíveis, de quais vidas importam. Não ter direito ao luto trouxe às pessoas uma dor que há muito tempo vem sendo nutrida por quem perdeu alguém no período ditatorial, assassinadas/os pela repressão, e nunca tiveram a oportunidade de saber o que lhes aconteceu, de sofrer pelas suas perdas.

Em todo mundo, vários conceitos e modos de enxergar a vida, o trabalho, a educação e as relações humanas foram ressignificados com a pandemia. Com eles, os procedimentos históricos também precisaram seguir o curso de mudanças e se adaptar à realidade que vivenciávamos. Apesar da realização desta pesquisa contar com um certo afrouxamento nas medidas de segurança de isolamento e ampliação do acesso às vacinas, a dificuldade do acesso aos arquivos e de encontros presenciais para realização de entrevistas marcaram os caminhos do nosso trabalho. No entanto, diante dos desafios também foram abertas novas possibilidades: a disponibilidade de acervos online e até mesmo contato com outras pesquisadoras em busca de documentações já digitalizadas, possibilidade de entrevistas remotas com mulheres em diversos estados do país, relatos já publicados, entre outras ferramentas digitais que tornaram essa operação historiográfica, ao seu modo, instigante.

A opção pelo período ditatorial também merece ser destacada. Dentre os desafios enfrentados pelas sociedades ocidentais, no tempo presente, estão o negacionismo e as *fakenews*⁷, palavras ditas frequentemente no mundo digital. A consolidação da área da história como conhecimento científico, que se deu com muita luta no passar dos séculos, se vê constantemente questionada não apenas pela população, como estimulada por discursos políticos. Essa estratégia de negar o discurso científico vem sendo largamente utilizada e fomentada, e cada vez mais parece ser tomada como narrativas plausíveis e disseminadas através da internet. O Brasil, desde o fim da década de 1970, vive uma

⁷ Este é um termo utilizado do inglês que significa notícias falsas, refere-se à disseminação deliberada de desinformações a partir dos mais variados veículos de comunicação. Para mais informações acessar: <<https://www.tre-pr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Setembro/como-identificar-fake-news-na-duvida-nao-compartilhe-1>> Acesso: 20 out. 2024.

espécie de existência paralela, onde encarar a real face do que foi vivido durante os anos de Ditadura Militar não é cogitado.

Em 1979, foi sancionada pelo então presidente João Batista Figueiredo, a lei nº 6.683, mais conhecida popularmente como Lei da Anistia. Apesar do texto ser bem claro quanto à sua função em defender o Estado Democrático, ou seja, assegurando que estariam excluídos de seus benefícios de anistia pessoas condenadas por terrorismo, atentado pessoal, sequestro e assalto, a interpretação da lei acabou por isentar os crimes cometidos pelos agentes da repressão, os colocando no mesmo lugar das pessoas perseguidas e encarceradas, classificadas como “presas políticas”. Neste sentido, concordamos com o filósofo chileno Vladimir Safatle:

Às vezes, perdemos a capacidade de enxergar o caráter absurdo de exceção que cela o destino do nosso país. Como se não bastasse o fato do Brasil ser o único país da América Latina onde a Lei de Anistia vale para acobertar crimes contra a humanidade, como o terrorismo de Estado, a tortura e a ocultação de cadáveres, o único país onde as Forças Armadas não fizeram um mea-culpa sobre o regime militar, onde os corpos de desaparecidos ainda não foram identificados porque o Exército teima em não dar tais informações, descobrimos que, caso a anistia contra tais carrascos seja suspensa, ministros do STF estariam dispostos a condenar também militantes da luta armada contra o regime militar por assassinato e tortura. (SAFATLE, 2019, p. 14).

Desse modo, a lei deveria servir para garantir que no Estado de Exceção em que o país se encontrava, as pessoas que resistiram ao regime ditatorial não fossem punidas pelas suas ações contrárias à uma legislação criada pelos seus opressores. No entanto, ela também permitiu que torturadores, militares, e todos os responsáveis pela violência contra a população civil, saíssem ilesos de seus crimes contra os Direitos Humanos. Destarte, iniciou-se um processo de apagamento, ou melhor, suavização do que aconteceu; se não houve condenações, perícias e punições, logo nada de muito grave poderia ter ocorrido. Além disso, parte das famílias ficou sem poder fazer os rituais de luto por seus entes desaparecidos e assassinados pelos agentes militares e as pessoas que foram lesadas, não puderam obter justiça, já que não houve investigações.

Contudo, isso não foi suficiente para impedir o interesse das pessoas em saber mais sobre a Ditadura Militar, muito menos para calar as vozes de quem sofreu com a repressão. Dessa maneira, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff⁸ foi

⁸ Nascida em Belo Horizonte, no dia 14 dezembro de 1947, desde a adolescência esteve envolvida com movimentos sociais e demonstrava interesse pela política. Foi presa e torturada durante o período da Ditadura Militar, devido às participações em organizações de militância. Em 2010, foi eleita presidente do Brasil, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo (Cf: POLLAK, 2022, p. 50-102).

instaurada, a partir de 2011, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e, com ela, foram criadas comissões estaduais, no intuito de investigar as violações aos Direitos Humanos cometidas durante o período ditatorial. Em consequência desse movimento de busca pela verdade, detalhes que até então estavam adormecidos, foram colocados em evidência, através da escuta das vítimas, das testemunhas, dos depoimentos de agentes da repressão e com a realização de novas perícias.

O conhecimento histórico, por seu turno, se beneficiou em larga medida com os resultados alcançados pelas Comissões da Verdade. Entretanto, em anuência com as palavras do pós-doutor em estudos de violência Pablo Almada:

[...] se o negacionismo pode ser entendido como uma manipulação política da história, ele pretende não apenas eximir a culpa de algozes quanto a determinadas violências e extermínios, mas apagar os próprios fatos e sua memória, para que não exista (sic) algozes e que estes sejam vistos como heróis. (ALMADA, 2021, p. 3).

Dessa maneira, no mesmo passo em que as políticas públicas serviram ao projeto de trazer a “verdade” sobre o período ditatorial, um contramovimento também foi sendo alimentado por parte da classe política e pelos membros das Forças Armadas. A pesquisa do autor acima citado, sobre os discursos do político Jair Messias Bolsonaro, revela que desde o início do funcionamento da CNV o então Deputado Federal e seus apoiadores se mostraram contrários às investigações, apoiando-se em afirmações negacionistas e notícias falsas para justificar suas posições. Ademais, ele também promovia em seus discursos uma exaltação do regime ditatorial e dos agentes militares.

Isso ficou ainda mais evidente durante a votação, na Câmara dos Deputados, que instaurou o processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, na qual Bolsonaro saudou, em seu voto, um dos torturadores mais citados na CNV, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra⁹. No decorrer do mandato presidencial de Bolsonaro (2018-2022), o movimento bolsonarista se mostrou ainda mais engajado na promoção dessa negação histórica da tortura e na exaltação da Ditadura Militar, através das redes sociais. Não apenas isso, o negacionismo e disseminação de *fakenews* em seu governo atingiu o ápice durante a pandemia, quando à ciência como um todo sofreu com cortes de verba, descredibilização de profissionais e falta de incentivos políticos¹⁰.

⁹ Cf: MAZUI, 2019.

¹⁰ Cf: RATHSAM, 2011.

Em decorrência do resultado das eleições de 2022, com a terceira eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o movimento de apoiadores de Bolsonaro assumiu um tom antidemocrático. Manifestações e atos terroristas aconteceram em todo o país, questionando o resultado das eleições e clamando por medidas contra as instituições democráticas. Com cerca de uma semana de governo Lula, em janeiro de 2023, grupos terroristas invadiram as sedes dos Três Poderes, realizando ataques e depredando o patrimônio público¹¹. Os pedidos por intervenção militar não vêm desacompanhados, pois a disseminação de discursos não apenas nega a existência da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), mas inverte o discurso, colocando instituições como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na posição de opressores e ditadores.

Em face a tais movimentações, se fez crescente em mim o desejo de estudar sobre a Ditadura, no intuito de contribuir com a reavaliação dessa história. Esse sentimento só foi aumentando à medida que os debates sobre a situação da Democracia brasileira, bem como a experiência ditatorial mais recente, foram tomando cada vez mais evidência ao longo do processo de pesquisa. Além disso, nesse movimento de falar sobre o regime, também se somou a urgência de trazer a vivência das mulheres que foram perseguidas e violentadas, mas que a todo momento resistiram. Afinal, a manutenção da memória dos acontecimentos serviu de motivação para que muitas pessoas continuassem lutando pela democracia, ainda que a violência contra seus corpos fosse o custo.

Com efeito, os anos de 1964 a 1985 no Brasil ficaram caracterizados, dentre muitos aspectos, pelo acometimento de um processo ditatorial, através de um golpe promovido por militares, com apoio de parcela significativa da população. A partir da construção narrativa de uma ameaça comunista, o período é caracterizado por perseguições violentas do Estado a diversos setores da sociedade, dentre os quais destacamos movimentos artísticos e políticos, jornais, universidades e sindicatos. A Ditadura Militar significou muito mais do que um sistema de governabilidade; para conseguir se legitimar e ter um amplo alcance popular, o regime se apoiou no uso da repressão para estabelecer o controle ideológico e econômico da sociedade. Dessa maneira, a situação política impactou todas as instâncias sociais, carregando consigo marcas de violência contra a população, que por sua vez resistia e se rebelava contra o governo.

¹¹ Cf: G1, "O dia em que bolsonaristas invadiram o Congresso, o Planalto e o STF: como isso aconteceu e quais as consequências", G1, 8 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml>. Acesso em: 16 ago. 2024.

De acordo com o historiador e sociólogo Luís Fernando Ayerbe (2004, p. 17), em face as disputas entre capitalismo e comunismo que tomou conta do mundo pós Segunda Guerra Mundial, a efetividade da Revolução Cubana (1959) demarca a influência soviética tanto geográfica como simbólica e politicamente no continente americano. Os Estados Unidos, na tentativa de manter aliadas as nações próximas, assume a posição de apoiar intervenções militares em todo território latino-americano, que levantassem a bandeira capitalista acima de qualquer agenda política. No Brasil, estratégia de contenção comunista se deu a partir de uma associação entre planos econômicos, políticos e ideológicos, que se sintetizaram em uma Doutrina de Segurança Nacional.

Um dos principais teóricos dessa doutrina, que endossou o regime ditatorial, foi o general do exército Golbery do Couto e Silva. Dessa forma, consoante o cientista social José Wilson Assis Neves Júnior: “Os elementos ideológicos da doutrina golberyana de Segurança Nacional perpassaram tanto a formação quanto a atuação dos agentes de informação e repressão que constituíram o aparato estatal do período” (2019, p. 62). A valer, os princípios anticomunistas que embasaram a Ditadura impactaram sumariamente na postura assumida pelos militares durante o período.

Em concordância com o historiador Carlos Fico (2017), salientamos que a princípio a historiografia sobre o período encontrou-se em face de diversas dificuldades metodológicas, muitas vezes impeditivas, entre elas sobretudo o acesso restrito à documentação e sua escassez. Além disso, existia uma predominância da abordagem da temática por parte das Ciências Políticas, tendo em mente que: “As informações disponíveis sobre a ditadura provinham da imprensa, de discursos oficiais e de depoimentos ou memórias: são recentes os trabalhos que têm acesso a grandes fundos documentais.” (FICO, 2017, p. 7). Vale ressaltar, portanto, que a ampliação dos tipos de documentos tidos como relevantes para a História deve ser considerados ao se observar esse processo de formação da memória histórica da ditadura.

Ademais, conforme discutido, a escassez de fontes deixa de ser um problema tão significativo, pois além da preservação e abertura de acervos documentais, os relatos e as revisões realizadas pelas Comissões da Verdade deram um maior respaldo para o estudo do período. Desse modo, podemos considerar que:

Se o desafio anterior eram as fontes, passou a ser, então, a análise, o estabelecimento de novas interpretações e de hipóteses explicativas – etapa do conhecimento evidentemente mais difícil e que, por isso mesmo, tem suscitado alguns debates. (FICO, 2017, p. 8).

Em decorrência de tudo isso, a partir dos anos 2010, houve um maior interesse tanto por parte da população como da comunidade científica de investigar o período da ditadura de 1964 mais a fundo, principalmente em virtude de novas informações e documentações a serem estudadas. Toma-se consciência de como o narrar dessa História poderia ser significativo para questionar o sentido de nação brasileira e também para se discutir os valores da democracia. Desse modo, além dos desafios impostos pelo tempo, já que sua passagem é acompanhada pela perda de vestígios, há também os desafios de narrar, construir e reconstruir interpretações não só sobre o que aconteceu, mas também sobre o que ainda acontece no presente, as permanências que podemos observar de traços desse período no tempo presente.

Contudo, ainda que se tenha uma vasta produção sobre os homens que viveram durante a ditadura, é perceptível uma historiografia mais limitada sobre outros grupos, como é o caso das mulheres. Em termos quantitativos, encontram-se menos materiais específicos sobre escritoras, políticas, militantes etc., que passaram pelos processos de repressão e, quando há, é mais difícil estas figuras se localizarem na região Nordeste e, particularmente, em Pernambuco, já que estamos falando de apenas um dos estados dos 9 que compõe a região. Ainda que este seja um dos que teve maior participação na contestação ao regime, o volume de trabalhos sobre Pernambuco quando comparado a estados do sudeste é mais reduzido. Por mais que a historiografia esteja cada vez mais se aproximando de uma produção mais inclusiva, ressaltamos, em concordância com a historiadora Ana Maria Colling, que:

A história da repressão durante a ditadura militar e assim como a oposição a ela é uma história masculina, assim como toda a história política, basta que olhemos a literatura existente sobre o período. As relações de gênero estão aí excluídas, apesar de sabermos que tantas mulheres, juntamente com os homens, lutaram pela redemocratização do país (COLLING, 2006, p. 174).

Deste modo, a memória do período ditatorial brasileiro, apesar do crescente estímulo para a investigação sob novas perspectivas, ainda possui a construção sólida de um ideário que é essencialmente cis-masculino, geograficamente centrado no Centro-Sul do país. Contudo, não se pode ignorar que apenas documentar as ações das mulheres não se faz mais suficiente para compreender a necessidade de estudá-las. Dessa forma:

Devemos buscar entender a complexidade da atuação feminina na experiência histórica. Não podemos colocá-las de um modo simplificado, numa dualidade, com uma exemplificação de mulheres

vítimas e outras contrariamente rebeldes. Há uma pluralidade neste sentido, elas estão e atuam de diversas formas, a depender das circunstâncias que lhe são apresentadas. (POLLAK, 2022, p. 29).

Acreditamos, com isso, ser indispensável para nossa pesquisa tecer problematizações a respeito das relações de gênero e como elas impactam na dinâmica das vivências das mulheres que sofreram a repressão ditatorial. Soma-se a isso o entendimento que classificar os corpos femininos em uma categoria hegemônica ou homogênea de mulheres seria um equívoco. A pluralidade de signos e significados que dão sentido aos seres humanos faz com que os gêneros sejam um fator relevante, mas não o único.

Nesse prisma, torna-se fundamental para nós estudar como as histórias dessas mulheres na Ditadura se cruzaram com as movimentações sociais existentes no país e a quais recortes de classe e raça elas pertenciam. Além disso, é também notável que não apenas quanto aos corpos, os agentes participantes dessa história ditatorial, são marcados pelo protagonismo de um gênero predominante. Neste sentido,

Após os 50 anos do golpe civil-militar que implantou, por 21 anos, um regime ditatorial no Brasil, muito se tem discutido e pesquisado sobre o tema, no entanto, os impactos da ditadura no Nordeste brasileiro ainda devem ser melhor estudados, bem como seus aspectos desenvolvimentistas, sobretudo aqueles relacionados à ciência e à tecnologia. A compreensão do desenvolvimento científico durante esse período da história do Brasil não tem sido uma tarefa fácil, pois, se por um lado o regime militar prendeu, torturou, exilou, cassou direitos políticos de civis e militares, avessos a suas diretrizes ideológicas, ao mesmo tempo, constituiu uma das mais consistentes redes de investimentos em educação superior, ciência e tecnologia no país. (CLEMENTE, 2017, p. 596).

Salientamos que devido ao funcionamento de órgãos administrativos e também de instituições e movimentos sociais terem se aglutinado no Sudeste do país, durante o regime militar, com ênfase no eixo Rio-São Paulo, é frequente se pensar a experiência dessa região como o retrato, ou melhor, a paisagem do período ditatorial. Os impactos de todos esses processos em outros espaços, portanto, ficam em um plano secundário, visto que as regiões Nordeste e Norte foram silenciadas não apenas durante, como após a Ditadura em termos de narrativa.

Desde a instauração do Golpe de 1964, parte da documentação e dos próprios integrantes de grupos revolucionários foram enviados de outras regiões para o Rio de Janeiro e São Paulo, em prol de ampliar a inteligência militar e a repressão aos corpos. Além disso, os estudos sobre a resistência no período não só foram majoritariamente

produzidos nesses locais como os têm como espaço de referência e observação. Como resultado de tudo isso, menos se descobre e discute sobre as produções ou atividades artísticas, científicas e tecnológicas da época produzidas para além desse recorte espacial. Dado que significativa parte das informações já se perdeu, devido inclusive aos processos de repressão do governo, quanto mais se restringe a área de estudo, no sentido geográfico e territorial, menos se compreende os impactos do regime nas mais diversas áreas do Brasil. Isso porque o país é diverso em termos de cultura, é extenso e multifacetado, não podendo, portanto, correr o risco de ser tomado como uma unidade.

A historiadora e psicóloga Cecília Coimbra (2004), observa que o processo de apagamento de corpos femininos durante a Ditadura passa a se enraizar na produção acadêmica, colaborando para a construção de uma memória excludente. Assim, podemos constatar que a violência estatal naquele momento se torna factual e cristalizada à medida que ultrapassa sua época e as trajetórias de determinados grupos são invisibilizadas, como por exemplo mulheres, pessoas LGBTQIA+, negras, indígenas, pobres, entre outras. Porém, ainda que a documentação oficial e a literatura do período não demarquem e enfatizem as violências sobre os corpos femininos em Pernambuco, as marcas que foram impressas sobre eles tornam vívida a memória dessas experiências. Com isso,

[...] apesar desse poderio, essa história não tem conseguido ocultar e mesmo eliminar a produção cotidiana de outras histórias. Apesar dessas estratégias de silenciamento e acobertamento, essas outras histórias vazam, escapam e, de vez em quando reaparecem, invadindo muitos de nós. Por isso, falar delas é afirmar/fortalecer uma certa memória ignorada, desqualificada, negada (COIMBRA, 2004, p. 47).

Com isso, buscamos contribuir para uma História que privilegie a análise das vivências e atuações de mulheres em Pernambuco, considerando que o espaço de uma nação possui divisões internas relevantes e que o povo que a compõe é diverso e heterogêneo. A experiência ditatorial se articulou de maneiras específicas em todo o território brasileiro. Ainda que se tenha uma maior ênfase em determinados estados e grupos, é notável que houve setores revolucionários e operações de repressão em todos os lugares. Desse modo, não se faz mais suficiente para a historiografia tomar a nação como sendo uniforme, pois para se compreender o período é também necessário considerar as especificidades de seus espaços.

A metodologia que utilizamos para atingir os nossos objetivos com esta pesquisa se divide em três etapas: a elaboração de um levantamento bibliográfico sobre a temática, o trabalho com as fontes documentais (documentação oficial) e trabalho com as fontes

orais (testemunhos e entrevistas). Desse modo, o primeiro momento da realização da pesquisa teve como principal foco selecionar artigos científicos e livros que nos auxiliasse a compreender melhor as fontes que seriam estudadas ao longo da pesquisa. Em seguida, nos focamos no trato de documentos oficiais, triá-los e analisá-los. Já o terceiro momento ficou mais voltado para a realização de entrevistas e/ou o levantamento de relatos publicados de pessoas disponíveis (mulheres cujos nomes estão presentes na documentação oficial), tendo sido necessário contactá-las, realizar entrevistas, transcrever e analisar o material.

Com efeito, algumas correntes filosóficas do século XIX, que estiveram relacionadas ao processo de consolidação da História como ciência, enfatizaram a utilização deste tipo de documentação, oficial e escrita, como única fonte viável para a produção historiográfica, por acreditarem que elas possuíam maior confiabilidade do que outros tipos de documentação, com destaque para as fontes orais. De acordo com as pesquisadoras Crislane Azevedo e Maria Inês Stamatto, na lógica dessa linha de pensamento: “A história científica, portanto, seria produzida por um sujeito neutro que evitaria hipóteses, não julgaria e não problematizaria o real. O passado seria reconstruído minuciosamente, por uma descrição definitiva, construída a partir de documentos escritos e oficiais” (2010, p. 712). Apesar desse viés de utilização de documentos como fontes primárias persistir na historiografia, muitas coisas mudaram na maneira como fazemos a utilização desses materiais de pesquisa e enxergamos a questão da neutralidade de uma produção científica.

Embora ainda seja muito utilizada e difundida a distinção entre materiais primários e secundários de pesquisa, em nossa pesquisa, acreditamos não ser possível estabelecer uma hierarquização das fontes. Ao passo que novas possibilidades de pesquisa para História foram sendo consideradas, como a utilização de testemunhos, obras literárias e de outras artes, por outro lado: “As fontes primárias apresentam-se na contramão desse processo: são concretas, materiais e palpáveis” (ZILBERMAN, et al, 2004, p. 15). Contudo, como argumentaremos ao longo dos capítulos, as documentações consideradas primárias também são produto de uma série de influências socioculturais e, como são produzidas por seres humanos, estão sujeitas às mesmas parcialidades que os demais tipos de materiais.

Os documentos selecionados para análise na primeira etapa foram sobretudo dois tipos de documentação provenientes de dois acervos diferentes. A princípio as fontes seriam apenas oriundas do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), o acervo físico, que fica localizado na Rua Imperial, 1069, bairro São José, em Recife. O

arquivo conta com processos que foram produzidos pelo Departamento de Ordem Política e Social durante todo período da Ditadura, como os prontuários individuais de presas e investigadas. Contudo, com a busca no material do acervo, percebemos que grande parte dos documentos não seriam documentos viáveis para a pesquisa por se tratar de documentações de outros estados, enviadas à Pernambuco.

Dessa forma, visando otimizar a pesquisa documental, contamos com o acervo digital da Comissão Estadual Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC)¹², que disponibilizou processos de indenização requeridos por ex-presos políticos, do estado de Pernambuco, no período ditatorial. Com isso, tomamos como base a documentação desses processos e através da sua leitura também foi possível identificar outros nomes, que não chegaram a ser processados pelo Estado, mas que estiveram envolvidos com os movimentos de resistência ao regime ditatorial. Isso nos norteou para a busca dos prontuários individuais no APEJE, pois a documentação que não estava digitalizada pôde ser facilmente encontrada no acervo físico, com base nos nomes encontrados nos processos de indenização.

A História Oral, por conseguinte, “[...] é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana” (FREITAS, 2006, p. 18). Por se tratar de um período recente, é possível encontrar não apenas documentos adormecidos nos arquivos, mas também pessoas envolvidas nos processos que se encontram vivas. Desse modo:

Esses documentos afetam, de forma direta, a sociedade em que foram produzidos e recuperados (Estados, agentes de repressão, vítimas, familiares, organizações de Direitos Humanos, Forças Armadas), principalmente porque, no caso das ditaduras militares, seus protagonistas ainda estão vivos e por constituírem fatos do passado recente e dessas sociedades (BAUER; GERTZ, 2015, p. 178).

Com isso, a possibilidade de acessar testemunhos de algumas das pessoas arroladas nos processos permite estabelecer um cruzamento dos dados dos relatos com os dados da documentação, enriquecendo o estudo. Foram utilizados depoimentos já publicados, ou produzidos através de entrevistas durante a pesquisa. Tivemos, portanto, o intuito de criar oportunidades nas quais essas mulheres pudessem relatar sobre suas vivências, fornecer informações que não podem ser encontradas nos documentos oficiais, como as perseguições que sofreram do Estado, através de suas próprias memórias.

¹² Disponível em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-da-verdade>>. Acesso: 9 jan 2023.

Conseguimos contactar e realizar encontros com quatro mulheres: Helena Serra Azul Monteiro, Isanysis de Castro Cardoso, Lilia Maria Pinto Gondim e Maria Tereza Lemos Vilaça.

Além das entrevistas realizadas durante a pesquisa, outros materiais de relato foram utilizados para enriquecer nosso trabalho. Compreendendo que parte das pessoas envolvidas nos processos acabaram falecendo por inúmeros fatores, tanto durante o período ditatorial como após, testemunhos, entrevistas e relatos já publicados anteriormente nos ajudaram a acessar a memória daquelas mulheres através de seus discursos. Com isso, testemunhos disponibilizados pelas CNV e CMVDHC, entrevistas e documentários também nos forneceram fontes para a análise, que puderam ser adaptadas ao esquema semiestruturado de entrevistas.

O trabalho com História Oral exige, portanto, especificidades para as quais os historiadores precisam atentar. De acordo com o historiador Alessandro Portelli (2006), ao narra sobre algo, cada pessoa busca trazer suas perspectivas diante dos acontecimentos e é função de quem produz história como ciência não apenas veicular o que é narrado, mas historicizar os personagens, exercendo um papel dialógico e corretivo. Esse tipo de metodologia se propõe a ser uma troca humana, que dá ao historiador(a) uma grande responsabilidade na delimitação de temas e personagens. Somando-se a discussão, trazemos as palavras da historiadora Priscila David:

Por isso, devemos ser conscientes de que o trabalho da história oral possui intersubjetividade, composta por quem testemunha e por quem converte o depoimento oral em escrita. A soma da subjetividade do entrevistado – o qual em seu depoimento descreve as práticas e representações de si; e da subjetividade do pesquisador -, este que, por sua vez, na escrita do seu trabalho também deixa traços de si, compõe o trabalho com a história oral, o que requer atenção teórica e metodológica especial, traços esses que também são observados com as fontes escritas. (DAVID, 2013, p. 161).

Em outros termos, a história oral se faz valer das subjetividades de quem está sendo entrevistado e de quem entrevista, transformando o material deste encontro em escrita. Existe um inevitável envolvimento entre as duas partes e essa, na minha opinião, é uma das riquezas deste tipo de trabalho. Isso porque me fez, enquanto historiadora ter a percepção individual e humanizada do objeto de pesquisa. É nesse processo de entrevistas, cara a cara com as mulheres que nos deparamos quando da leitura dos documentos, que a história passa pela mediação da relação entre pessoas. Com isso, é

possível ter a dimensão dos sentimentos e emoções envolvidos nos acontecimentos e em seus relatos, bem como acesso a outras versões dos fatos.

Por outro lado, esse tipo de metodologia também se encarregou de uma contribuição relevante para a forma como se produz história. Nos aproximamos, para a definição do método, da perspectiva de Kathryn Haynes:

A história oral difere de uma entrevista direta, entretanto. Embora as entrevistas tenham algumas semelhanças com histórias orais, na medida em que são normalmente criadas através da interação com base nas perguntas de outra pessoa, as entrevistas geralmente se concentram em uma experiência ou fenômeno específico. Por outro lado, as histórias orais lidam de forma mais ampla com o passado de uma pessoa, sua trajetória, e abrange amplamente muitos tópicos diferentes. (HAYNES, 2010, p. 222, tradução nossa¹³).

Com isso, reafirmamos a posição de que o uso de relatos engrandece a História em muitos aspectos, mas as entrevistas que realizamos são distintas, por exemplo, de entrevistas para jornalistas ou documentaristas. Aqui o intuito é buscar informações que preencham lacunas deixadas pela documentação e pela reconstituição narrativa dos acontecimentos. Desse modo, a coleta de relatos visa abranger vários aspectos da vida daquela personagem. Ainda de acordo com a autora, esse método é sobretudo importante para grupos limítrofes, que é o caso do objeto de pesquisa deste trabalho, pois ambiciona trazer o foco narrativo para personagens cuja documentação oficial e a própria historiografia negligenciou por longos anos.

O primeiro capítulo desta dissertação, portanto, destina-se a situar quem eram as mulheres que foram presas políticas durante o período do Estado ditatorial. Buscamos trazer para o cerne de nossa discussão a história da Ditadura Militar a partir de Pernambuco, tomando como ponto de partida os corpos femininos. É uma construção narrativa que, definitivamente, não se põe alheia aos acontecimentos políticos e sociais abordados pela historiografia nacional a respeito da ditadura, mas procura fincar sua análise no Nordeste do país. Trazemos, assim, uma indagação a respeito de quais impactos o regime ditatorial teve no estado e como a população se movimentou diante desses acontecimentos. Neste sentido, buscamos identificar como as mulheres que nasceram ou viviam em Pernambuco se comportaram diante do Golpe e depois, com a efetivação do regime, já que essas foram duas realidades completamente distintas.

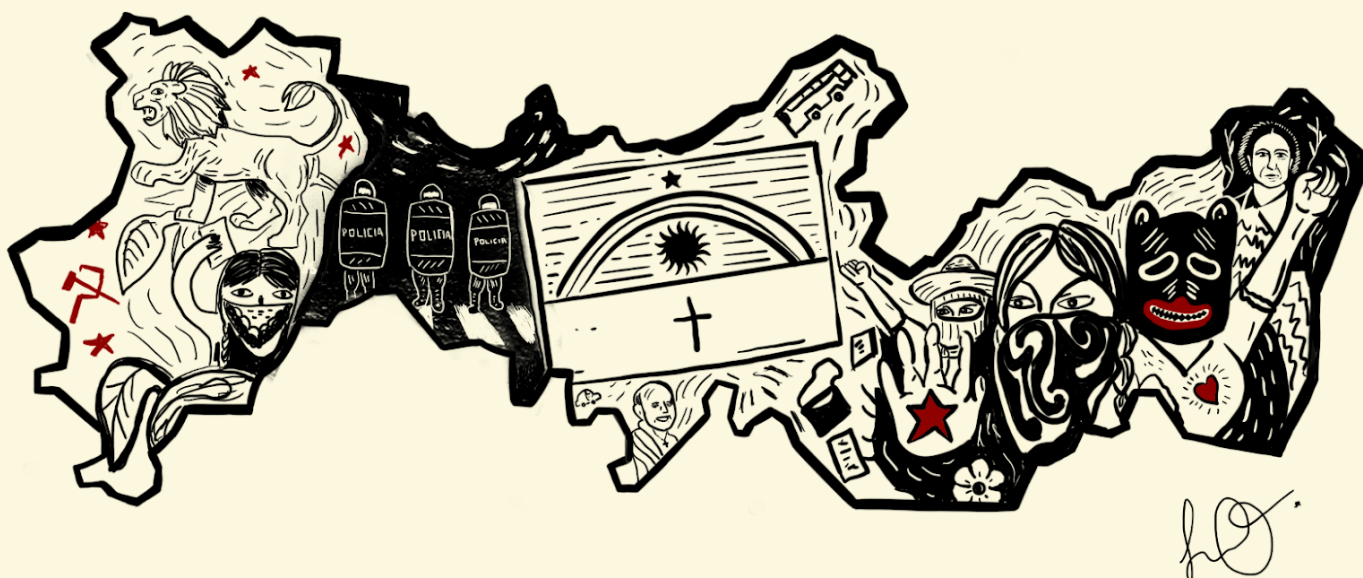
¹³ “*Oral history differs from a straightforward interview, however. While interviews have some similarities to oral histories, in that they are typically created through interaction drawing on another person’s questions, they usually focus on a particular experience or phenomenon. In contrast, oral histories deal more broadly with a person’s past, and range widely over many different topics.*” (trecho na língua original)

O segundo capítulo, por sua vez, se propõe a mostrar como as atividades de repressão se dirigiram e atingiram as carnes e os corpos femininos, como as relações de gênero e poder impactaram, ameaçaram e deram cabo da vida das mulheres que militavam na oposição ao regime ditatorial. Foi possível observar que tais corpos foram alvo de diversas formas de punição pelo envolvimento, direto ou indireto, com o que os agentes do regime nomeavam de comunismo. Buscamos, portanto, evidenciar como as relações de gênero participam e são modificadas pelas ações de violência e repressão.

O terceiro capítulo volta-se para pensar os corpos das militantes das organizações de esquerda como espaço de resistência, as carnes como últimas fronteiras entre a vida e a morte, como a última possibilidade de se dizer não, de se recusar a colaborar com a repressão. Pretendemos discutir quais estratégias foram utilizadas pelas mulheres para resistir às agressões físicas e subjetivas perpetradas pelo regime ditatorial. Sendo assim, buscamos também compreender como a resistência se deu como um processo contínuo, a partir do relatar das memórias. Além disso, discutimos sobre como a maternidade foi um elemento de destaque para as mulheres envolvidas nos processos, sendo também um marco para compreensão da resistência feminina ao regime militar.

Neste panorama, traçamos uma narrativa sobre os corpos femininos durante o período de 1968-1974. Corpos estes que ora foram mais carne, ora foram mais subjetividade, mas que apesar de todas as violências resistiram.

CAPÍTULO I



PERNAMBUCO EM FOCO: MULHERES E A
HISTÓRIA DA DITADURA MILITAR

CAPÍTULO I - PERNAMBUCO EM FOCO: MULHERES E A HISTÓRIA DA DITADURA MILITAR

Tópico 1 - Por onde começar?

Sempre vale lembrar que os grupos sociais existentes no Brasil, um país com 8.516.000 km² de extensão, são extremamente diversificados e repletos de particularidades. Em face a isso, ao abordarmos a realidade social e histórica do estado de Pernambuco, nas décadas de 1960/70, precisamos sobretudo considerar algumas questões referentes aos documentos, uma das principais pontes para nossa viagem no tempo. Ao longo deste capítulo, teremos como eixo central a proposta de dialogar sobre a trajetória empreendida por dados grupos sociais pertencentes ao estado de Pernambuco, durante o período ditatorial pós-1964. Além disso, pretendemos tentar compreender como essa história foi impactada pela atuação das mulheres, quais os papéis que elas desempenharam e como os corpos femininos se configuraram nesse espaço geográfico.

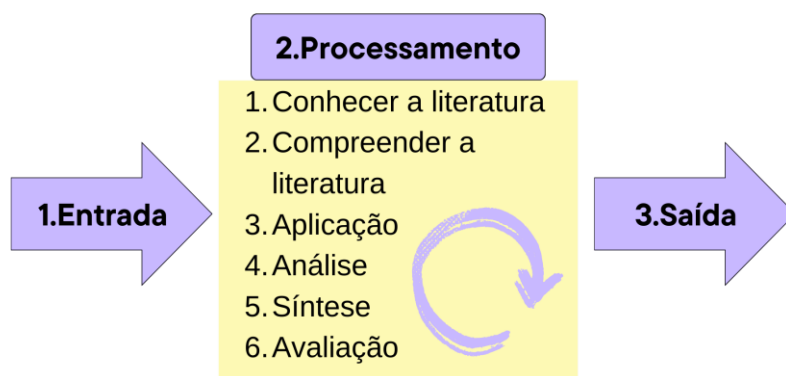
Dessa maneira, alguns questionamentos foram fundamentais para que fosse possível construir essa dissertação: como contar a história do Brasil ditatorial, partindo do cenário pernambucano? Quais as contribuições e a relevância desse estado nos acontecimentos políticos que resultaram não apenas no golpe civil-militar de 1964, como na efetivação do regime ditatorial que dele resultou? De que maneira as mulheres estão inseridas nessa conjectura e como a atuação delas nos levam a compreender essa história? As perguntas elaboradas dentro de uma pesquisa também são fundamentais para que deixemos evidente que qualquer história é escrita a partir do estabelecimento de questões levantadas a partir do presente. Colocar esses tópicos em discussão evita o equívoco de se pensar que é possível estabelecer um retrato homogêneo de uma população, ou mesmo realizar trabalhos suficientemente representativos para todos os grupos. No nosso caso, pretendemos partir de um panorama histórico geral para tratar especificamente de um grupo de mulheres cujas trajetórias também merecem espaço e reconhecimento na historiografia.

Quando se trata de pessoas, é necessário ter consciência e dimensão da pluralidade humana e, com isso, os recortes realizados na construção da história são guiados tanto por quem realiza a pesquisa, quanto por como o tempo presente impacta o que vai ser retratado do passado. Trazer um olhar crítico com relação às limitações da documentação e da própria historiografia, no entanto, não tira a grandeza de nenhum trabalho historiográfico. Pelo contrário, aumenta suas possibilidades de integrar e representar as particularidades dos mais diversos grupos na construção de memórias coletivas.

Nossa principal proposta neste primeiro capítulo é realizar uma leitura de como se estruturou a Ditadura Militar em Pernambuco e como as mulheres participaram dos processos sociopolíticos ligados ao regime, entre os anos de 1968 a 1974. Para isso, manteremos o foco da análise na realização de uma revisão bibliográfica em conjunto com a leitura de documentos oficiais e relatos. Nesse sentido, a revisão bibliográfica que realizamos para a efetivação desta dissertação serviu durante a pesquisa como uma base para a realização da leitura dos documentos e seleção de fontes. Esse método é utilizado amplamente nas ciências humanas, devido ao grande acúmulo de dados e informações e, particularmente, nos auxiliou a montar um panorama amplo de contextualização da Ditadura Militar a partir da vivência pernambucana.

Com isso, além de ter sido a primeira etapa para o estabelecimento da pesquisa e elaboração do projeto, o levantamento da produção científica em torno do tema tornou mais fácil a compreensão de como explorar nossa proposta dissertativa. Para tanto, utilizamos um modelo sistemático, proposto Levy e Ellis (2006), que aqui traduzimos e adaptamos utilizando a plataforma de design gráfico *Canva*, para melhorar a visualização:

Figura 1 - Três estágios de uma revisão bibliográfica efetiva



Fonte: adaptação de Levy e Ellis (2006, p. 182).

Fizemos a busca de estudos científicos, dando ênfase a artigos publicados em revistas, livros científicos, teses e dissertações. A primeira fase da revisão foi realizada durante o primeiro ano de pesquisa, a partir da disciplina Leituras Dirigidas para Linguagens, Identidades & Espacialidades I, onde, com o auxílio do meu orientador, foram indicados textos pertinentes para a temática e análises conceituais, realizadas leituras e debates. E, através dos componentes Seminário da Linha de Pesquisa III e Laboratório, também houve uma proposta de revisão bibliográfica específica sobre o regime ditatorial, cujo objetivo era aprimorar o projeto de pesquisa proposto.

Para tanto, utilizei durante a realização da segunda fase da revisão, o processamento dos dados, através das plataformas *Scholar Google* e *Scopus*, procurando reunir o máximo de palavras-chave que possibilitasse resultados coerentes para a construção do trabalho de pesquisa. Em seguida, partindo desse levantamento de artigos científicos, com o nome dos autores, foi possível identificar instituições mais frequentes envolvidas na produção de trabalhos acadêmicos voltados para temática a ser explorada. Assim, fomos nos bancos de teses e dissertações dessas instituições em busca dos textos extensos ali depositados. Realizamos as leituras e organização do levantamento bibliográfico através do software *Zotero*, que possibilitou a otimização do processo de pesquisa. A terceira etapa do levantamento resultou na bibliografia que é apresentada ao longo desta dissertação.

Ademais, a pesquisa documental, a partir do trato de fontes oficiais, pode ser útil para a História de diversas maneiras e é, até o momento, o principal mecanismo utilizado pelos profissionais da área para desenvolverem seus trabalhos. As fontes escritas e oficiais fornecem uma base de dados resistentes à passagem do tempo; muitas vezes são institucionais; e, geralmente possuem credibilidade entre os pares¹⁴.

Compreendemos, diante de tudo isso, que a documentação escrita e oficial tem um papel fundamental para a construção da História. Porém, como uma produção humana, ou seja, um instrumento produzido através do uso da linguagem, é indispensável pensar nelas como um produto do contexto em que foram produzidas e não tomá-las como possuindo uma verdade absoluta e inalterável, ou incorruptível. Sendo assim, trazemos neste capítulo e nos que irão o seguir, um olhar crítico para o tipo de documento produzido pelos órgãos ditatoriais em Recife. Eles nos permitem estabelecer parâmetros mais realistas com base na documentação disponível sobre o período e pensar também sobre o que aquele material nos deixa de dizer a respeito dos acontecimentos.

A pesquisa partiu, portanto, de um tipo de documento bastante comum no acervo do DOPS-PE: os prontuários individuais. Estes documentos técnicos, que também podem

¹⁴ É fato que a problematização das fontes e formulação de hipóteses são hoje uma das principais contribuições das ciências humanas para a produção do conhecimento científico. A partir da década de 1920, muitas correntes historiográficas se encarregaram do papel de questionar a maneira como a pesquisa histórica havia se consolidado. Uma das principais pautas da Escola dos Annales, por exemplo, é de que o/a historiador/a não se dissocia da sua produção, a neutralidade neste sentido é uma proposta impraticável para as ciências sociais. Além disso, a amplitude do diálogo com outras áreas do conhecimento foi um dos principais marcos das transformações promovidas por essa escola historiográfica. Entretanto, conforme afirma o historiador Diogo da Silva Roiz, é só alguns anos depois, com a chamada virada linguística, que as fontes literárias e artísticas passam também a ser consideradas como fontes possíveis para o trabalho do historiador (ROIZ, 2009, p. 218).

ser chamados de dossiê-processo¹⁵ consistiam em compilamentos de informações sobre indivíduos que estavam sob processo de investigação por infrações de caráter político. As notas eram escritas por policiais militares, agentes de Segurança Nacional, e o que as compunham esses dossiês poderia ser utilizado como provas do cometimento de delitos e levar as pessoas que figuravam como seus perpetradores a prisões determinadas pelo Superior Tribunal Militar (STM). Na perspectiva de Marcília Gama:

Num sentido técnico-policial, o inquérito/prontuário individual ou funcional é composto por um conjunto de peças que vão sendo agregadas e que tem por função trazer à tona a ‘verdade policial’, que por si só será responsável pela incriminação do indivíduo, levando ao seu enquadramento. As informações coletadas pelos investigadores são fundamentais nesse processo de composição do criminoso, que parte da suspeição baseada em indícios e se desloca para a produção/confirmação do suposto delito. O saber sobre esse indivíduo “subversivo” se constrói no universo das práticas discursivas policiais. (SILVA, 2007, p. 197).

Partindo desta ideia, podemos recorrer aos registros oficiais no intuito de captar em que consiste a motivação para a repressão àqueles indivíduos, qual a versão policial dos acontecimentos. Com isso, a partir de tal documentação, é possível analisar a narrativa produzida pelos militares sobre as mulheres que, para eles, estavam ameaçando a Doutrina de Segurança Nacional. Por outro lado, o escopo dos registros oficiais nos permite ir além e desvelar nomes, idade e outras características dessas mulheres. O cruzamento de tais informações foi fundamental para indicar elementos em comum entre elas, traçando assim um perfil de grupo das pessoas que foram presas e investigadas pelo Estado.

O protocolo de seleção de documentos partiu inicialmente da leitura dos prontuários individuais presentes no acervo do APEJE, conforme anteriormente explicitado. A organização do arquivo disponibiliza os nomes das pessoas que possuem um dossiê-processo listados em uma tabela, bem como a numeração do processo, o número do prontuário e o número do fundo arquivístico. A listagem possui um total de 20.280 linhas, cuja triagem inicial que realizamos, possuía o principal objetivo de separar os nomes femininos dos masculinos, revelou um total de 1.746 nomes de mulheres.

Realizamos a leitura de alguns desses documentos no acervo de modo presencial e com base nessa triagem de nomes femininos, selecionando 20 documentos ao acaso para estabelecer um contato inicial com a documentação. Destarte, percebemos que

¹⁵ Cf. SILVA, 1997, p.50-51.

grande parte dos nomes presentes na amostra da listagem do DOPS-PE não seriam de documentos úteis para a pesquisa. Isso porque a forma como o acervo é organizado não permitia indicar datas ou mesmo a região nas quais os processos ocorreram, para obter essas informações seria necessário ler cada documento individualmente.

Assim, o levantamento inicial revelou que a maioria da documentação correspondente aos dossiês-processos presentes no DOPS-PE não se constituía sequer de prontuários elaborados no Recife, mas sim registros enviados por outros estados para o desenvolvimento da inteligência e compartilhamento de informações do governo no regime militar. Com isso, para separar os prontuários individuais que se referem a eventos ocorridos em Pernambuco, entre os anos de 1968 a 1974, seria necessário olhar cada prontuário individual da listagem. Além disso, no momento em que a pesquisa foi realizada, o arquivo estava com restrições de acesso devido à pandemia, portanto só era possível ir pesquisar com agendamento e à cada visita ter acesso a um total de 5 documentos. Sendo assim, seria preciso cerca de 350 encontros para ter acesso a todo material, o que com a demanda do próprio arquivo, gastos de deslocamento e cronograma de pesquisa, não seria viável.

Para solucionar essa questão, reduzindo o tempo de busca pelas fontes documentais, recorreremos ao acervo digital da CEMVDHC. Entre os anos de 2000 a 2002, em virtude da Lei nº 11.773 sobre indenizações a pessoas detidas por motivos políticos, houve em Pernambuco uma Comissão Especial de Ex-presos Políticos, que visava indenizar as pessoas que foram vítimas do Estado durante o período da Ditadura Militar. A instituição disponibilizou em seu site todos os processos de indenização digitalizados. Nesses documentos é possível encontrar uma vasta gama de informações, como: nomes, período em que sofreu a repressão, idade, descrição do processo, fotos dos prontuários individuais, testemunhos, etc.

Identificamos um total de 460 processos de indenização, dos quais 75 são correspondentes a mulheres. Na triagem da documentação foi possível identificar os processos que ocorreram em Pernambuco, e para grande parte deles estava acessível também o prontuário individual do DOPS já digitalizado e anexado ao processo. Além disso, a leitura desses documentos nos ajudou a identificar nomes de pessoas que por algum motivo não processaram o Estado, mas foram citadas pelas outras, complementando a seleção da amostra.

Partindo do trato dos documentos oficiais, essa etapa da pesquisa buscou analisar questões específicas, como, por exemplo: os nomes, a faixa etária, a profissão, a naturalidade, movimentos políticos e sociais nos processos de mulheres, sobre as quais

se abateram as ações de repressão do regime militar, entre 1968 a 1974, em Pernambuco. As informações obtidas com a revisão documental podem nos direcionar a montar um panorama do quadro de pessoas afetadas pela Ditadura Militar, de acordo com a amostragem de prontuários individuais e processos de indenização levantada. Buscou-se produzir um perfil dessas mulheres, identificando os elementos biográficos que possuem em comum entre elas, identificando diferenças e lacunas de informações, sobretudo quanto a participação de cada uma durante o regime autoritário. Também foi possível levantar hipóteses sobre o que a documentação deixou de revelar e, neste caso, o não dito dos documentos fornece uma série de possibilidades para se pensar os acontecimentos do período ditatorial.

Isso posto, no caso do escopo documental analisado por esta pesquisa, além de processos registrados a partir de documentos oficiais e escritos, trata-se majoritariamente de uma produção feita em um regime autoritário, por policiais militares. Dessa forma: “Quando se inicia uma pesquisa documental, é preciso conhecer a história do documento que se tem em mãos, buscando apreender sob que condições ele foi produzido, quem o escreveu e com que propósito” (RODRIGUES; FRANÇA, 2010, p. 60). Logo, compreendemos que o lugar de escrita dos dossiê-processos das mulheres que foram presas políticas durante a Ditadura Militar, realizada por agentes do DOPS, parte da perspectiva do opressor, o que interfere no conteúdo do produto a ser estudado e nos leva a analisá-los considerando sempre que o que neles está escrito faz parte da narrativa que os militares desenvolveram sobre as mesmas. Levantando, portanto, a necessidade de acessar outros tipos de narrativas para complementar o estudo com as fontes.

O recorte temporal da pesquisa foi definido a partir da análise dos processos de indenização. Apesar de ser consenso entre os pares que o período de 1968 a 1974 foi o mais violento e repressivo da Ditadura Militar, sendo esperado o aumento no volume dos documentos referentes a esse período, era necessário confirmar se esse período traria mais possibilidades para a realização da pesquisa com o recorte espacial que propomos no esboço do projeto de pesquisa

No ano de 1964, com a destituição do então presidente João Goulart e a decretação do Ato Institucional Número Um (AI-1), o Golpe Civil-Militar começa a tomar forma como política governamental. Conforme ressalta a historiadora Geane Cavalcanti (2017, p. 76), desde os primeiros dias da queda do sistema democrático, observou-se notável articulação por parte do Estado para investigar e refrear possíveis ameaças ao regime recém implantado. No entanto, os anos que se sucedem de fato vão representar, sobretudo pela expressiva documentação gerada no período, a consolidação e fortalecimento do

aparato repressivo, que não mediu esforços para controlar e punir aqueles que se opunham ao governo.

Até o Ato Institucional Número Cinco (AI-5) ser decretado, no dia 13 dezembro de 1968, a documentação oficial sobre as formas de repressão é restrita ou até mesmo inexistente em alguns casos específicos, como afirma a pesquisadora Sandra Reimão (2019, p. 20). A partir da instauração da ditadura, porém, a produção de registros passa a ser mais volumosa, como resultado também do aumento da repressão. Sem definir um prazo para o fim do Estado de Sítio, o AI-5 possibilitou ao presidente ter mais autonomia para governar - podendo inclusive fechar Assembleias, Câmaras e o Congresso -, sendo permitida a cassação de mandatos, o confisco de bens materiais, a proibição da concessão de habeas corpus e outras ações que contribuíram para a institucionalização da violência estatal. Desse modo, uma vasta documentação passou a ser gerada, registrando ou suprimindo informações, em prol da construção de uma narrativa oficial sobre os acontecimentos.

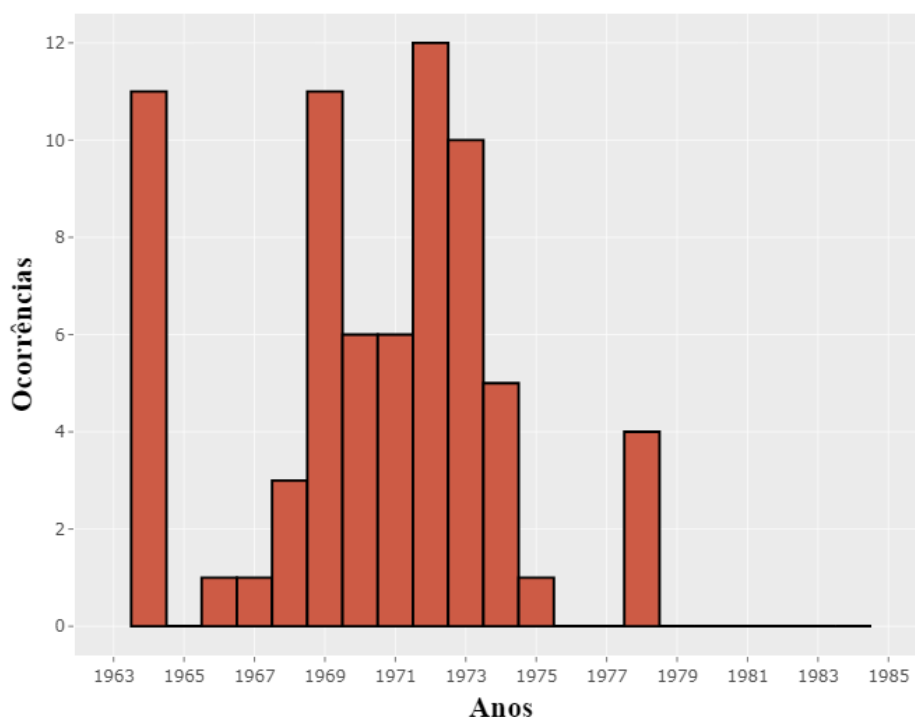
Visando efetivar a ação governamental, foram criados e/ou alterados alguns órgãos para a administração da repressão contra o que se nomeava de “ameaças” à “segurança e moral da nação”. São exemplos a criação do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), da agência de propaganda Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Efetivamente, sobretudo durante o mandato presidencial do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), recursos governamentais foram destinados a montar e manter um aparato repressivo, que operou para além do chamado período do “milagre econômico”, devido ao desenvolvimento e crescimento da economia. Esse período ficou também lembrado como os anos mais violentos do regime, popularmente chamado de “anos de chumbo”.

Em conformidade com o historiador Daniel Aarão Reis: “Entre 1967 e 1974, a ditadura esmagou as oposições e consolidou um modelo de modernização conservadora e ditatorial, impulsionada pelo Estado, articulando capitais estatais, nacionais e estrangeiros” (2014, p. 89). Particularmente com relação às forças policiais - em que se amplia o poder de agir violentamente contra possíveis ameaças ao governo e suas doutrinas - torturas, desaparecimentos e mortes com causas suspeitas passam a ser cada vez mais frequentes. Desse modo, os corpos de integrantes da população civil deixam de ser um limite para os agentes de segurança pública, e tornam-se espaços onde se articulam e materializam resistências que, para eles, deveriam ser reprimidas a qualquer custo.

Retomando a análise amostral dos processos de indenização, precisávamos verificar se o recorte temporal concernente ao registro de atividades repressivas em Pernambuco correspondia a periodização histórica que delimitava os anos em que os atos de combate ao que chamavam de subversão teriam sido mais severos e, conseqüentemente, os de produção de um maior volume documental.

A pesquisa revelou que 74,6% dos casos registrados correspondia ao período de 1968-1974, ao passo que apenas 25,4% da amostra era correspondente a outros anos. Como pode ser observado no Gráfico 1, o maior volume de documentos produzidos fora do recorte temporal da pesquisa se refere aos anos de 1964 e 1978. Além destes, os demais anos apresentaram registros de prisões menores ou iguais a 1, o que corresponde a um número percentual pequeno. Logo, tomando como base os dados apresentados, constatamos que os anos de 1968 a 1974 foram de fato os mais representativos da repressão em Pernambuco durante a Ditadura, pois ocorreu um aumento acentuado do número de processos nesse período.

Figura 2 - representação da quantidade de prisões por ano (1964-1985)
PRISÕES POR ANO (PROCESSOS DE INDENIZAÇÃO)



Fonte: de autoria própria¹⁶

¹⁶ Realizamos a análise dos dados utilizando a linguagem de programação R, uma ferramenta amplamente utilizada em estatística e ciência de dados, para montar o gráfico de barras que representa os resultados da pesquisa estatística obtida com os documentos.

Desse modo, as fontes selecionadas na etapa documental da pesquisa resultaram em uma amostra com 69 casos envolvendo mulheres; dos quais 54 delas possuem processos de indenização e prontuários individuais e 15 possuem exclusivamente prontuários individuais. Desconsideramos para a análise gráfica acima os dossiês-processos, pois eles foram selecionados a partir da leitura dos processos de indenização, considerando o período entre a decretação do AI-5 e final do governo Médici. Como os prontuários foram selecionados após a leitura dos processos de indenização, se utilizássemos para ilustrar a curva de ocorrências por período os dados ficariam enviesados.

Dividimos as informações obtidas na leitura da documentação em duas tabelas diferentes, correlacionadas com cada tipo de documento, procurando extrair o máximo de dados para a análise. Os dados identificados, fotos dos processos e documentos catalogados a partir do estudo que realizamos foram reunidos em uma tabela cujo acesso disponibilizamos online¹⁷. Com isso, se revelou interessante começar buscando características físicas: idade que tinha quando cada mulher foi presa, a raça/etnia de cada um, se estavam grávidas ou não.

Em seguida, buscamos informações que identificassem um perfil sociocultural daquelas sujeitas: profissão, naturalidade, movimento e organizações políticas citadas no processo, estado civil, pessoas citadas no processo como companheiras ou companheiros de atuação política (as relações sociais e políticas em que estavam inseridas). Dessa maneira, foi possível traçar relações entre traços de suas vidas, tornando mais inteligível quem eram essas mulheres. Porém, por outro lado, emerge a necessidade de tentar compreender o porquê de elas terem sido perseguidas pelo Estado.

Neste sentido, tabulamos também as legislações citadas nos processos, as motivações descritas pelos agentes da repressão nos prontuários individuais e os termos utilizados para classificá-las. Como em alguns dos processos constavam laudos médicos e perícias técnicas, tabulamos informações principais sobre quais tipos de violências foram sofridas por elas, que partes do corpo foram atingidas. Além desses dados, tendo em mente que parte do planejamento desta pesquisa contava com a realização de entrevistas e busca por testemunhos, separamos os trechos com relatos que poderiam ser utilizados posteriormente no trabalho.

¹⁷ A tabela produzida a partir da pesquisa com a documentação está disponível neste link: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/12DO0vAkkRCEn1LRZc9qE1z_i9BZG60d5RwnKAc_cvU0/edit?usp=sharing> e também no ANEXO I

Com a identificação dos nomes, CPFs e datas de nascimento, que constam na maioria dos processos de indenização e em alguns prontuários individuais, foi possível checar nos sites da Receita Federal¹⁸ e no Cadastro Nacional de Falecidos (CNF)¹⁹, quais delas ainda estavam vivas a fim de contatá-las e verificar seus interesses em participar das entrevistas. O recrutamento dessas mulheres foi realizado através de e-mails e números de telefone, após a submissão e aceitação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa - Central UFRN (CEP). Assim, foram verificados a disponibilidade e o interesse em participar da pesquisa por parte dessas mulheres, realizamos o total de 4 entrevistas. Os encontros foram realizados de maneira remota, através da plataforma *Google Meet*, onde as entrevistas foram gravadas em voz e imagem a partir da assinatura da autorização e consentimento. Depois de transcritos os áudios, os documentos foram lido revisado pelas entrevistadas, que sugeriram ou não alterações no material e as gravações foram deletadas para assegurar que, apesar da necessidade para esta pesquisa do rompimento da garantia do anonimato, as informações que as entrevistadas decidem ou não nos revelar para o estudo e divulgação científica estão sob seu completo controle.

O modelo de entrevista seguido foi o semiestruturado, “[...] que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34). Visto que a intenção é lançar um destaque sobre os testemunhos, para auxiliar no mapeamento do contexto, o método semi estruturado possibilitou uma maior liberdade às entrevistadas.

Tópico 2 - Pernambuco entre expectativa revolucionária e prática conservadora

2. 1. A construção de um ideal regado à símbolos do Pernambuco libertário

O estado pernambucano se viu dividido em duas tendências políticas com relação ao Golpe Civil-Militar de 1964: a revolucionária e a conservadora. Ao longo do tempo, até a deflagração do golpe de fato, foi sendo construído no estado um imaginário sobre Pernambuco ser combatente e ter uma população disposta a lutar contra injustiças sociais, estereótipo esse muitas vezes reforçado por artistas, políticos e pelas próprias pessoas, tanto dentro como fora do estado. Pernambucanos/as, de maneira geral, abraçam a região e seus símbolos, vestindo roupas e acessórios com referências à bandeira, cantando o hino

¹⁸ Disponível em: <<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>>. Acesso em: 02 abr. 2023.

¹⁹ Disponível em: <<https://www.falecidosnobrasil.org.br/>>. Acesso em: 02 abr. 2023.

em diversos ritmos²⁰. Esse sentimento vai além do que seria o patriotismo, pois não se trata da nação por completo, o pertencimento regional é a questão chave para se compreender a relação entre residentes de Pernambuco e o orgulho do seu potencial revolucionário. Tal conexão surtiu efeitos na deflagração do Golpe e efetivação do regime, já que existia um histórico que justificava a preocupação civil-militar.

Mesmo nos dias mais recentes, é possível identificar uma ligação forte construída entre a população pernambucana com suas raízes culturais. Esses símbolos são largamente utilizados para comercialização, e carregam consigo uma ideia de que o estado é diferente dos demais do Brasil, algo frequentemente exaltado pela própria população. Até mesmo a empresa brasileira fabricante de bebidas, Ambev, para atingir comercialmente o público pernambucano utilizou-se desse estereótipo regionalista quando lançou, em 2019, a cerveja “Nossa de Pernambuco”²¹, com produção e venda exclusiva no estado. O rótulo contém a arte visual em referência à bandeira e o marketing de ser de “Pernambuco para pernambucanos”. Não é incomum encontrar músicas, filmes, tatuagens e textos que representem esse amor e orgulho de ser do estado, que muitas vezes se sobrepõe à nação, a expressão popularizada principalmente entre os jovens “Meu país Pernambuco”²² é um dos grandes exemplos disso.

Em minha experiência pessoal, enquanto pernambucana, crescida no sítio histórico de Olinda, em meio ao saudosismo e a valorização do próprio estado e da cidade, sempre os vi sendo adjetivados de terras de bravuras, onde se luta contra injustiças sociais. Quando criança, antes mesmo de aprender a letra do hino nacional, já cantava o hino do estado, em ritmo de frevo, nos blocos infantis, vibrando com a exaltação desses sentimentos nos versos “Nova Roma de bravos guerreiros/Pernambuco imortal, imortal!”²³. Utilizei diversas fantasias de carnaval, confeccionadas pela minha avó²⁴, cujos bordados e fitilhos faziam referência à bandeira do estado. Aliás, a meu ver, sempre foi comum ver bolsas, camisas, sandálias e adereços, com este tipo de referência, circular pela Região Metropolitana do Recife. Em Boa Viagem e no Pina, a surpresa seria ir à

²⁰ Um dos hinos de estados brasileiros com mais versões de ritmos distintos como maracatu, frevo, rock, mangubeat, etc. (Cf.: JUSBRASIL, 2013).

²¹ Publicidade disponível em: <<https://www.ambev.com.br/marcas/cervejas/nossa-de-pernambuco>>. Acesso: 10 nov. 2023.

²² Cf: MARQUES, 2022.

²³ Para além do que já foi referenciado, é válido ressaltar que o hino é composto por vários versos que remetem, exatamente, para esse imaginário revolucionário e libertário, ao qual me refiro durante o tópico. Como exemplo, podemos também citar os seguintes trechos: “Coração do Brasil/Em teu seio corre o sangue de heróis”, “Desse povo coberto de glória”, “Liberdade um teu filho proclama!/Dos escravos o peito inflama” (Hino de Pernambuco, 1908).

²⁴ ANEXO II.

praia e não se ver estendidas na areia algumas cangas estampadas com a bandeira e outros símbolos regionais. Sempre percebi que as pessoas em Pernambuco possuem uma admiração muito grande pelo que é pernambucano, uma valorização às vezes até exagerada, que é passada de geração em geração.

Ao longo de sua história, a capitania e a província tentaram, por vezes, se tornar independente do Brasil ou resistir ao domínio colonial. Os movimentos como a Insurreição Pernambucana (1645-1654)²⁵, a Revolução Pernambucana de 1817 e a Revolução Praieira, ocorrida em 1848 são exemplos dessa tendência regionalista. A forma como esses eventos foram retratados nos livros de história, e mesmo a repercussão orgânica dos acontecimentos, auxiliaram na construção da imagem da população pernambucana como sendo libertária.

O Leão do Norte²⁶, portanto, estaria em um plano discursivo peculiar, que aqui chamaremos de “expectativa revolucionária”²⁷ que, no período de Ditadura Militar, possui uma relevância significativa para definir ações que deveriam ser tomadas para evitar quaisquer tipos de atividades consideradas, na época, como subversivas. As agendas políticas no estado, até o deflagrar do Golpe de 1964, confluem com a ideia de que a população e a gestão política pernambucana iriam tomar um posicionamento tido como perigoso do ponto de vista dos políticos alinhados às doutrinas conservadoras.

Retrocedendo um pouco para compreender melhor esse processo, voltamos a década de 1950, quando do processo de industrialização que marcou o mandato do então presidente Juscelino Kubitschek. Nesse contexto, máquinas passaram a ser utilizadas na produção agrícola, o que gerou um aumento no desemprego e redução dos salários na zona rural. O país inteiro viveu as repercussões desse processo. Algumas áreas rurais passaram a vivenciar um êxodo acentuado de pessoas para as áreas urbanas e houve o incremento dos movimentos migratórios da região Nordeste, para as regiões Leste e Sul. Contudo, um movimento da classe trabalhadora rural pernambucana, situado no

²⁵ Aqui cabe ressaltarmos que, apesar de ser considerada um marco significativo da resistência ao domínio estrangeiro em Pernambuco, por demarcar a expulsão dos holandeses que estavam estabelecidos na região desde a década de 1630, a Insurreição foi liderada por Portugueses em conjunto com alguns brasileiros senhores de engenho. Portanto, existe um caráter controverso de oposição ao domínio colonial, visto que o estado passa de um domínio para outro.

²⁶ A expressão “Leão do Norte” utilizada para se referir à Pernambuco faz menção ao leão coroado (leão neerlandês) desenhado nos escudos e armas de João Maurício de Nassau, em homenagem ao histórico de lutas libertárias da região.

²⁷ A expressão expectativa revolucionária é um termo que formulado durante a pesquisa para referir-se à forma como a população de Pernambuco firmou sua história, criando um imaginário pernambucano de um estado que resiste aos poderes governamentais, luta contra injustiças, sempre procura se emancipar e mobilizar mudanças sociais. Conforme argumentamos ao longo do tópico, não necessariamente essa expectativa gerada sobre PE foi de fato suprida.

município de Vitória de Santo Antão, começou a se reunir e se organizar em prol de clamar pela reforma agrária. Uma das motivações principais dessa articulação era porque a reforma agrária daria a possibilidade desses indivíduos de permanecerem nas suas terras, onde possuíam laços afetivos, ancestrais, econômicos etc. Essas manifestações ficaram conhecidas como Ligas Camponesas, que surgiram, inicialmente, no estado de Pernambuco, depois se expandiram para outros estados, como a Paraíba.

O alinhamento das questões levantadas pelas Ligas com políticas voltadas para pautas sociais, de inspiração socialista, soou como um alerta para os anticomunistas que ocupavam cargos de gestão pública. De acordo com Felipe (2015), o período de atuação do movimento se deu de 1954 até a queda do presidente João Goulart, em 1964. Durante a ditadura, a movimentação se apresentou mesclada com partidos e organizações políticas. Apesar da força e adesão popular as Ligas, o movimento sofreu forte repressão tanto por parte da polícia, como dos proprietários de terras, principais interessados em cercear as discussões sobre reforma agrária. Entretanto, antes mesmo do golpe ser efetivado, estava evidente de que parte do estado estaria disposta a apoiar políticas comunistas, o que preocupava consideravelmente os militares.

Além disso, a gestão considerada como de esquerda do governador Miguel Arraes contribuiu como um agravante para reforçar a ideia de que, em Pernambuco, a política e as pessoas estavam alinhadas ao comunismo. Nascido em 15 de dezembro de 1916, na cidade de Araripe/CE, Arraes ingressou na carreira política pelo Partido Social Democrático (PSD), um partido muito forte na época em Pernambuco. Teve dois mandatos como governador, três como deputado federal e dois como deputado estadual. Era considerado como um defensor de pessoas pobres e de baixa renda, sendo visto por algumas obras historiográficas como uma liderança populista (Cf: DEBERT, 2008, p. 77-104). Aliás, não era necessário muito naquela época para se considerar algo ou alguém como perigoso, subversivo ou potencialmente comunista. Dessa maneira, as gestões de Arraes em Pernambuco também foram vistas como um alerta da ascensão da esquerda para os agentes da repressão.

A esquerda pernambucana, portanto, estava fortalecida por esses fatores históricos quando da deflagração do Golpe em 1964, justamente por causa da articulação universitária e estudantil que se fez forte em todo o país. As uniões estudantis se fizeram presente na articulação política de resistência em nível estadual e foram responsáveis por diversas manifestações. Criada em 1944, a União dos Estudantes de Pernambuco (UEP),

foi um exemplo do que fundamentava a preocupação militar²⁸, pois desde sua fundação tinha sido encarregada de guiar as discussões no estado sobre os temas nacionais e atuar na luta pela redemocratização do país, no período pós-Estado Novo. Com isso, nos primeiros anos da Ditadura Militar, as medidas da Lei Suplicy (4464/64), possibilitou extinguir a UEP, deixando claro o receio, por parte dos agentes de Segurança Pública, que os estudantes pernambucanos se posicionassem na oposição ao regime.

Outro aspecto importante para a construção da representação revolucionária de Pernambuco, mesmo antes do Golpe de 1964, foi a atuação de integrantes da Igreja Católica, ao lado de militantes de esquerda, assumindo pautas progressistas. Essa atuação foi inclusive fundamental na luta contra as medidas autoritárias e abusivas do governo federal e estadual durante o período de recrudescimento do regime (1968-1974). Após o Concílio Vaticano II, realizado na década de 1960, alguns teólogos puseram em evidência a necessidade da Igreja Católica voltar sua atenção para os mais pobres e combater as injustiças sociais, como forma de evitar a influência das ideologias de esquerda junto a esses segmentos da população. Tais posicionamentos condensam-se na Teologia da Libertação, cuja prática em Pernambuco teve como um dos principais expoentes o Bispo Dom Hélder Câmara. Nas palavras do Cientista da Comunicação, Emanuel Freire:

Para os militantes, Dom Helder era no Brasil e na América Latina, o principal líder e ‘o mais agressivo executor do trabalho de conscientização que vinha sendo desenvolvido pela esquerda clerical’. Dentre várias percepções colocadas sobre sua personalidade, observaram que sua caracterização como progressista constituiu também de um eufemismo. (FREIRE, 2020, p. 99).

A atuação de Dom Helder é comumente destacada ao se tratar da esquerda clerical em tempos ditatorial, esse eufemismo a que o autor se refere, em reduzir sua imagem à progressista, se dá porque o bispo teve uma participação ativa e declarada contra o regime, sendo responsável pela mobilização de muitas pessoas para os mesmos ideais. Além dele, outras figuras como Dom Basílio Penido e o Padre José Comblin, compõe o quadro de líderes da Igreja que resistiram à ditadura, eles foram responsáveis por um forte engajamento político também de quem os seguia dentro do catolicismo. Essa atuação trouxe proximidade da Igreja local com setores politizados da juventude, notadamente daqueles que passaram a integrar a Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Operária Católica (JOC), professando ideais libertários e socialistas. O combate ao

²⁸ Essa preocupação dos militares é uma outra forma de sinalização da ideia de Expectativa Revolucionária que se tinha de Pernambuco a qual nos referimos durante o tópico.

regime ditatorial e a denúncia internacional de ocorrência de torturas, nas dependências de instituições públicas, rendeu ao bispo Dom Hélder Câmara quatro indicações ao Prêmio Nobel da Paz. Não à toa a Comissão da Verdade estadual²⁹ recebeu o seu nome, prestando uma homenagem as suas ações e posturas, durante os momentos mais duros da repressão política.

Com isso, podemos observar que mesmo os setores que em outros momentos da história poderiam ser associados ao conservadorismo, estavam em Pernambuco também com participação na suposta subversão. Dessa forma, a “expectativa revolucionária” que caracterizou o estado e sua população, durante as décadas de cinquenta e sessenta, de certa forma foi de fato uma realidade com a qual os agentes de Segurança Pública precisaram lidar. Por conseguinte, esse cenário também foi marcado por uma forte resposta da repressão, visto que possivelmente já se tinha em mente que haveria um engajamento local considerável contra a implementação do regime.

2. 2. Às vias de fato: o posicionamento político do estado pernambucano diante da Ditadura

Apesar de todas as expectativas, ou talvez até como consequência disso, o bravo Leão do Norte apresentou uma vivência que na prática foi de certo modo diferente do que se imaginava. Se a promessa era de que Pernambuco seria um problema para o governo ditatorial, tendo em vista seu histórico revolucionário, a realidade foi de bastante repressão e conservadorismo, tanto por parte da classe política, como da própria população. Inicialmente, desde os primeiros momentos da deflagração do golpe, a movimentação contrária à ditadura se fez bastante presente, assim como por outro lado havia repressão para quem questionasse as atividades dos golpistas. De acordo com a historiadora Marcília Gama da Silva (2007, p. 167), no dia 1 de abril de 1964, os secundaristas Ivan Rocha Aguiar e Jonas José Albuquerque Barros foram mortos após um confronto com o Exército em um protesto e esse acontecimento causou uma grande comoção popular:

Iniciou-se no estado de Pernambuco uma trajetória de violência, crimes e atentados perpetrados pelas forças militares contra representantes do segmento estudantil, que já no início do governo civil militar deu indícios que não seria fácil de conter. Assim, vamos encontrar na documentação inúmeros episódios que mostram o confronto com a polícia por questões diversas, e o que se observa é o emprego de táticas

²⁹ Comissão Estadual Memória e Verdade Dom Hélder Câmara (CEMVDHC).

de resistência cada vez mais criativas, provocando reações múltiplas por parte dos órgãos de segurança (SILVA, 2007. p. 167).

Com isso, pode-se compreender que o estado contava com um quadro político bem conturbado; a repressão e resistência se retroalimentaram e progrediram com o passar dos anos após o golpe. De acordo com a percepção de uma das mulheres militantes que entrevistamos, Maria Teresa Vilaça³⁰, aos setores ditos de direita era permitido o engajamento político:

E, assim, uma coisa muito importante que a gente precisa ver em Pernambuco, que a direita é também, era ou é, já faz muitos anos que não estou mais lá, mas a direita era muito organizada. Ela tinha, vamos dizer assim, quadros muito importantes, por exemplo, as datas que eles consideravam, que eles chamavam de Intentona Comunista de 35, tinha pichação, tinha pichamento da direita, os filhos de donos de Usina ou de Engenho atiravam nas lâmpadas da Avenida Boa Viagem. Então eles tinham um trabalho, a direita de Pernambuco sempre foi uma direita respeitada, entendeu? Não era qualquer direita assustada. (VILAÇA, 2023, p. 16).

No caso particular das mulheres, vale salientar que distintas relações de poder se fazem presentes ao se analisar seus percursos na história. São determinantes fatores como gênero, raça e classe para se compreender o comportamento dos indivíduos em sociedade. Em Pernambuco, a movimentação feminina nos setores mais alinhados com os ideais igualitários neste período precedente ao Golpe Militar se espalhava entre as manifestações agrárias e, como sublinhado anteriormente, o traslado crescente para o litoral as aproximava também das pautas operárias e lutas políticas e socioculturais - levantadas pelo movimento estudantil e lideranças católicas. Em contrapartida, ainda que o governo estadual resistisse às movimentações antidemocráticas, houve paralisações tanto contra como a favor do regime.

De acordo com a pesquisadora Andrea Bandeira (2012, p. 153), a classe média e os proprietários de usinas, fábricas etc. estavam em uma espécie de corda bamba, onde pendiam para defesa da liberdade e democracia, mas também não concordavam com o

³⁰ Nascida no município de Gravatá, em Pernambuco, no dia 15 de outubro de 1945, filha de Sebastião Cordeiro Vilaça e Matia Estelita Lemos Vilaça, Maria Teresa foi inicialmente detida por agentes do DOPS, em 03 de julho de 1970 e levada à Secretaria de Segurança Pública; passou três meses nas dependências do DOPS e foi transferida para o presídio Bom Pastor, no qual cumpriu 4 anos e 2 meses de uma pena de 10 anos. As fontes sobre o caso de Maria Teresa Vilaça, utilizadas para o desenvolvimento do nosso estudo, são aquelas presentes no site da CEMVDHC, no Processo da Comissão Especial de Ex-presos Políticos (COMISSÃO ESPECIAL, 2012k), e uma entrevista concedida por ela para a nossa pesquisa.

avanço da luta de trabalhadores e da esquerda, que consideravam ser contra a família, a propriedade e o estado. Desse modo,

Assim justificadas, mulheres de setores da classe média e dirigente se organizaram no mês de março de 1964, nas ruas do Recife, em duas grandes “Marchas da Mulher, pela Família, com Deus pela Liberdade”. A primeira, no dia 6, e a segunda, no dia 19. A marcha que aconteceu no dia 19 inseriu-se num movimento mais amplo de marchas, em resposta ao comício da Central do Brasil, carregando a mesma bandeira “nacional” dos setores conservadores da política. (BANDEIRA, 2012, p. 156).

Tais mulheres, estavam empenhadas na contraposição ao comunismo, contribuindo para formação não só no estado como nacionalmente de uma “Rede Democrática”, onde ao passo que queriam frear qualquer avanço da esquerda, clamavam por justiça social, liberdade e democracia. Ainda consoante as palavras de Andrea:

Ante a inércia das “forças progressistas” e das esquerdas, a “direita golpista” continuava agindo. Para tornar essas ações golpistas verossímeis e legítimas, a Rede Democrática, atuando em âmbito nacional, manteve uma campanha de propaganda anticomunista incisiva, feita rotineiramente, num “trabalho de formiguinha”, e que grassava nos principais veículos de comunicação. (BANDEIRA, 2012, p. 164).

É fato que tais manifestações se referem à atividade feminina na esfera política nos momentos precedentes ao golpe. Entretanto, é necessário ressaltar que parcela das mulheres também fez parte e contribuiu para que a prática conservadora do regime existisse no estado. Dessa forma, pode-se dizer que existe uma complexidade considerável no que diz respeito à individualidade dessas mulheres. Também é fato que algumas delas se arrependeram de seu apoio ao movimento golpista quando perceberam que o governo instaurado não estava tão ao lado da democracia quanto diziam, entretanto a repressão fez seu papel em minar ao máximo tais sentimentos.

O Exército contava com os mais variados recursos para a repressão dos corpos considerados subversivos. A censura e o controle dos veículos midiáticos possuíram um papel importante nesse processo: o de controle psicológico da população. De acordo com o historiador Caíque Nascimento (2022, p. 37), o principal veículo de mídia do estado, o Diário de Pernambuco, corroborava com discursos conservadores e que destrataavam aquelas pessoas que fossem consideradas insubordinadas. Com a censura e controle dos veículos midiáticos, tornou-se muito mais fácil acessar a população com o intuito de convencer que, em primeiro lugar, não ocorria nada fora do extremamente necessário

quando a polícia militar precisava agir. Em segundo, se porventura cruzassem os limites do socialmente aceito teria sido uma desventura justificável, afinal esses civis estavam atentando contra a ordem e segurança da população ao se associarem ao comunismo.

A partir de 1970, houve a implantação do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) na cidade do Recife. Recife foi uma das quatro primeiras cidades a contar com o sistema, juntamente com São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, e se tornou um grande centro para o combate às pessoas ditas revolucionárias no Nordeste. Por outro lado, o estado também contou com a participação ativa de grupos diversos na resistência ao regime, mesmo porque, nos guiando pela ideia discutida por Foucault: “[...] onde há o poder há resistência, e, no entanto, (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (2020, p. 104). Nesse caso, o poder parece operar também de maneira dupla, onde se apresenta por um lado como exercício, por outro como resistência; movimentando a sociedade, a cultura e seus conceitos.

Dessa maneira, Pernambuco foi palco de diversas atividades políticas ao longo do regime, sejam elas em nome da contestação a Ditadura ou em prol da doutrina ditatorial. Até mesmo em regiões mais distantes do centro do Recife, foi possível identificar esforços políticos para tornar efetiva a doutrinação anticomunista, principalmente por conta da proximidade desses locais com as pautas levantadas pelas Ligas Camponesas e a clandestinidade de fugitivos políticos, abrigados em cidades interioranas. De acordo com o historiador Erinaldo Cavalcanti (2015), a atuação militar nesses locais, como é o caso da cidade de Caruaru, pode ser caracterizada como um misto de celebrações, vigílias e prevenções:

Quando o golpe de Estado e a subsequente ditadura instalada completaram um ano de vida, seus defensores e idealizadores da cidade de Caruaru, decidiram comemorar o aniversário do que denominavam de revolução vitoriosa. Uma programação festiva foi preparada na cidade com a participação de autoridades civis e militares. Entre os civis, o advogado Luiz Pessoa da Silva, descrito pelos órgãos de segurança como cidadão democrata e homem das letras, foi convidado para proferir palestra no auditório da Rádio Difusora de Caruaru. O discurso em defesa dos acontecimentos celebrados foi aplaudido longamente pelos presentes e classificado como brilhante pelas autoridades militares. (CAVALCANTI, 2015, p. 36).

As comemorações visavam criar uma atmosfera de medo e tensão nos grupos de oposição, ao mesmo tempo de celebração entre aqueles que apoiavam o regime, entre eles os próprios veículos de comunicação, responsáveis por colocar em ação a estratégia de

propaganda do governo, para manter a população sob controle, em troca de benefícios financeiros. Não apenas isso, mas essa propaganda clamava para o povo se envolver na luta contra o comunismo, convencendo-os de que isso seria uma atribuição de verdadeiros patriotas e democratas. Com isso, os cidadãos também fariam parte da manutenção do governo, possibilitando que fizessem denúncias e participassem, assim, da perseguição aos considerados inimigos do regime.

O governo militar conseguiu tornar efetiva a aplicação das doutrinas anticomunistas e a formação de uma atmosfera de terror. O comunismo já era um fantasma que assombrava o país, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, então essa era uma pauta que podia facilmente fazer parte do imaginário nacional. Explorar esse imaginário era, portanto, efetivo para os militares, ainda que em muitos momentos não se fizesse muito claro o que se estava sendo nomeado como comunismo. Uma população amedrontada, por seu turno, dificilmente se rebela contra os que estão no poder por razão de seus medos. Em todo caso, porém, há aqueles que se colocam na contramão de tais valores, vencem o medo por perceber que não existem monstros capazes de fazer o que estão anunciando. Que muito pior do que a deturpação da moral e bons costumes era a falta de liberdade para se expressar politicamente. Nesta situação, o sistema jurídico e político age de prontidão para prender e punir quando a prevenção não se faz eficiente.

Apesar de contar com investimentos e esforços consideráveis na área da segurança pública, o governo não foi capaz de silenciar completamente os movimentos sociais, as organizações políticas e os indivíduos envolvidos na luta a favor da democracia e contra o regime vigente. Ficou ao encargo dos agentes de segurança fazerem uso de violências variadas, e até criativas, para reprimir aqueles que fossem mais rebeldes. Sendo assim, as torturas eram utilizadas para concretizar o terror e dar consequências drásticas aqueles que insistiam em se opor ao governo. Arrancar informações daqueles que porventura acabavam presos era uma das justificativas de existência do aparato repressor, mas a violência como mecanismo contundente da ditadura, possuía outras funções.

2. 3. Anália Alves: estudo de caso sobre os efeitos da prática conservadora ditatorial para as mulheres

O caso da norte-riograndense Anália de Souza Melo Alves, não só o processo mas também suas atualizações recentes, ajuda a descortinar como a construção narrativa foi promovida pela ditadura e ilustra bem como os jornais desempenharam um papel

fundamental na comunicação dos acontecimentos³¹. Além disso, mostra como as violências foram utilizadas contra os ditos agentes da subversão, sobretudo para reprimir corpos femininos. As agressões serviam, com efeito, tanto para reprimir fisicamente o indivíduo subversivo, quanto para criar na população um senso de que consequências alarmantes (desde prisão até um desequilíbrio psíquico) para aqueles/las que de alguma forma se envolvessem com as pautas consideradas comunistas.

Nascida no atual município de Frutuoso Gomes, em 09 de julho de 1945, filha de Maria Pereira de Melo e Nicácio Loia de Melo, Anatália viveu grande parte da infância e adolescência em Mossoró (RN). Quando tinha 21 anos de idade, ela conheceu o homem que viria a ser seu marido, Luiz Alves Neto. Na época dos acontecimentos, ele trabalhava como funcionário do Banco do Brasil e era militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Em 4 de novembro de 1968, eles se casam, é quando Anatália passa a adotar o sobrenome Alves.

Por intermédio do marido, ela se aproximou das atividades do partido, tornando-se integrante ativa, e recebeu o codinome de Marina. No ano seguinte ao seu casamento, conforme consta no volume I do Relatório final da Comissão da Verdade (2017a, p. 211), em virtude da decretação do AI-5, as atividades repressivas se intensificam em Mossoró, o que fez o casal ser realocado pelo PCBR para Pernambuco, onde atuariam com os trabalhadores assalariados das usinas de açúcar na Zona da Mata. Já no estado, residiram em diversas localidades entre os anos de 1969 e 1972, até serem presos no município de Gravatá, sob a acusação de prática de “atividades subversivas”³². O registro da prisão de Anatália no DOPS-PE, no entanto, foi efetuado apenas no dia 13 de janeiro de 1973.

De acordo com os dados apresentados na versão oficial do Prontuário Individual (1973a, p. 30), ela vem à óbito em Pernambuco no dia 22 de janeiro de 1973, depois de cometer suicídio no banheiro da delegacia, se enforcando com o “cordão de sua sacola”. Desse modo, a narrativa que se constrói na documentação do DOPS é de que às 17:20 daquele dia ela solicitou ao agente Artur Falcão Dizeu para utilizar o sanitário, o que lhe

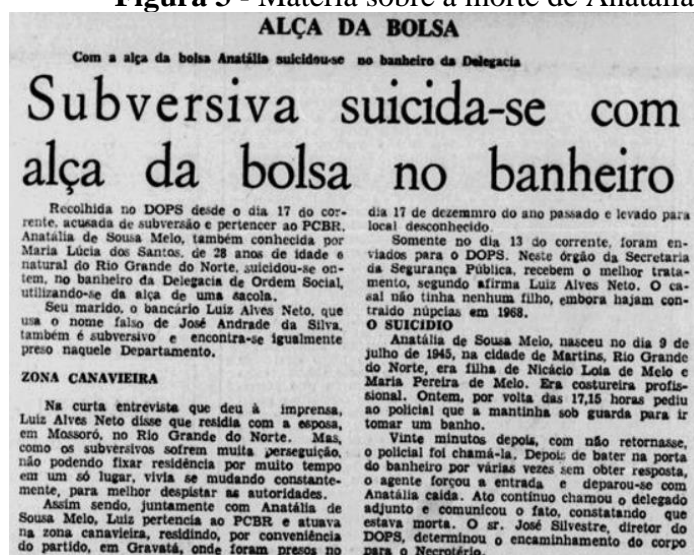
³¹ Os dados utilizados para a construção do tópico foram obtidos através do Prontuário Individual de Anatália de Souza Melo Alves, presente no acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), que fica localizado na Rua Imperial, 1069, bairro São José, em Recife (PRONTUÁRIO INDIVIDUAL, 1973a); e, dos volumes I e II do Relatório final da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (PERNAMBUCO, 2017a, p. 211-221) e (PERNAMBUCO, 2017b, p. 120-121).

³² É interessante observar que, conforme dito anteriormente, as prisões políticas ocorriam tendo como principal área o centro da cidade do Recife, mas a articulação de militantes se viu polinizada pelo interior do estado, onde a localização de fugitivos em clandestinidade se fazia mais difícil. Com isso, foi comum em Pernambuco ter células dos partidos e organizações espalhados por boa parte do território do estado, tanto pelo legado das Ligas Camponesas, quanto como parte das estratégias da resistência.

foi permitido, passado um tempo inabitual, o policial estranhou a demora e ao arrombar a porta se deparou com o corpo da presidiária caído ao chão e sem vida. Contudo, no relatório da perícia tanatoscópica, ela apresentava além dos traços indicativos da causa da morte de asfixia por enforcamento, queimaduras de primeiro e segundo grau no ventre, genitais e virilha (PRONTUÁRIO INDIVIDUAL, 1973a, p. 31).

Seu falecimento foi noticiado no dia seguinte pelos principais veículos de mídia, difundindo a narrativa do suicídio e suprimindo a informação referente às queimaduras.

Figura 3 - Matéria sobre a morte de Anatália



Fonte: Diário de Pernambuco, 1973, p.28³³.

Conforme se lê na matéria, a comprovação com a narrativa do regime por parte do Diário não se dá apenas no que diz respeito à causa da morte, mas também na utilização de termos para classificá-la e enquadrá-la como subversiva. Outro ponto contundente a ser observado, é que foi citado que, de acordo com o marido de Anatália, a prisão na realidade tinha ocorrido em dezembro do ano anterior ao registro, e que na ocasião eles foram levados para um local desconhecido, apenas após 26 dias foram levados para o DOPS.

A análise da documentação e de relatos orais, realizada pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), permitiu elucidar alguns elementos do caso. Foi estabelecido que, na realidade, ela havia sido torturada e assassinada e que a causa de sua morte foi asfixia por enforcamento provocado por

terceiros, não suicídio. De acordo com o relatório, a militante havia sido sequestrada no dia 17 de dezembro de 1972, e fora torturada pelos agentes do DOI-CODI até o dia em que foi presa no DOPS, em Recife. Os laudos presentes no prontuário individual foram investigados, apontando diversas lacunas documentais. Uma das hipóteses levantadas, inclusive, foi de que as queimaduras nas regiões genitais sugerem uma tentativa de ocultar evidências de estupro e que a alça da bolsa possuía um tamanho muito pequeno para ser utilizado para o cometimento do suicídio.

Figura 4 – Bolsa de Anatália



Fonte: PRONTUÁRIO INDIVIDUAL, 1973a, anexo E.

Figura 5 – Alça utilizada como prova do suicídio



Fonte: PRONTUÁRIO INDIVIDUAL, 1973a, anexo D.

Como pode ser observado nas imagens acima, do dossiê-processo de Anatólia, de fato, a teoria de que ela teria conseguido se enforcar com força suficiente para vir à óbito com algum dos elementos que compunham sua bolsa é pouco factível. As alças da bolsa não teriam tamanho nem resistência suficientes para ser utilizada com esse intuito. Além disso, se ela estava detida, não haveria como ter acesso aos seus pertences, o que torna toda situação descrita na documentação oficial ainda mais contraditória. Apesar disso, essa foi a narrativa adotada pelos militares para justificar a sua morte e a versão oficial aceita pela mídia.

Deste modo, podemos concordar que “O caso de Anatólia, como o de tantos outros, envolve o apagamento da memória a partir de um acontecimento que não foi inscrito, não foi registrado na história” (TAVARES, 2021, p. 150). As conclusões da CEMVDHC levaram à uma retificação do atestado de óbito, 41 anos depois dos acontecimentos, esclarecendo que havia sido um homicídio a real causa de sua morte. Outra questão sublinhada pela comissão foi com relação às práticas de violência sexual:

A violência sexual praticada contra Anatólia de Melo Alves é um exemplo emblemático das graves violações humanas cometidas pela

ditadura contra as mulheres em Pernambuco. Anátalia foi sequestrada, torturada, estuprada, morta e queimada pós-morte, tendo seu sepultamento sido realizado sem conhecimento dos familiares. Sua morte, dentro da própria sede do DOPS, na Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, foi justificada pela repressão, como um caso de suicídio. (PERNAMBUCO, 2017b, p. 120-121).

A presença de estupros como forma de tortura, de acordo com o documento, apesar de também existirem com homens, era mais predominante para mulheres. Tais questões permitem problematizar como se deu a repressão aos corpos femininos no período e, ademais, sobre a efetividade dos esforços para encobrir as torturas e os crimes de natureza sexual - o que pode ser constatado ao considerar a quantidade de anos em que a versão produzida pelos agentes foi tomada como verdade. Com efeito, essa narrativa que em primeiro momento a classifica como criminosa e, em segundo, a culpabiliza pela sua própria morte, não foi incomum.

Ressaltamos que a documentação produzida pelos agentes públicos da Ditadura Militar, revelam em si uma preocupação em manter o caráter oficial dos processos de repressão, dando mais legitimidade aos acontecimentos. Nesse aspecto, “[...] os arquivos da repressão são conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas durante períodos não-democráticos” (BAUER; GERTZ, 2015, p. 177). Este conjunto de documentos serviu para registrar a burocracia estatal, mas por outro lado, contribuiu para a construção de narrativas que auxiliassem os agentes a encobrir possíveis excessos em seus atos e violações aos Direitos Humanos.

Dessa maneira, podemos identificar que no estado de Pernambuco, embasando-se no destaque realizado pela historiadora Marcília Gama da Silva (2007, p. 100), é notável o papel desempenhado pela estrutura do DOPS-PE, que operou como um órgão chave para o desenvolvimento do aparato de vigilância e perseguição. Além do empenho para assegurar a efetividade do sistema de inteligência, tanto no recebimento quanto no compartilhamento de informações por todo território nacional, os agentes transformaram os porões dos presídios em verdadeiros palcos para tortura e repressão de presidiárias/os. Com isso:

O combate ao que vai sendo construído, nomeado, descrito como “atos subversivos” justifica o uso de um intrincado dispositivo de poder que articula investigação, produção e repasse da informação por todos os órgãos integrantes da rede, e no âmbito da própria sociedade, no momento que a sociedade civil é instada a passar de observadora à

colaboradora das atividades policiais de vigilância naquilo que se auto nomeia de rede a serviço da repressão (SILVA, 2021, p. 170).

É perceptível, portanto, que a ideia de defender a segurança pública da nação foi utilizada como justificativa para os abusos e violências do Estado. Neste sentido, retomamos a teorização de Mbembe (2018) para relacionar o caso de Anatólia, assim como de outras pessoas que, como ela, tiveram a vida cessada pela ditadura. A necropolítica envolve o exercício do poder de decidir quem vive e quem morre, especialmente em contextos de violência estatal. No período da ditadura militar no Brasil, o Estado, sob o pretexto de garantir a segurança nacional, aplicava estratégias de repressão que classificavam certas vidas como descartáveis. O caso de Anatólia, tal como o de muitas outras vítimas, revela como os corpos femininos e negros eram alvos de políticas de morte, em que a violência, a tortura e o assassinato eram legitimados pelas estruturas de poder. A narrativa oficial construída sobre seu suposto suicídio não apenas apaga sua existência, mas também reforça a lógica de que o Estado detém o controle absoluto sobre a vida e a morte de seus cidadãos, invisibilizando as violações cometidas.

A legislação, no que lhe concerne, esteve à serviço das doutrinas militares. As violências físicas, por deixarem muitas provas factíveis, eram evitadas, a não ser que fossem necessárias ou úteis para fazer a pessoa falarem mais facilmente. As ameaças e torturas psicológicas fizeram parte do cotidiano do DOPS e DOI-CODI para lidar com os militantes. Apesar disso, é preciso salientar que histórias como a de Anatólia não foram incomuns, não só em Pernambuco, mas também como no resto do Brasil. Nos casos em que a repressão física era levada ao extremo, os militares lançavam mão das mais elaboradas estratégias de se safar dos crimes ocorridos “em nome da pátria”.

Tópico 3 - Características e engajamento político-social das mulheres perseguidas durante a Ditadura Militar em Pernambuco 1968-1974

Iniciamos este tópico com o questionamento que nos guiará durante a discussão dos resultados que serão aqui apresentados, trazendo, portanto, foco no objeto de estudo desta dissertação. É possível traçar um perfil das mulheres militantes nas organizações políticas de esquerda, no estado de Pernambuco, entre os anos de 1968 a 1974? De maneira geral, onde haviam nascido? No contexto da ditadura militar, em quais instituições de natureza política essas mulheres militavam e que lugares ocupavam na luta contra o regime? Qual o perfil sociocultural dessas militantes? A leitura dos documentos por mim analisados, os prontuários individuais e os processos de indenização, foi iniciada na busca de traçar esse perfil inicial dessas mulheres.

A partir de uma primeira leitura definimos os dados a serem coletados em cada caso, para montar um quadro que relacionasse as trajetórias das mulheres que foram perseguidas pela Ditadura e que acabaram tendo como destino as delegacias, DOI-CODIs e porões do DOPS-PE, em Recife. Visando compreender melhor quem eram essas pessoas, comparando-as com o perfil mais amplo da população do estado, consultamos, também, os dados demográficos dos Censos de 1960 e 1970, procurando contextualizar os dados identificados.

O primeiro passo foi identificar os dados pessoais daquelas mulheres, tais como faixa etária, raça/etnia, naturalidade, se estavam gestantes ou não e analisar como cada aspecto pode ter influenciado nas trajetórias individuais de cada uma. Estes aspectos foram também relacionados com a posição social que ocupavam, observada a partir das profissões constantes dos processos. O cruzamento de tais informações revelou características comuns entre elas, importantes de serem destacadas e relacionadas com aspectos teóricos e históricos cabíveis. Contudo deve-se considerar também que os documentos se referem, em sua maioria, a mulheres que sobreviveram e posteriormente recorreram à justiça para receber uma indenização pelos danos sofridos. Sendo assim, os dados subnotificam as pessoas desaparecidas e não identificadas, cuja documentação foi destruída e não pode ser considerada na tabulação dos dados.

Dito isso, de maneira geral, através da documentação pesquisada é possível identificar que em Pernambuco um determinado grupo de mulheres esteve mais destacadamente envolvido com os acontecimentos políticos. O estado funcionou como um centro para onde convergiam pessoas da região Nordeste do país, aglutinando pessoas de distintas naturalidades. Isso pode ser constatado, pois entre as 69 mulheres que pesquisamos na amostra, apenas 26 mulheres eram naturais de Pernambuco, as demais procediam de outros estados, predominantemente da região Nordeste, e 3 delas eram naturais de outros países.

Ainda que Recife contasse com uma participação intensa de vários setores da sociedade na luta contra a Ditadura, o movimento estudantil foi o mais destacado na participação política, segundo o levantamento dos dados, sobretudo no que tange a mulheres cursando o nível superior ou já formadas em alguma graduação. Isso indica, de antemão, que as mais engajadas nos movimentos sociais representavam uma parcela pequena da população brasileira.

Visto que os veículos de mídia estavam censurados e a difusão de informações extraoficiais era restrita ou inexistente, estima-se que grande parte dos habitantes do país, sobretudo pessoas com menor letramento, não possuía ciência do que estava acontecendo

na esfera política. Com efeito, o movimento estudantil é bastante presente nos processos pernambucanos estudados na pesquisa. Ainda que mulheres de distintas classes sociais possam ser encontradas na documentação, a maioria das que foram perseguidas e presas estavam realizando cursos de graduação ou já eram formadas em alguma Universidade, o que para a época indicava que elas possuíam uma condição financeira confortável. Algumas mulheres eram oriundas de movimentos sociais relacionados ao universo da classe trabalhadora rural assalariada e da classe operária das usinas, mas esses grupos não consistiam na maioria das mulheres localizadas nos documentos.

A partir da ligação com as reivindicações estudantis, seja secundarista ou universitária, muitas passavam a integrar outros movimentos ou partidos políticos, dentre os quais a Ação Popular (AP) e o Partido Comunista Brasileiro (PCBR) se fizeram mais presentes na documentação. Uma parcela menor também acabou se envolvendo com as questões políticas através da participação na Juventude Operária Católica (JOC), por intermédio dos seus maridos, namorados ou em outras organizações como a Ação Libertadora Nacional (ALN). As funções desempenhadas nas organizações eram distintas, vão desde mulheres que trabalhavam em funções administrativas, na propaganda política e até mesmo participando de grupos armados.

Desse modo, ressaltamos que o acesso à educação, em um contexto em que apenas cerca de 2,5% da população brasileira atingia o Ensino Superior (SOUZA; RIBEIRO, 2009, p. 154), era bastante restrito, ainda mais para as mulheres. Isso indica que as pessoas que conseguiam chegar a ocupar esses espaços, em sua maioria, faziam parte de uma parcela da população mais abastada. Sobretudo quando se trata da participação feminina no ambiente acadêmico, esse acesso era ainda mais reduzido, visto que na época a formação universitária tinha prevalência masculina.

Durante a década de 1960, houve um grande questionamento, sobretudo por parte dos estudantes e professores, com relação à dificuldade de acesso à universidade e com relação ao número limitado de vagas ofertadas, algo incompatível com a quantidade de habitantes do país e daqueles que concluíam o ensino médio. De acordo com a pesquisa que realizamos através dos dados do IBGE de 1960³⁴, a população total de Pernambuco contava com um percentual de mulheres correspondente a 52%, ao passo que os homens representavam 48%. Por outro lado, o número de pessoas que neste período frequentava a universidade, era inferior a 1% da população. Dentre os universitários, 72% eram

³⁴ Censo Demográfico, 1960. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/?id=768&view=detalhes%3E>>. Acesso em: 20 maio 2023.

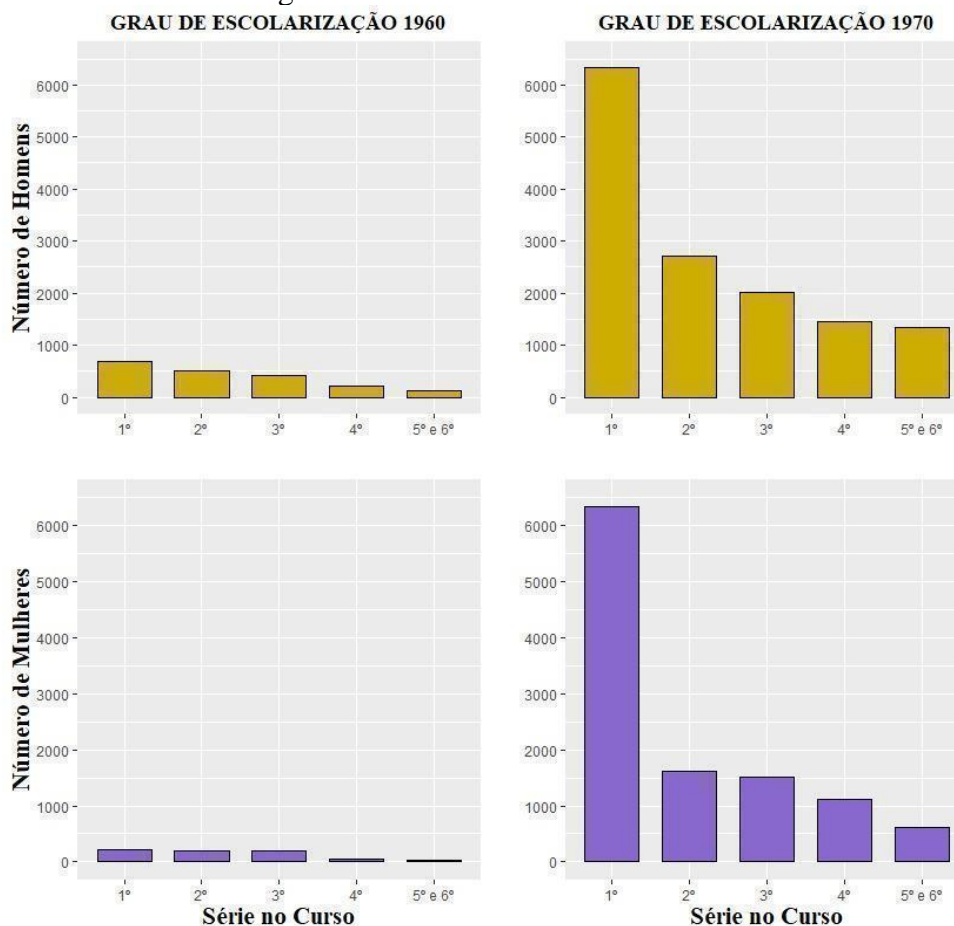
homens, o que evidencia que o acesso feminino ao Ensino Superior no estado era consideravelmente limitado.

O censo de 1970³⁵ revelou uma situação um pouco diferente, apesar do aumento da população do estado em cerca de 1 milhão de habitantes, a divisão percentual de 52% de mulheres e 48% de homens permaneceu inalterável. Já com relação à escolaridade, houve um aumento no número de pessoas no Ensino Superior, com um avanço significativo na presença de mulheres nas Universidades, fazendo com que o percentual se reduzisse para 54% de homens universitários, ao passo que as mulheres universitárias passaram a somar 46%³⁶. No entanto, conforme ilustra o gráfico 2, a permanência delas nos seus cursos continuava bem reduzida comparada à dos homens, tendo poucas conseguido chegar nas séries finais e concluir seus estudos.

³⁵ Censo Demográfico, 1970. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=769&view=detalhes>>. Acesso em: 20 maio 2023.

³⁶ Os dados percentuais que aqui apresentamos são resultado de uma análise estatística realizada com os números presentes no Censo de 1960 e 1970, estes números correspondem a divisão da população por sexo e por escolaridade e foram transcritos para uma tabela no software *Excel*, onde realizamos os cálculos estatísticos. Em seguida, apresentamos parte dos dados coletados também graficamente, para facilitar a visualização das análises realizadas.

Figura 6 - Comparação entre o grau de escolarização de universitários por gênero no estado de Pernambuco



Fonte: autoria própria³⁷

Também vale mencionar que a maioria das mulheres que na época foram presas tiveram sua trajetória acadêmica fortemente impactada pelo acontecimento de suas prisões. Entre as alegações mais frequentes nos processos de indenização é que um dos principais prejuízos causados pela perseguição que sofreram na ditadura foi precisar parar os estudos ou atrasá-los.

Neste sentido, uma das características mais marcantes da Ditadura Militar é o desenvolvimento de um aparato jurídico e institucional bem elaborado para a repressão às ditas ameaças à Segurança Nacional. Os atos institucionais, registros oficiais, sistema de inteligência, criações de departamentos de censura, dos DOPS, dos DOI-CODI, tudo servia a um mesmo propósito: manter a população dentro dos limites morais e políticos almejado pelos militares. A Justiça Militar desempenhou um papel fundamental nesse

³⁷ Realizamos a análise dos dados utilizando a linguagem de programação *Python*, uma ferramenta versátil e amplamente utilizada em estatística, ciência de dados e aprendizado de máquina, para montar os gráficos comparativos de barras que representam os resultados da pesquisa estatística obtida com os dados dos Censos de 1960 e 1970.

processo de institucionalização do regime e na penalização de estudantes também em sua trajetória acadêmica (MOTTA, 2014).

De acordo com a historiadora Angela da Silva (2011), o Superior Tribunal Militar, na condição de órgão máximo da Justiça Militar, tinha uma atuação em três direções: o exercício da justiça corporativa correspondia ao julgamento de crimes cometido por militares; o julgamento de crimes políticos cometidos pelos opositores do regime; e a justiça político-corporativa, que refere-se a um sistema judicial supostamente enviesado que julgava indivíduos acusados de delitos militares com motivação política, priorizando interesses políticos ou corporativos em vez da imparcialidade legal. Em suas palavras:

Em geral, os estudos sobre a Justiça Militar durante o regime militar destacam a utilização desse espaço tradicional da administração brasileira como local de legitimidade às ações punitivas do governo. Legalidade e legitimidade foram preocupações que caminharam juntas ao longo do regime. Na mensagem ao Congresso Nacional de 1965, o presidente Castelo Branco enfatizou sobremaneira a crença e a insistência na manutenção da ordem legal como o caminho para institucionalizar a “Revolução” [...] (SILVA, 2011, p. 85).

Como o engajamento no movimento estudantil era notável no caso das mulheres da amostragem da pesquisa, a preocupação presente nos processos de pedido de indenização por danos físicos e morais era evidenciar que o que ocorreu durante a Ditadura afetou a trajetória acadêmica delas. Vale salientar que uma das estratégias da repressão foi justamente impactar quem porventura estivesse se envolvendo com a militância a partir dos diretórios acadêmicos, da União Nacional dos Estudantes (UNE), União dos Estudantes de Pernambuco (UEP) e outras instituições que se posicionassem contra o governo.

Em 26 fevereiro de 1969, foi publicado o Decreto-Lei 477 que se voltava para a repressão às atividades políticas de estudantes, professores e funcionários das instituições e ensino. Segundo o decreto, cometia infração qualquer membro das atividades acadêmicas que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle;

- III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe;
- IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;
- V - Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;
- VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

As punições para tais delitos variavam conforme se considerava sua gravidade, de forma que, nos processos que analisamos, o dispositivo mais utilizado foi o inciso IV do Decreto, pois a maneira mais eficaz da disseminação de ideias se dava a partir da distribuição de panfletos, livros etc, visto que os principais meios de comunicação (rádio e jornais) estavam censurados. Além disso, alguns dossiês-processo também trazem ênfase na participação em congressos de estudantes e tentativa de organização de manifestações políticas.

Entretanto, com a leitura da documentação presente nos processos de indenização conseguimos constatar que muitas mulheres conseguiram driblar o enquadramento nesse decreto. Uma das estratégias comuns para isso era realizar o trancamento do curso antes dos nomes passarem a ser procurados. O principal motivo para essas manobras era porque ainda que fossem presas, depois de soltas conseguiriam voltar aos seus cursos sem grandes prejuízos. A depender da penalidade que levassem, segundo o Decreto-Lei 477, poderiam ficar sem poder ter vínculo com qualquer instituição de ensino por um prazo de três anos e proibidas de ser beneficiárias de bolsas ou qualquer ajuda do poder público por cinco anos. No caso do corpo docente, haveria além da demissão, a impossibilidade de ser admitida em qualquer instituição por até cinco anos. Com isso, caso fossem presas, se não tivessem mais nenhum vínculo universitário, não teriam impactos ainda maiores em seus estudos.

O ano de 1968, ficou marcado, internacionalmente, por uma série de acontecimentos políticos, chegando a ser popularmente conhecido como o “ano que nunca terminou”. Estudantes de vários países da Europa promoveram grandes manifestações políticas, em busca de maior acesso ao ensino superior, a mudança nas estruturas de poder nessas instituições, melhores condições de vida e oportunidades no

mercado de trabalho, questionando o governo em prol da conquista de mais direitos³⁸. Já o Brasil, experienciando a decretação do AI-5, condenava e criminalizava o 30º congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado na cidade paulista de Ibiúna, fazendo estudantes do país inteiro se articularem para lutar contra o regime ditatorial. De acordo com a cientista social Jordana Santos (2009), a articulação do movimento estudantil foi indispensável para o combate à ditadura, mas em consequência disso, os estudantes foram um dos grupos mais atingidos pela repressão política.

Outro aspecto identificado através da comparação entre os dados dos censos de 1960 e 1970 e que pode estar relacionado às mulheres estudadas nesta pesquisa, é que houve um aumento na população urbana, concomitante à diminuição da população rural. Essa movimentação da população é importante de ser pontuada, pois em Pernambuco o movimento operário e sindical também se fez fortemente presente na luta contra à ditadura. Alguns acontecimentos se cruzam com esse processo, principalmente no que diz respeito às mudanças no estilo de vida feminino. A pesquisa documental, portanto, revelou dados sobre aqueles nomes presentes nos prontuários, mas é necessário tecer observações sobre o contexto em que essas pessoas estavam inseridas, antes de seguir com a análise dos dados.

Além da classe, identificada através da escolaridade, existem alguns elementos que as relacionam e ajudam a montar um perfil de quem eram as mulheres perseguidas pelo Estado, em Pernambuco, durante a ditadura. Um dos pontos chave para a compreensão do movimento no país foi justamente a mudança no estilo de vida das mulheres, que em linhas gerais passaram a ter mais envolvimento na sociedade, no trabalho e na política. A comparação que realizamos entre os censos de 1960 e 1970 apresentou em Pernambuco uma redução de 23,04% na quantidade de mulheres trabalhando nas atividades agrícolas, na pecuária e na silvicultura, enquanto entre os homens a alteração não foi significativa. Um dos reflexos da migração das mulheres do meio rural para o urbano era justamente o crescimento no número de mulheres, sobretudo brancas, trabalhando fora de casa e em profissões atreladas à formação acadêmica, considerando o aumento percentual de mulheres nas universidades.

Dentre os setores econômicos, o que mais empregou mulheres em Pernambuco foi o de atividades sociais, que apresentou um aumento percentual de 150,94%, sendo seguido pelo setor de prestação de serviços, cujo aumento foi de 37%. Ou seja, parte significativa das trabalhadoras em Pernambuco passaram a ocupar cargos nas seguintes

³⁸ Cf.: MIGUEL, 2018.

atividades: ensino público e privado; assistência médico-hospitalar pública e particular; saneamento, abastecimento e melhoramentos urbanos; previdência social; assistência e beneficência; culto e atividades auxiliares; instituições culturais; e, sindicatos e associações de classe. Esses dados indicam que o acesso à educação tornou-se uma preocupação mais latente das mulheres na década de 1970 comparado à década anterior, visto que essas estavam cada vez mais atuando profissionalmente em áreas que exigiam educação formal.

Esse aumento da presença feminina no mercado de trabalho pode estar relacionada ao fato de que o movimento feminista local estivesse diretamente envolvido com as reivindicações trabalhistas, já que a entrada das mulheres no mundo da política se dava muitas vezes, a partir do questionamento das condições de trabalho. Vale ressaltar também que os aspectos observados se referem sobretudo a mulheres brancas, pois as mulheres negras já estavam inseridas no mercado, quase sempre exercendo atividades subalternas e de baixa remuneração, não havendo uma mudança significativa no estilo de vida para elas.

Existe coerência entre os dados observados na pesquisa e as teses dos estudos já realizados sobre a trajetória de luta política de mulheres e sua conexão com o feminismo. De acordo com Leila Linhares Barsted:

A existência dessas distintas formas de encaminhamento do feminismo pode, de forma ainda exploratória, ser remetida aos impasses e questões colocadas pela ditadura, em plena vigência do AI-5: sonegação de direitos, repressão política, censura, arrocho salarial, suspensão de habeas corpus, dentre outras. Tais questões informavam às militantes desse movimento, que temiam ser definidas como alienadas, que se afastassem das discussões priorizadas pelos grupos de oposição ao regime militar (BARSTED, 2019, p. 166).

De fato, as possibilidades de discussões políticas para as mulheres ficavam delimitadas às prioridades que o contexto impunha. Seria, portanto, fundamental restituir a democracia, ou ao menos acabar com a Ditadura Militar, essa era a prioridade, para então conseguir trazer as pautas sociais e difundir a luta por igualdade, pois com a censura e repressão não haveria margem para as feministas atuarem em qualquer demanda social.

Com isso, observamos nos dados que o crescimento da população feminina em atividades trabalhistas pode ter influenciado bastante na dinâmica do combate a repressão e de como a pauta feminista se apresentou para as brasileiras e especificamente em Pernambuco. O aumento do interesse feminino com relação às pautas políticas nos setores universitários também se tornava um ponto chave para mulheres se envolverem nas

movimentações políticas do período. Além disso, no caso da amostragem, a maioria das militantes fichadas pela repressão estavam frequentando universidades, e cursando o nível superior, o que pode indicar que haveria uma perspectiva para o futuro comum entre elas, que conectasse diretamente o trabalho a ser exercido pós-formação com a necessidade de lutar contra a Ditadura, para depois ter o direito de lutar por melhores condições de trabalho em seus cargos. Isso inclui a luta por salários equivalentes aos dos homens, o reconhecimento delas como profissionais competentes, o incentivo à contratação e não exclusão por gênero etc. Demandas que de fato foram pensadas e discutidas mais à frente, no processo de redemocratização, conforme ressalta a historiadora Kerley Amâncio:

Contudo, o período de retomada da democracia representou um marco na luta por direitos. O país entrava em uma nova fase política, e a elaboração de uma nova Constituição sinalizava o momento de “fazer ouvir” e de “fazer valer” as conquistas alcançadas ao longo do desenvolvimento do movimento de mulheres. (AMÂNCIO, 2013, p. 79).

Ou seja, com o passar dos anos e fortalecimento da participação das mulheres na vida política, envolvidas em vários setores da sociedade pernambucana, as pautas que não eram prioritárias por conta da Ditadura, que era o principal objetivo a se combater, passam a emergir quando o regime se enfraquece.

Com isso, as mulheres passam a se organizar e a se reunir, um dos indícios disso é a formação do “Lobby do Batom”, que foi o grupo de pressão criado pelas mulheres feministas para acompanhar e influenciar no processo constituinte de 1988. Sendo assim, cabe ressaltar que a trajetória do movimento feminista no país não obedece às mesmas temporalidades do movimento em outros lugares do mundo, não são enquadráveis na nossa realidade brasileira, não apenas aqui como em grande parte do território latinoamericano e também asiático. Nas palavras da escritora Constância Lima Duarte:

Enquanto em outros países as mulheres estavam unidas contra a discriminação sexual e pela igualdade de direitos, no Brasil, o movimento feminista teve marcas distintas e definitivas, pois a conjuntura histórica impôs que as mulheres se posicionassem também contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida. (DUARTE, 2019, p. 42).

Por outro lado, vale ressaltar que embora grupos feministas tenham fomentado iniciativas de levantar tais pautas igualitárias a respeito do gênero, nem todas as mulheres

que estavam ativas e engajadas na luta política se entendiam como integrantes do movimento feminista. Algumas, por exemplo, entendiam-se como “mulheristas” (CF: SOBREIRA, 2019), que apesar de também defenderem as pautas levantadas pelos movimentos feministas, não se identificam com o grupo de mulheres que compunham o feminismo.

Neste sentido, o feminismo brasileiro segue trajetórias próprias, à medida que foi fortemente impactado pelo contexto ditatorial. Com isso, existiam prioridades entre as pautas e lutas feministas, pois além das mulheres estarem envolvidas com as reivindicações contra o regime, elas procuravam melhores condições e oportunidades de trabalho. As questões de liberdade sexual e reprodutiva, pautas antirracistas e apuramento das discussões da comunidade LGBTQIA+ ficaram de certa forma suspensas pelos movimentos sociais e organizações políticas durante o período ditatorial, mesmo porque a censura e repressão não abriam margem para tais reivindicações.

No que diz respeito aos dados sobre raça e etnia, tínhamos a expectativa de conseguirmos estabelecer considerações relevantes. Porém, os dados deixam lacunas significativas, visto que as discussões raciais levaram muitos anos para romper a barreira inicial do racismo brasileiro que levava a não se tratar do assunto e até mesmo negar sua existência (Cf.: CAMINO et al, 2001, p. 21). Com isso, compreendemos que no período de 1968-1974, a raça, ou nos termos da época “cor”, não seria um dado simples de ser estudado.

De acordo com a historiadora Tauana Silva (2019), existia, inclusive, um preconceito com relação às pessoas negras e moradoras de favelas, duvidando de sua capacidade de se organizar politicamente para lutar contra o regime. No entanto, consoante a autora ressalta em sua Tese, isso abriu um espaço para que as regiões limítrofes da cidade se fizessem de refúgio para quem estivesse atuando na militância. Com isso, não somente pessoas brancas e de classe média se articularam com os movimentos sociais, mas conforme se supõe, os ocupantes dessas regiões estiveram ativos e engajados nas reivindicações da esquerda. Neste sentido, as mulheres negras se fizeram presentes nas articulações de dadas pautas:

Outras mulheres negras, durante as entrevistas coletadas em 2015, reiteraram a ideia de articulação entre os movimentos negros e os movimentos de esquerda durante a ditadura. Elas qualificaram suas trajetórias de militância como extrínsecas às organizações revolucionárias, entretanto apontaram alguma atuação nos diferentes grupos antirracistas, estando ambos os organismos comprometidos com o fim do regime autoritário. Entre as 163 informantes, encontram-se os nomes de Maria Lúcia da Silva, Iolanda de Oliveira, Vera Lúcia

A relação entre mercado de trabalho e raça são bastante evidentes no Brasil, por ter sido um país constituído na concepção que existiriam corpos específicos para cada tipo de trabalho. O regime escravista deixou marcas profundas na sociedade brasileira, assim como a forma como foi realizada a chamada abolição da escravatura que restringiu as oportunidades de trabalho para as pessoas negras, condenando-as a condições financeiras, de trabalho e habitacionais precárias.

Todos esses processos se refletiram na constituição do estilo de vida das pessoas, durante o recorte temporal e espacial que estudamos nesta pesquisa, revelando, portanto, a importância de tentar compreender como especificamente se colocavam as mulheres negras diante dos dados de escolarização e setores de trabalho. Apesar disso, as questões referidas à raça não pareciam ser uma preocupação para os agentes da ditadura, que tentavam suprimir a todo custo dados relacionados a esse assunto na documentação produzida pelo regime. A partir da leitura das palavras do historiador Petrônio Domingues (2007), podemos compreender que,

O golpe militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do “preconceito de cor” no país. Como consequência, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil. (DOMINGUES, 2007, p. 111).

Essa questão pode ser observada claramente dada as limitações documentais tanto no que tange os processos de indenização quanto aos prontuários individuais que não trazem informações sobre raça e etnia. Apesar de ser um dado importante de ser referido, os documentos raramente trazem uma base confiável para a análise estatística. Se fosse levado em consideração apenas o que consta nas fontes, em torno de 70% das mulheres da amostra seriam brancas, o que poderia até fazer sentido levando em consideração o perfil econômico e profissional das mulheres da amostra, porém consideramos que esses dados são enviesados e imprecisos. Por outro lado, ainda de acordo com a historiadora Tauana Silva (2019, p. 94), em sua leitura dos historiadores Flávio Gomes e Petrônio Domingues (*Apud* 2013), houve uma abordagem de estudos voltados ao movimento operário, com destaque para os primeiros anos de sua constituição, que privilegiavam um recorte eurocêntrico das fontes. Com isso, os estudos sobre a classe trabalhadora

difícilmente voltaram-se para as origens raciais que tanto caracterizam a história do trabalho no país. Em suas palavras:

Aliás, as mulheres negras entrevistadas também criticaram a ausência do critério raça nas pesquisas sobre o trabalhador nacional. E isso, tanto no âmbito dos poderes públicos quanto no âmbito dos centros universitários. Consoante as reflexões da informante Neusa Maria Pereira, jornalista e militante da Convergência Socialista durante a ditadura militar, impreterivelmente a população negra atuou diretamente nas ações políticas que representaram as memoráveis lutas do operariado nas primeiras décadas do século XX, e, dentro de uma concepção decolonial, Neusa acreditava, já durante seu trabalho nos anos 1970 como fundadora e redatora da Seção Afro-Latino-América, no jornal *Versus*, que as teorias dos militantes e escritores africanos e europeus poderiam ser aplicadas no Brasil a partir de uma perspectiva que considerasse as especificidades locais. No entanto, ela afirmou igualmente que esse projeto foi historicamente dificultado em razão da teoria da democracia racial, que justificou a inexistência de estatísticas e análises científicas que pudessem certificar o número de negros que trabalhava nas fábricas e nos serviços, mas, sobretudo, que fossem capazes de confirmar qual era o lugar de mulheres e homens negros no mercado de trabalho (SILVA, 2019, p. 95).

Com efeito, essa ideia distorcida com relação à “teoria da democracia racial” dificultou, e muito, a possibilidade de estudos voltados para a questão racial no país, sobretudo durante os anos de ditadura, dado o controle e censura de dados e pesquisas que pautassem o assunto. A premissa era de que se existia uma democracia racial, pouco importaria saber das dificuldades enfrentadas diariamente pela população negra, afinal não existiria racismo no Brasil. Tal perspectiva, não só distorcida como falaciosa, auxiliou no processo de supressão dos movimentos negros, que muitas vezes se viram invisibilizados no próprio debate público, inclusive por parte de movimentos militantes, que então privilegiavam a luta contra a Ditadura Militar acima de qualquer pauta.

De acordo com o IBGE, a população negra brasileira é composta por pardos e pretos, partimos desse pressuposto para realizar a leitura dos documentos. Porém, sabemos que os documentos foram redigidos pelos agentes militares e que a autodeclaração da identidade étnica foi um processo decorrente da luta do movimento negro principalmente pós regime ditatorial, quando os debates raciais ganham mais força no espaço público. Notamos que o racismo se faz presente na documentação estudada, já que sempre que uma pessoa não branca era identificada como tal, havia uma tentativa de suavizar o tom de pele daqueles corpos. Difícilmente o campo destinado ao registro da cor era preenchido, e quando era, normalmente eram utilizados termos como: “morena”, “parda clara”, “branca trigueira”, ainda que o tom de pele observado através das fotos

fosse visivelmente escuro. A palavra negra apareceu raramente e nenhuma ocorrência de mulheres pretas foi identificada, ainda que posteriormente algumas passaram a se declarar desse modo.

Como alternativa para ao menos estabelecer uma discussão sobre a situação das mulheres negras no estado de Pernambuco, buscamos nos censos de 1960 a 1970 os dados sobre raça/etnia. A grande problemática é que o empenho ditatorial em abafar e deixar esse tópico em segundo plano não foi apenas identificado nos dossiê-processos. O censo de 1970 censurou a informação sobre cor e, com isso, não é possível estabelecer uma comparação entre as duas décadas, de quantas pessoas morreram, quais eram as atividades profissionais que exerciam, como a população negra se comportou nesse período. Essa lacuna é bastante significativa, pois os dados sobre a comunidade negra só retornam ao censo em 1980, quando passa a ser incluído também o registro de pessoas indígenas. Assim, ficamos sem informações sobre as pessoas negras durante a ditadura no estado de Pernambuco, se cria esse não dito que nos informa bastante sobre o caráter estrutural do racismo no período. Desse modo, ainda de acordo com Domingues:

A reorganização política da pugna anti-racista apenas aconteceu no final da década de 1970, no bojo do ascenso dos movimentos populares, sindical e estudantil. Isto não significa que – no interregno de recrudescimento da ditadura – os negros não tenham realizado algumas ações. (DOMINGUES, 2007, p. 112).

É válido destacar, portanto, que houve sim uma articulação de mulheres no movimento negro, sobretudo aqueles atrelados aos movimentos da classe operária e trabalhadora³⁹. Porém, o mapeamento das atividades políticas dos negros e negras é bastante difícil e, segundo o autor, não parecia ter uma conexão direta com o enfrentamento ao regime. Isso pode ser afirmado em nosso trabalho a partir das fontes que estudamos na pesquisa, pois não conseguimos identificar sequer dados concretos sobre raça, muito menos sobre a presença negra na organização dos grupos e quais eram suas pautas prioritárias. O movimento negro, assim como o movimento feminista, apresentou dinâmica e ritmos próprios no território brasileiro, durante a Ditadura Militar. O próprio racismo estrutural no país pode ser um dos responsáveis por essa situação, visto

³⁹ Destaco, com isso, alguns trabalhos acadêmicos que voltaram-se à discussão racial e de classe, lançando, para essa finalidade, mão de distintas fontes no intuito de conseguir vencer as dificuldades impostas pela documentação oficial; além disso, são leituras que podem contribuir para o estudo e problematização do regime: Lady Almeida (2010), Sandra Azeredo (1989), Lilian Back (2013), Maria Aparecida Bento (2005), Sueli Carneiro (2001), Pedro Chadarevian (2012), Nubia Moreira (2011), Ana Luiza Martins e Emílio Fernandes (2024), Raquel dos Santos e Adriana Simões (2022), Suewellyn Sales (2023) e Geanine Escobar (2014).

que parcela significativa de integrantes dos próprios movimentos ditos de esquerda eram homens brancos com maior poder aquisitivo e largo acesso à escolarização; a questão das discussões raciais e de gênero não eram vistas com devida seriedade, já que esses integrantes não eram afetados pelo resultado da falta de debate público a respeito dessas temáticas.

Nesse sentido, para compreender o processo de movimentação política feminina que pode ser identificada nos dados da amostra, também consideramos relevante estabelecer diferenças entre o feminino, como identidade de gênero, e o ser mulher, como designação de identidade sexual. Isso porque foi observado que a documentação estudada traz uma restrição quando se refere a indicar as identidades de gênero e sexo das prisioneiras, além de que reduzem o gênero ao sexo, naturalizando-os. Assim como raça/etnia é uma marcação de difícil identificação, encontrar na documentação corpos femininos que não fossem vistos e ditos como cisgêneros é praticamente impossível, se levarmos em consideração apenas os prontuários individuais e processos de indenização.

Aqui cabe colocar que sendo o corpo o resultado de uma carne trabalhada pela ordem social e cultural, por códigos e relações de poder, atravessada por símbolos, ele é fruto de uma performatividade, tal como nos fala Judith Butler:

Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade (BUTLER, 2017, p. 235).

Assim, o gênero está para o corpo como uma determinação de sentidos que são identificados e incorporados para depois serem expressos na forma de atos que o performem, tanto para o próprio sujeito se afirmar como um corpo gendrado, quanto para os outros corpos o reconhecerem como tal.

Além disso, vale ressaltar que essa percepção não foi sempre um consenso na sociedade: as lutas feministas e dos homossexuais são responsáveis por estabelecer um processo de desconstrução, ou desestabilização, do “ser” humano que por conseguinte reverbera na problematização do que viria a ser “mulher” e ser “homem”. Ou seja, no recorte temporal que estudamos (1968-1974) prevalecia outra visão de como os corpos eram constituídos, o que explica os documentos relacionarem de forma imediata genitália e gênero. Além disso, as pessoas que estavam fora desse padrão heterocisnormativo,

viviam em condições de abjeção na sociedade, ou seja, dificilmente eram consideradas como se identificavam ou tratadas de maneira digna.

A filósofa britânica Denise Riley (1990) argumenta que existe uma construção histórica e monotonamente constante de oposição entre homens/mulheres, e que essa antagonização tem como efeito a produção e reprodução dela mesma. O reconhecimento de “mulher” como uma categoria vacilante e histórica, promovido sobretudo mediante os questionamentos do movimento feminista europeu, entretanto, não está necessariamente atrelado à discussão sobre os gêneros:

Se isso leva a celebrações feministas do corpo como feminino, que esquecem intoxicantemente a temporalidade e a maleabilidade da existência de gênero, ao mesmo tempo torna a crítica feminista de, digamos, o posicionamento instrumental dos corpos da mulher ainda mais difícil de desenvolver de forma coerente, porque essa crítica também precisa de alguma noção de temporalidade. Pode-se afirmar que uma característica do olhar do sádico é fixar e congelar seu objeto, insistir na diferença absoluta para proibir o movimento. (RILEY, 1990, p. 103, tradução nossa)⁴⁰.

O corpo feminino, a partir dessas discussões feministas, passa a ser fixado nessa categorização do ser mulher, que é essencialmente cis-gênero e branca. A progressão dos estudos sobre gênero e sexualidade, apesar disso, considera a identidade como um fator chave para a compreensão de que em vez de se pautar por múltiplas variações dentro dos conceitos de homem e mulher, seria necessário considerar múltiplos cenários de identidades que marcam a experiência humana particular e coletivamente através da linguagem expressa pelos corpos. De acordo com a socióloga Karen Cerulo (1997), essa renovação nos estudos e novas pesquisas:

“[...] reconsideram a identidade de gênero, ouvindo a voz de mulheres de cor, de várias classes sociais, e mulheres lésbicas e bissexuais. Eles expõem os perigos de abordar gêneros coletivos como entidades homogêneas e sugerem uma cautelosa consideração a respeito da complexa, e por vezes contraditória, natureza da existência coletiva” (CERULO, 1997, p. 392, tradução nossa)⁴¹.

⁴⁰ “If it leads to feminist celebrations of the body as female, which intoxicatingly forget the temporality and malleability of gendered existence, at the same time it makes the feminist critique of, say, the instrumental positioning of women's bodies all the harder to develop coherently, because this critique needs some notion of temporality too. It could be claimed that a characteristic of the sadist's gaze is to fix and freeze its object, to insist on absolute difference to forbid movement.” (trecho na língua original).

⁴¹ “[...] reconsider gender identity, giving voice to women of color, those of various social classes, and lesbian and bisexual women. They expose the dangers in approaching gender collectives as homogeneous entities and urge careful consideration of the complex, often contradictory, nature of collective existence.” (trecho na língua original).

Destarte, com os olhos do presente, não consideramos mais ser possível entender mulher como uma categoria única e hegemônica. Com isso em mente, podemos nos voltar para o período analisado, pois ao definir que o grupo de pessoas estudadas ao longo desta pesquisa são mulheres, e entendê-las também como corpos femininos, precisamos ressaltar que compreendemos que estes não eram os únicos tipos de corpos femininos existentes no período. Entretanto, consideramos que as variantes do ser mulher entre os anos 1968 a 1974 se restringem, na documentação oficial, aos corpos femininos cisgêneros, e são eles que tomam o centro da análise da nossa pesquisa.

Vale mencionar, portanto, ainda que não sejam citadas na documentação, que durante os anos de Ditadura Militar, os corpos femininos para além da identidade cisgênero era sobretudo composto pelas travestis, que possuíam uma vivência particular e diferente das demais figuras femininas. A identidade travesti difere da identidade das mulheres trans e é um conceito anterior à própria visibilidade e emergência da categoria da transgeneridade - um termo guarda-chuva para homens, mulheres, pessoas não binárias, interssexo, entre outros indivíduos que se identificavam com gêneros diferentes do qual foram designados no nascimento.

Até as décadas de 1960 e 1970, a palavra travesti não era utilizada como uma categoria identitária, e era mais relacionada a performances femininas ou afeminadas realizadas por homens que eram considerados cisgêneros e homossexuais. Porém, a comunidade LGBTQIA+ passa por transformações e novas discussões vão tomando força, e ainda na década de 1980, a luta contra a homofobia e a transfobia começam a ser trabalhadas com mais seriedade. Isso resulta em atuações da comunidade durante o processo de redemocratização, no movimento constituinte, onde a Constituição de 1988 passa a incluir “orientação sexual” no trecho que proíbe discriminações⁴².

Atualmente, pessoas travestis são aquelas que não se identificam com o gênero designado no nascimento, geralmente masculino, e que performam feminilidade em seus corpos, notadamente através do uso de vestimentas e outros recursos tecnológicos e de outras técnicas corporais. Existem preferências entre travestis por pronomes de tratamento, algumas preferem ser chamadas sempre no feminino “ela” e “dela”, ao passo que outras pessoas optam por ser tratadas de forma neutra, não se atendo ao binarismo. Com isso, ainda que sejam corpos femininos por se considerarem como tal, não é via de regra que se considerem mulheres, por diversos motivos. A trajetória dessa identidade,

⁴² Cf. CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 319–351.

portanto, deve ser observada para ter mais claras as diferenças nos conceitos de travestilidades durante a ditadura e hoje, para que seja possível entendê-los como corpos femininos, ainda que não estejam presentes na documentação e não tenhamos como identificá-las nos processos.

Algo que infelizmente é constante na história do Brasil é a perseguição a corpos femininos, principalmente quando se trata de pessoas trans e travestis. No período ditatorial não foi diferente, de acordo com o historiador Caíque Nascimento, além da censura deliberada pela gestão do estado de Pernambuco, os próprios veículos midiáticos corroboravam com discursos LGBTQIA+fóbicos. Em suas palavras:

Uma das pautas defendidas pelos governos militares e pela elite socioeconômica do Brasil era a moralização da sociedade para que tivéssemos uma pátria sadia. Em muitos momentos, o Diário de Pernambuco publicou conteúdos discriminatórios, vexatórios e criminalizadores. Dessa forma, contribuíram negativamente com a construção do imaginário social do povo pernambucano sobre a travestilidade. (NASCIMENTO, 2022, p. 37).

Em 1970, por exemplo, o coronel Gastão Barbosa Fernandes proibiu travestis e homossexuais de frequentarem o carnaval recifense sob pena de prisão, à quem desacatasse a ordem, medida apoiada por grande parte da sociedade civil da época. Não apenas isso, as prisões, torturas subnotificadas e falta de registros com nome social ou identificação (visto que não havia nenhum tipo de legalização que apoiasse e muito menos reconhecesse a transição de nome por conta do gênero), são problemáticas que tornam difícil precisar que corpos femininos travestis foram perseguidos durante a Ditadura Militar.

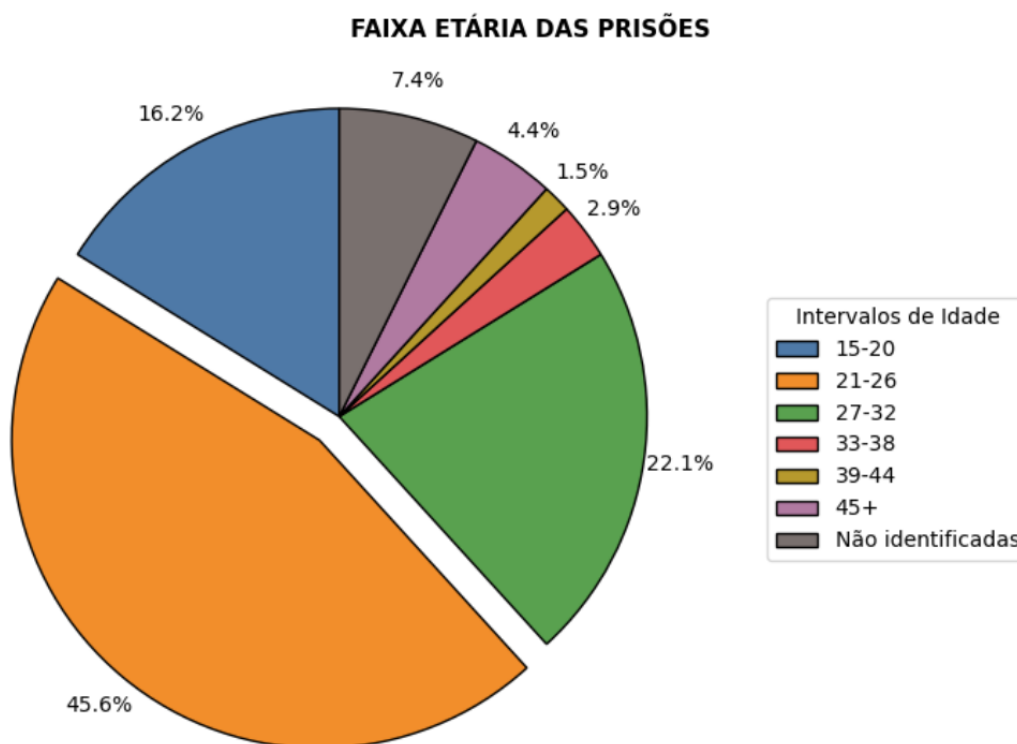
Entretanto, estima-se que desde 2008, quando o dado começou a ser registrado, o Brasil é o país em que mais se mata pessoas trans e travestis⁴³. A situação permanecia se não igual, ao menos parecida com a dos anos anteriores. Com efeito, ressaltamos que a documentação escolhida nesta pesquisa nos direciona a um tipo de corpo feminino específico: mulheres cis, mas não desconsideramos a existência de outras vivências femininas no período.

Outra questão salta aos olhos quando trabalhamos com a amostra: os dados a respeito da faixa etária dessas mulheres. Como a repressão durante a Ditadura Militar era pautada sobretudo no combate a manifestações políticas e grande parte das mulheres estava engajada no movimento estudantil, o perfil mais expressivo são de pessoas muito

⁴³ Cf.: PINHEIRO, 2022.

jovens, conforme pode ser observado no gráfico abaixo. Houveram casos de perseguição e repressão a mulheres com idade inferior a 18 anos, que representa a maioridade penal no Brasil, adolescentes e crianças também foram presas ilegalmente e perseguidas pelos agentes da repressão.

Figura 7 - Idade que as mulheres possuíam quando foram presas



Fonte: de autoria própria⁴⁴

A participação de figuras femininas na vida pública aumentou consideravelmente durante o período ditatorial, o que também pode ser observado com base na faixa etária apresentada. As mulheres entre 21 e 32 estavam normalmente concluindo seus estudos e muitas delas já trabalhavam ainda durante suas formações. A mudança no estilo de vida, com a inserção de grupos de mulheres no mercado de trabalho, foi um dos principais marcos para o envolvimento político feminino no Brasil. Ao passo que essas sujeitas foram se envolvendo em atividades estudantis e universitárias e desenvolvendo contatos sociais a partir do trabalho, as discussões sobre a política passaram a se fazer presente no cotidiano dessas mulheres. As informações que levantamos com a pesquisa nos dá uma

⁴⁴ Realizamos a análise dos dados utilizando a linguagem de programação *Python*, uma ferramenta versátil e amplamente utilizada em estatística, ciência de dados e aprendizado de máquina, para criar o gráfico de pizza que visualiza as informações extraídas dos documentos analisados.

visão interessante sobre Pernambuco, em que o comportamento da população amostrada de certa forma corrobora com as teorizações sobre mulheres no período e seu envolvimento com a agenda política.

Acreditamos, com isso, que ao montar este quadro de características, pudemos observar que grupo de mulheres que foram perseguidas pela ditadura militar, no estado de Pernambuco, e quais foram registradas pelos prontuários dos órgãos de repressão. Sejam elas faixa etária, profissão, escolaridade ou mesmo classe, tudo contribui no processo de construção da noção de quais pessoas, corpos femininos, estiveram sob a mira da repressão e como isso se relaciona com os acontecimentos em nível nacional e mundial.

Apesar disso, nossa pesquisa documental também é marcada por não ditos, onde os documentos deixam de revelar detalhes sobre aspectos que consideramos relevantes a serem observados, como é o caso de raça/etnia e corpos femininos travestis. Nesse caso, o ato de censurar e subnotificar informações não faz com que elas desapareçam e sejam esquecidas, mas provocam uma inquietação para nós que realizamos a pesquisa. Não registrar os dados não significa que os agentes foram efetivos ao suprimir determinados dados, pelo contrário, pois sua ausência é tão gritante que não consegue ser desconsiderada.

CAPÍTULO II



O CORPO VIOLADO: VIOLÊNCIAS E
REPRESSÕES NO ESPAÇO CORPÓREO FEMININO

CAPÍTULO II: O CORPO VIOLADO: VIOLÊNCIAS E REPRESSÕES NO ESPAÇO CORPÓREO FEMININO

Tópico 1 - Fundamentos sobre o Corpo Feminino como Espaço de Violência e Resistência

Iniciaremos o segundo capítulo com a discussão que guiará o estudo dos corpos femininos no contexto explicitado. Dessa forma, torna-se necessário levantar o questionamento sobre o fio condutor de nossa pesquisa: é possível entender o corpo para além de suas características palpáveis? Sabemos que ao refletir sobre o corpo humano o pensamento mais comum é lembrar de órgãos internos, pele, cabelos, silhuetas etc. Em suma, lembramos das aulas de biologia, quando nos mostravam livros explicando que o corpo é composto por músculos, ossos, células ou lembramos de quando precisamos ir ao hospital e explicar ao médico ou médica aonde dói. Lembramos de muitas coisas que nos fazem pensar no corpo como algo apenas físico, às vezes esquecendo completamente que para além de toda superfície biológica, uma pluralidade de sentidos compõe o corpo, pensamentos e subjetividades.

Por outro lado, pensar no ser humano no intuito de defini-lo não é uma tarefa muito fácil. Não há como negar que nessa materialidade que nos constitui existe um sistema complexo de órgãos que são responsáveis pelo funcionamento fisiológico. Apesar disso, são esses mesmos conjuntos de células que possibilitam a constituição de uma individualidade própria, chamada como mente. A mente é um conceito complexo que se refere à atividade mental e às capacidades cognitivas de um ser humano ou animal, e também faz parte do corpo. É um fenômeno intangível e multifacetado que engloba uma variedade de processos mentais, como pensamento, percepção, emoções, memória, raciocínio e consciência. A mente é o centro da experiência subjetiva e é responsável por processar informações, tomar decisões e interagir com o ambiente. De que forma, portanto, seria possível compreender o corpo, sem ser como algo nem meramente físico e tão pouco apenas abstrato?

A possibilidade que nos guia na hora de ler os acontecimentos com as mulheres durante a Ditadura Militar é perceber que o corpo é um espaço, onde se inscrevem as experiências humanas. Ao observar casos particulares e relacioná-los entre si, percebemos que cada mulher, dentre as 69 de cujas histórias tratamos, teve uma vivência única, mas juntas elas indiciam a existência de um espaço corpóreo comum. Ideia essa que foi reforçada, quando uma das mulheres que entrevistamos, Maria Teresa Vilaça, nos trouxe uma importante colocação ao final do nosso encontro:

Não tem nada que agradecer, eu que agradeço a você, acho que você está cumprindo um papel muito importante, é uma contribuição insuperável essa de não deixar morrer essas experiências, que eu quero deixar bem claro aqui que não são minhas, eu me responsabilizo por aquilo que aconteceu comigo, mas estou falando aqui em nome de muitas pessoas. Às vezes quando as pessoas conversam comigo, eu digo assim: “Eu vou falar de várias torturas”, aí a pessoa diz: “Você passou por todas?”, respondo: “Não, mas é como se tivesse passado”. Então posso falar de várias, porque eu não sou só eu, para esse momento eu não sou eu. (VILAÇA, 2023, p. 27)⁴⁵.

Se faz necessário, neste ponto, recorrer aos estudos promovidos pela área de conhecimento que mais se dedicou a compreender os lugares e problematizá-los, para então estabelecer uma interlocução com a história que aqui produzimos. De acordo com um dos geógrafos responsáveis pelas renovações ocorridas na geografia, ao longo da década de 1950, Yi-Fu Tuan, o espaço foge das definições óbvias e palpáveis, pois ele “não é uma ideia, é um conjunto complexo de ideias” (2011, p. 5). Não seria o espaço, assim como o corpo, apenas uma entidade física e objetiva, mas uma construção cultural e subjetiva, moldada pelas experiências individuais, coletivas e pelos significados atribuídos aos lugares.

Com isso, é possível entender que para Maria Teresa e outras mulheres, os sentimentos e vivências advindos da repressão política, no regime militar, não se restringem apenas aos seus corpos físicos, de maneira individual. As trocas de conversas nas celas, os testemunhos de tortura, os encontros posteriores ao final do regime, os vínculos que foram criados, as relações de amizade, tudo contribui para que a partilha de experiências as tornem sujeitos coletivos. Dessa forma, nossa pesquisa procurou compreender o corpo feminino como um espaço que concomitantemente é individual, por ser composto a partir de experiências particulares, e coletivo, por possuir essa característica de conectar e entrelaçar as histórias dessas mulheres. Essa conexão é tão profunda que permite às entrevistadas, como é o caso de Teresa, falarem não apenas por si mesmas, mas também representarem muitas outras em seus relatos, refletindo a coletividade das suas experiências e dores.

Pensar o corpo como espaço seria, portanto, perceber que o ser humano existe para além de explicações simples. É nesse lugar físico que também se vivenciam os sentidos que vão para além da matéria. Aliás, seria também o espaço, assim como o corpo,

⁴⁵ VILAÇA, Maria Teresa. Entrevista concedida a Luíza Vieira Cavalcanti, através da plataforma *Google Meet*, para o Projeto *Corpos que falam: mulheres perseguidas, mas não silenciadas pela Ditadura Militar em Pernambuco (1968-1974)*. Recife, 26-01-2023.

um conceito de definições complexas que beiram o abstracionismo e ao mesmo tempo a materialidade. De acordo com o geógrafo Patrício de Souza:

Quando problematizados por sistemas metódicos de pensamento, como o saber científico, o corpo foi geralmente tomado como aquela realidade biológica que age de acordo com a determinação dos genes, enquanto o espaço foi adotado como uma realidade que se molda de acordo com as determinações das forças físicas da natureza. Tomados de forma simplista corpo e espaço foram adotados, pois, como superfícies passivas sobre as quais se inscrevem as forças e processos ativos que moldam realidades. Subestimados como não possuidores de organicidade ou força endógena, foram tomados muito mais como resultados de processos do que como agentes ativos na produção da realidade social. (SOUZA, 2009, p. 36).

Dessa forma, enquanto entidades que se moldam a partir da interação com a sociedade e cultura, o corpo pode ser visto como um espaço aberto a relações humanas, assim como o espaço pode ser o corpo, por não apenas ser físico como também algo definido a partir da linguagem.

O processo de identificação do corpo dentro da perspectiva da espacialidade passa pela geografia, uma das áreas mais focadas nos estudos sobre o espaço, mas não apenas esta se empenhou em documentar as particularidades dessa relação. A filosofia sempre pautou o interesse pela mente humana e como o corpo físico se aproxima ou distancia do corpo imaterial. Neste sentido, distintas abordagens foram utilizadas ao longo dos anos para tentar chegar em análises coerentes sobre o tema. A que mais nos ajuda a compreender os processos violentos sofridos pelas mulheres durante a Ditadura Militar é a que aproxima o corpo feminino da perspectiva de espaço, ou seja, um lugar palco para as relações de poderes e saberes, que se molda e é moldado a partir das relações de gênero. Consideremos, portanto, as palavras da jornalista e ativista dos Direitos Humanos, Maria Amélia de Almeida Teles:

Torna-se urgente reconhecer que os danos e violações de direitos humanos cometidos contra as mulheres pela ditadura militar devem ser dimensionados sob a ótica de gênero, para que se alcance com profundidade a verdade dos fatos, registrando-se que as militantes políticas, ou mesmo as que não eram, se recusaram a reproduzir o papel social de submissão e de dependência dos homens, contribuindo de maneira fundamental para a construção de uma democracia de fato, e isso num período histórico em que tudo que faltava era a democracia. A democracia atual, para ser consolidada, precisa fazer justiça às mulheres de ontem e de hoje. (TELES, 2015, p. 2010).

Com efeito, buscamos investigar o poder, partindo da ideia de que ele não é detido por um indivíduo ou grupo de indivíduos. Menos ainda o identificamos apenas como sendo o exercício das leis e das normas praticadas pelo Estado e suas instituições. Apesar de, até o século XX, ser predominante a concepção de uma dominação que ocorre de maneira unilateral, em que um grupo detém o poder e domina outro, que é sempre o explorado, novas reflexões científicas vêm sendo realizadas acerca dessa categoria e expandindo esse conceito. Esta discussão será um ponto de partida para a pesquisa que aqui propomos, pois, entendendo o poder como relações de força que permeiam todas as relações sociais, nós que buscamos estudar a interação entre pessoas, em um determinado recorte histórico, podemos progredir qualitativamente na análise dos acontecimentos.

Dentre os teóricos mais destacados sobre o assunto, está o filósofo francês Michel Foucault, que utilizaremos como um de nossos aportes teóricos. Ele entende “que o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (FOUCAULT, 2020, p. 102). Sendo assim, contrapõe-se àquela ideia de unilateralidade do exercício do poder, e o poder é visto como algo que se estabelece de maneira relacional, materializado através de práticas sociais e, por sua vez, históricas.

A linguagem, dessa forma, é um dos meios pelos quais as relações de poder se efetivam, visto que os seres humanos interagem uns com os outros na e através da cultura. Concordamos, portanto, com a leitura das pesquisadoras Isabella Maria Nunes Ferreirinha e Tânia Regina Raitz:

O poder deve ser entendido como uma relação flutuante, não está numa instituição e nem em ninguém, já o saber se encontra numa relação de formas e conteúdos. Assim, para estabelecer o poder é preciso força, ao passo que para estabelecer o saber bastaria apreender ou ensinar. Assim, do entrecruzamento de um e de outro, poder e saber, é que se dá a constituição do sujeito. (FERREIRINHA; RAITZ, 2010, p. 382).

Com isso, sem interação ou comunicação não há como constituir qualquer tipo de relação entre indivíduos, mas no momento que há algum contato, seja ele direto ou indireto, o poder se apresenta. É nessa perspectiva que estudamos as relações de gênero, como relações nas quais se observa o exercício de poderes e a utilização, por eles, da linguagem. Mais precisamente falando, as ações em que se efetua o poder atingem sempre carnes e constituem corpos, e estes por sua vez são generificados, racializados, sexualizados etc, com o uso de conceitos e categorias linguísticas. Sendo assim, os gêneros, quando utilizados como uma maneira de categorizar e diferenciar animais,

reproduzem como sendo do plano físico construções definidas apenas no plano linguístico.

A diferença entre as abordagens policiais a depender do gênero ao qual pertencia o corpo sequestrado era tão latente que não passava despercebida pelas mulheres. Em alguns processos de indenização, entrevistas e outros materiais, é possível identificar que este ponto das relações de poder e gênero se sobressai nos relatos. Trazemos como um exemplo ilustrativo as palavras da ex-presa política Eridan Moreira Magalhães⁴⁶, no processo de indenização que a mesma moveu contra o estado de Pernambuco:

De que partido você é? Quem é o chefe? Qual o endereço do aparelho? Quem coordenou a operação, sua vagabunda? Com quem você já deitou? Já teve doenças venéreas? Quem é o homem que lhe sustenta? Havia uma tentativa de afirmar que: estudantes do sexo feminino, que participavam de atividades estudantis eram vagabundas e/ou prostitutas, buscando assim constranger e ofender e denegrir (sic) nossa imagem (COMISSÃO ESPECIAL, 2012c, p. 20).

Cabe também a percepção de que a mente faz parte do corpo de maneira intrínseca. Sendo assim, a violência psicológica - conforme discutiremos ao longo do capítulo - reforça as relações de poder e gênero que os agentes, que em sua totalidade eram homens, mantinham em relação às mulheres que eles prendiam, torturavam, interrogavam etc.

A filósofa estadunidense, Judith Butler, trouxe para o estudo das relações humanas um paradigma que levamos em consideração ao pesquisar as mulheres que se tornaram presas políticas no período ditatorial. Em sua leitura de Foucault, a autora discute que: “O poder parecia ser mais do que uma permuta entre sujeitos ou uma relação de inversão constante entre um sujeito e um Outro; na verdade, o poder parecia operar na própria produção dessa estrutura binária em que se pensa o conceito de gênero” (BUTLER, 2017, p. 8). Nessa ótica, portanto, o poder estaria diretamente relacionado ao gênero na medida em que suas ações produzem a partição polar entre os sexos feminino e masculino, definindo as características e performances de cada um. Com isso, a

⁴⁶ Eridan nasceu em Cajazeiras, Paraíba, no dia 10 de setembro de 1950, filha de Vicente Américo Magalhães e Valdelice Moreira Magalhães. Ela foi presa no dia 12 de junho de 1969, juntamente com outros jovens do movimento estudantil, que foram levados à sede do DOPS, em Pernambuco. Foi condenada a um ano de prisão e, em abril, foi transferida para o presídio Bom Pastor. Depois de liberta, ficou na clandestinidade, pois tentou voltar aos estudos, mas era constantemente vigiada e seguida. Em 07 de novembro de 1972 voltou a ser procurada por suspeita de “atividades subversivas” juntamente com seu marido. Nos períodos em que foi abordada por policiais militares, sofreu diversos tipos de tortura e foi submetida a acomodações precárias, sem condições mínimas de higiene. As fontes utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa sobre Eridan estão presentes no site da CEMVDHC no Processo da Comissão Especial de Ex-presos Políticos (COMISSÃO ESPECIAL, 2012c).

linguagem é encarregada de veicular o poder sobre os corpos (BUTLER, 2019, p. 27), e é a partir dela que se estabelecem manutenções e rupturas nos sentidos atribuídos aos gêneros numa dada sociedade.

Diante disso, outro conceito que trouxe contribuições relevantes para a realização desta pesquisa foi a noção de violência, entendendo-a sempre no plural. O plural aqui é proposital já que consideramos que, no período ditatorial, não existia apenas um, mas sim vários tipos de violências e, em consequência delas, também várias resistências. Com isso, é preciso ressaltar que as violências partem de e atingem carnes e corpos, o que significa dizer que nenhum ato de agressão acontece sem ter precedentes socioculturais e históricos que os definam e promovam. Com base na socióloga brasileira Heleieth Saffioti podemos afirmar que:

Assim, o entendimento popular da violência apoia-se num conceito durante muito tempo, e ainda hoje, aceito como verdadeiro e único. Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. Observa-se que apenas a psíquica e a moral situam-se fora do palpável. (SAFFIOTI, 2015, 18).

Ainda conforme a autora, é necessário ter em mente que a violência de gênero não deve ser confundida com violência contra mulher. Em face a isso, sugere que “[...] o conceito de gênero é aberto, sendo este o grande argumento das críticas do conceito de patriarcado, que, como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2015, p. 47). De fato, é indispensável ter essa distinção clara entre violência de gênero e violência contra as mulheres, pois ao se tratar de gênero, estamos falando não apenas de corpos femininos cis⁴⁷, mas de uma pluralidade de definições linguísticas e identitárias que englobam corpos femininos trans, masculinos cis e trans, não-binários⁴⁸ etc. Com isso, quando algum ato de agressão é cometido contra uma pessoa, o significado daquela ação, bem como a forma como ela é sentida - para além da materialidade física do corpo - são mediados pela linguagem, ou seja, pela situação cultural e histórica em que estão inseridas.

⁴⁷ Cf. SCOTT, 1990, p. 29.

⁴⁸ Corpos cisgêneros, ou cis, refere-se àquelas pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento (pautado na estética externa da genitália). Transgênero, ou trans, são aquelas pessoas que ao nascer foram designadas pela sociedade como gênero feminino ou masculino e transacionaram para performar outro gênero diferente do que foi pré-definido. Pessoas não-binárias não limitam sua identidade nessa distinção polar entre masculino e feminino, podendo assumir distintas performatividades ao longo da vida.

Sendo assim, finalizamos o tópico ressaltando que as violências que estudaremos ao longo desta dissertação foram cometidas contra carnes femininas, mas não é apenas esse aspecto que se faz presente em nossa análise. Aqui também abordaremos as violências contra os corpos. Cabe, portanto, demarcar a distinção conceitual entre carne e corpo, feita pelo historiador Durval Muniz:

As carnes sempre precisaram entrar no mundo do símbolo, no mundo da cultura para passarem a ser parte dos corpos humanos. Um corpo humano é feito de carnes, mas é também feito de ornamentos, de vestimentas, de calçados, de adereços, de pinturas, de maquiagens, de tatuagens, de escarificações, da encarnação, enfim, de um conceito de corpo, social e culturalmente elaborado. O corpo humano é feito de carnes e imagens, ele é produto da encarnação de um imaginário. Ele é feito de carnes e fantasias, de carnes e sonhos, de carnes e utopias, de carnes e ilusões, de carnes e alusões. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2020, p. 264).

Dessa forma, ao passo que as carnes representam o estado material dos seres humanos, os corpos se constituem na interação das carnes com os códigos sociais e culturais em que estão imersas. Nesse sentido, a repressão política levada a efeito durante a Ditadura buscava almejar destruir os corpos através do uso de violências, fazendo as pessoas perderem a condição humana e retornarem à condição de carne nua, destituídas de suas subjetividades.

Tópico 2 - Rotina de violência: o mapeamento da repressão à mulheres no estado de Pernambuco

Dentre os elementos mais marcantes das narrativas a respeito da experiência de prisão feminina, entre os anos de 1968 a 1974, com certeza estão as horas, dias e meses de detenção no DOPS-PE e DOI-CODI. São muitos relatos, entrevistas e trabalhos acadêmicos dedicados a evidenciar a relevância dos órgãos de Segurança Pública para a efetivação da repressão no estado de Pernambuco, os quais pretendemos neste tópico relacionar com o que foi levantado a partir dessa pesquisa de mestrado. Nesse sentido, cabe explicitar como essas instituições atuavam na região e também o que acontecia com as mulheres que as tiveram como destino no período.

Tudo se inicia com uma investigação, ou melhor, com um grupo de investigações que ocupava grande parte dos empenhos policiais. Suspeitos ou suspeitas eram nomes informados por pessoas vencidas pelo cansaço nos interrogatórios (e sessões de tortura), identificadas através de flagrantes em passeatas e congressos, vítimas de denúncias, indicação de pessoas procuradas em outros estados, até pessoas casadas ou parentes de

alguém envolvidos com o que era chamado de atividades de subversão, dando motivo para serem investigadas como pessoas que deviam ser investigadas. Os nomes se acumulavam na lista de pessoas envolvidas nos ditos atos e atitudes contra o regime e as que chamavam mais atenção, ou simplesmente eram encontradas, faziam parte do grupo de selecionados para serem interrogados pelas autoridades. Assim se inicia outra etapa da repressão: a detenção.

Ser detida pela polícia militar poderia significar qualquer coisa, inclusive nada, mas na maioria dos processos sobre os quais nos debruçamos, era ser levada de maneira forçada e intimidadora (muitas vezes através de sequestros) para o bairro da Boa Vista, no Quartel General do IV Exército, onde funcionava o DOI-CODI, sendo em seguida remetida para o DOPS da Secretaria de Segurança Pública/PE⁴⁹. Lá a prisão ocorria em celas pequenas e compartilhadas, com acomodações precárias. As descrições do lugar sempre remetem a uma paisagem úmida, escura, sem a dignidade nem de um colchão. Em determinado momento, em vista da quantidade de detentos, a sede ficou cada vez mais sem espaço de acomodação, tendo sido algumas das mulheres presas em um escritório no DOPS. Esse foi o caso das militantes Lylia da Silva Guedes e Maria Cristina de Castro.

Nascida em Fortaleza, Ceará, no dia 08 de julho de 1952, filha de Potengy Moreira Guedes e Rosa da Silva Guedes, Lylia Guedes foi uma militante que esteve envolvida nas atividades do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Ela foi presa, em 31 de janeiro de 1971, em Maria Farinha (Paulista/PE) e segundo seu prontuário individual⁵⁰, foi apreendido junto com ela “farto material de propaganda”, armas e bombas... Ao ser detida, foi levada para uma sala no DOPS, onde se fazia o expediente burocrático, por falta de celas. O local onde foi colocada não possuía uma acomodação básica e na própria sala sofria torturas. Além disso, ela presenciou as torturas do seu companheiro de luta, Odijas Carvalho de Souza, que foi assassinado em uma das sessões de interrogatório. Nas palavras de Lylia, em seu relato no processo de Indenização que moveu contra o estado de Pernambuco:

⁴⁹ Em alguns dos relatos, foi possível também identificar que na ocasião dos sequestros às vezes os/as militantes eram levados vendados para outras localidades de maneira extra-oficial, onde também sofriam torturas, ameaças de morte, entre outras violências. Esses locais clandestinos, não identificados com clareza pelas vítimas, provocavam uma sensação de medo ainda maior, pois ali passavam a lidar com a possibilidade de morrerem sem seus corpos serem encontrados, tornando-se desaparecido(a)s político(a)s. Quando de fato não acontecia o assassinato, essas pessoas eram levadas então para a sede do DOPS e DOI-CODI, onde seriam registradas oficialmente as suas prisões.

⁵⁰ As fontes consultadas sobre o caso são provenientes do Prontuário Individual de Lylia da Silva Guedes, presente no acervo do APEJE (PRONTUÁRIO INDIVIDUAL, 1971b) e do site da CEMVDHC no Processo da Comissão Especial de Ex-presos Políticos (COMISSÃO ESPECIAL, 2012g).

A privação absoluta da liberdade, ainda que por um período de tempo relativamente curto, e da tortura, na medida mesmo em que se inscreve de forma indelével na memória das mentes e dos corpos das vítimas (ainda que as marcas físicas não sejam necessariamente visíveis), mexem de uma forma absolutamente singular com cada pessoa, cada subjetividade. O que torna difícil e delicada a avaliação de danos físicos, mentais e morais. Mas estas são, em geral, para quaisquer pessoas, experiências que beiram o limite do insuportável, sobretudo no caso da tortura, que, para além da dor, da humilhação, da revolta, do medo, da angústia, da sensação completa de abandono e de impotência, envolve sentimentos ambivalentes sobre a própria condição humana (a do torturador e a do torturado). Por isso mesmo, como afirmei no início deste Requerimento, se estas são experiências praticamente impossíveis de serem esquecidas, são também extremamente difíceis de serem lembradas, ainda mais quando marcadas pela perda violenta de pessoas queridas. (COMISSÃO ESPECIAL, 2012g, p. 20).

Ela conseguiu ser transferida depois de cerca de quatro meses para o presídio Bom Pastor, onde permaneceu até ser libertada. A militante ficou detida durante um ano, oito meses e sete dias. Em seu relato é possível perceber que além do corpo fisicamente ferido, a tortura praticada pelos agentes de Segurança Pública possuía como objetivo violentar o indivíduo em todas as esferas do espaço corpóreo e de maneira rotineira. Sendo assim, os danos mentais e morais, conforme ressalta, são os que ficam na memória também dos corpos, mesmo sem marcas físicas visíveis. Isso reforça a leitura de que o corpo como um espaço, não se distancia da mente, ela na verdade o integra e compõe.

Dividindo o espaço de detenção nada convencional, o escritório do DOPS, estava a uruguaiana Maria Cristina Uslenghi Rizzi⁵¹, que depois adotou o sobrenome de casada “de Castro”, nascida em 19 de agosto de 1944, filha de Maria Angelica Rizzi de Uslenghi e Raul Italo Uslenghi. Ela era uma militante socialista que havia fugido do seu país natal no ano de 1969, pouco antes da instauração da ditadura militar uruguaia, que durou de 1973 a 1985. No Brasil, foi presa em 29 de janeiro de 1971, quando trabalhava em uma empresa de beneficiamento de caulim. Seu então marido, Tarzan, havia sido preso simultaneamente e ambos foram levados para a Secretaria de Segurança Pública. Ele ficou detido em uma cela próxima e ela foi levada ao escritório, onde ficou detida com Lygia Guedes. Ambas presenciaram a tortura e falecimento de Odijas Carvalho.

Por volta do dia 07 de fevereiro de 1971, foi transferida para uma espécie de sótão, no qual ficou isolada até o dia 12, quando ela e o marido foram entregues a agentes de

⁵¹ As fontes estão presentes no site da CEMVDHC no Processo da Comissão Especial de Ex-presos Políticos (COMISSÃO ESPECIAL, 2012X) e no Prontuário Individual de Maria Cristina Uslenghi Rizzi presente no acervo do APEJE (PRONTUÁRIO INDIVIDUAL, 1971c).

repressão do Rio de Janeiro. Não foi torturada fisicamente em Recife, apesar de que, em Pernambuco, o tratamento dela contou com um terror psicológico intenso. Quando chegou no Sudeste passou por inúmeras violências físicas, tendo sofrido um aborto, tamanho o trauma causado em seu corpo. Maria Cristina cumpriu pena junto com a ex-presidenta da república e atual presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento (Banco do BRICS), Dilma Rousseff, que havia sido presa por seu envolvimento com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Ela foi encaminhada à força para o Uruguai, em uma espécie de colaboração entre os órgãos de repressão das ditaduras do cone sul, conforme relata no processo de indenização, onde também foi torturada, devido seu histórico no Brasil. Só foi posta em liberdade no ano de 1972. Em 1973, temendo ser novamente perseguida, fugiu para o Chile, permanecendo lá com o marido até o país também sofrer um Golpe Militar. Com isso, em dezembro de 1973, refugiou-se em Paris, França, onde permaneceu até 1979.

A trajetória de Maria Cristina ilustra como o processo ditatorial contou com ferramentas elaboradas para integrar as informações. A informação passa a ser, portanto, um dos principais elementos da repressão, pois ela conectava não apenas a estrutura ditatorial nacional, mas também servia de ponte para a estruturação dos regimes autoritários por todo o Cone Sul. Concordamos, portanto, com as considerações da historiadora Marcília Gama (SILVA, 2007, p. 53), que a informação adquire um *status* de base de sustentação do regime. Ela contava com a colaboração de diversos órgãos das Forças Armadas, que juntos integravam o Sistema Nacional de Informações (SNI), ou melhor, uma Rede de Informações. Em Pernambuco, esse grupo de investigações desembocava primeiro na Secretaria de Segurança Pública (SSP), que era uma entidade detentora do controle e vigilância social no estado, e em seguida no DOPS, que era considerado um órgão de operação, onde as informações eram recebidas, produzidas e divulgadas pelo estado (SILVA, 2007, p. 78).

As demais detidas ocupavam celas nos porões do DOPS, sempre no aguardo do chamado para interrogatório. O badalar do relógio indicava quanto tempo faltava para a próxima sessão, a madrugada era o momento das piores cenas:

Foi um verdadeiro terror, quando chegava a noite, ficamos apavorados. Sabíamos que estávamos no 4º Exército, pois escutávamos o relógio da Universidade tocando as horas, ele possuía como se fosse um sino. (VILAÇA, 2022, P. 7)

A descrição das acomodações sempre gira em torno do mesmo cenário, apesar das experiências distintas nele; um lugar pequeno, úmido e escuro. Não existia espaço para dormir, não tinham roupas, as mulheres que estavam menstruadas eram motivo de piadas entre os guardas e precisavam muitas vezes ficarem com sangue menstrual no corpo, por não poderem manter a higiene básica em dia. Os porões do DOPS-PE e as dependências do DOI-CODI por si só anunciavam a quem tinha sido presa o que estava por vir, não existia qualquer tipo de respeito pela dignidade das pessoas, por parte dos policiais, em relação aquelas pessoas que lá estavam e, enquanto lá permanecessem, o terror e a rotina de violência iriam se instaurar.

Quando condenadas, as mulheres em Pernambuco eram transferidas para a Colônia Penal Feminina Bom Pastor⁵². A prisão feminina, nesse caso, significava dar uma trégua às violências, algo curioso, pois em termos jurídicos deveria ser a punição máxima aos subversivos. O espaço, que era somente ocupado por mulheres e controlado por freiras que faziam a guarda interna do lugar, representava a repressão branda. De acordo com a historiadora Tatianne Silva:

(...) fica expresso que havia freiras que especificamente ficavam responsáveis pela ala das presas políticas. Estas tinham o cotidiano na Colônia diferente das presas comuns. Não faziam cursos de culinária, corte e costura entre outros já mencionados, inclusive porque, em sua maioria, eram de classe média, com ensino básico completo e inseridas no ambiente acadêmico, ou seja, não estavam ali para se ressocializarem a partir do trabalho, do aprendizado de um ofício. Nem eram obrigadas a participar das noturnas rezas, mas estavam ali também para terem seus corpos moldados e aceitarem o regime político do país e a condição privada do ser mulher. (SILVA, 2017, p. 90-91).

Ora, se as mulheres que foram presas por motivação política não estavam no Bom Pastor para serem ressocializadas através do trabalho e atividades coletivas de reabilitação social, qual seria então a função do lugar para elas? Ainda consoante a autora, a reabilitação social provida no espaço para as presas políticas tinha uma intenção punitiva velada de direcionar os corpos femininos, para impedir que retornassem aos espaços que desafiaram ao ocupar enquanto mulheres: militantes de esquerda, figuras públicas e envolvidas na política. Esse momento de reclusão, portanto, serviria de exemplo e espaço de reflexão para que fosse reforçado o papel tradicional do feminino, na sociedade.

Uma das mulheres que esteve nos processos de repressão do estado de Pernambuco e cumpriu pena no Bom Pastor foi Lilia Maria Pinto Gondim, que nos

⁵² BOM PASTOR - Colônia Penal Feminina do Recife - Rua do Bom Pastor, 1407, Iputinga, Recife, PE.

concedeu uma entrevista, onde relatou sobre sua experiência na Colônia Penal. Natural do Recife, nascida em 01 de outubro de 1950, filha de José Luiz de Barros Gondim e Oscarina Pinto Gondim, ela iniciou a militância em 1966, quando estudava no Colégio Estadual do Recife, passando a frequentar congressos ligados aos estudantes secundaristas. Em seguida, tornou-se membra da Ação Popular. Foi presa no dia 12 de junho de 1969, por fazer parte de protestos estudantis e participar da pixação de um ônibus. Foi torturada de distintas maneiras no DOPS e depois foi transferida para o Bom Pastor, que em suas palavras⁵³:

[...] era controlado por freiras, eram só freiras e só tinham duas mulheres que eram agentes penitenciárias, o resto era freira. A polícia militar ficava do lado de fora, ela não entrava dentro do presídio, só entrava quando era para reprimir mesmo briga de duas das mulheres brigando lá. Aí quando as agentes penitenciárias não conseguiam controlar, chamavam, eles vinham, apartavam, esse negócio todo. E a polícia mesmo, a repressão, entrava de vez em quando, mas como as freiras também se davam muito bem com a gente, elas, (algumas né?) Teve algumas que foram péssimas, mas elas geralmente avisavam a gente quando ia ter alguma batida. A freirinha que tomava conta da gente, Dona Madre Divina Graça, ela inclusive levava coisas e escritos da gente para a clausura para guardar. (GONDIM, 2022, p. 14).

Dessa forma, seu relato fala que o tratamento por parte das freiras era humanizado, deixando sua experiência de prisão como um suspiro de alívio após as torturas e violências sofridas nas detenções. Em 17 de julho de 1969, foi posta em liberdade devido a um Alvará de Soltura. Já no ano de 1970, foi condenada a um ano de prisão, mas com nove meses de cárcere foi posta em liberdade. Por volta de meados de agosto de 1972, foi sequestrada de forma ilegal por policiais militares, enquanto estava na casa de seus pais, juntamente com seu irmão e um amigo. Foram levados ao DOI-CODI e lá ela foi torturada severamente mais uma vez. Apesar disso, não há registros oficiais desta segunda detenção, porém, existem testemunhas que comprovam o ocorrido conforme consta em seu processo de Indenização pelo estado de Pernambuco.

Entretanto, a Colônia do Bom Pastor não se manteve sempre dessa maneira. Com o passar dos anos e recrudescimento do regime essa característica de espaço acolhedor regido por freiras foi se perdendo. Dentre as mulheres que tiveram passagens mais longas por lá e puderam presenciar esse processo de mudança do espaço estava Maria Teresa Vilaça, que foi a última presa política a ganhar liberdade do Bom Pastor. Ela foi

⁵³ GONDIM, Lilia Maria Pinto. Entrevista concedida a Luíza Vieira Cavalcanti, no Google Meet, para o Projeto Corpos que falam: mulheres perseguidas, mas não silenciadas pela Ditadura Militar em Pernambuco (1968-1974). Recife, 17-11-2022.

condenada a 10 anos de reclusão, mas destes cumpriu 4 anos e dois meses. Na entrevista que concedeu para esta pesquisa, Maria Teresa relata que viu uma transição acontecer no presídio,

[...] que naquele tempo tinha perdido a característica de ser de freira, já era durante a semana era do Estado e nos finais de semana ficava mais com as freiras. Mas já tinha toda uma burocracia lá dentro que era do Estado. [...] Eu vi uma transição. Quando chegamos lá tinham algumas freiras, inclusive Lilia, entre as presas chamadas comuns. Eu digo isso mas toda vez tomo um choque comigo mesma, porque lá tinha essa divisão entre presas políticas, que eles diziam que eram crimes de consciência, e presas comuns que são aquelas que praticam os crimes por conta da condição social. Então elas não são comuns, todas nós somos presas políticas de uma forma ou de outra, mas se pega a questão política e coloca como se fosse o intelectual ou a intelectual, ou um crime como se fosse de mais análise e de transformação da sociedade, quando na verdade não há nada mais político do que a questão social e econômica. Então tinha isso que chamávamos de presas comuns. Mas depois como foi aumentando a entrada, eles isolaram a gente em um lugar e ficamos somente nós, sem contato com elas. (VILAÇA, 2023, p. 23)

Conforme conta Maria Teresa, inicialmente o Bom Pastor não possuía divisão entre as presidiárias. Posteriormente, passou a separar as que eram chamadas de presas “comuns”, que cometiam crimes sem conexão direta com o estado de exceção, das “políticas”, que haviam cometido crimes contra o regime ditatorial, algo inclusive que a entrevistada ressalta ser uma divisão questionável. A guarda que antes era feita apenas por freiras que, em muitos momentos, se mostravam complacentes com as presas ditas políticas, foi sendo modificada por agentes da Polícia Militar.

Desse modo, as violências que constituem uma das principais características do regime militar, em Pernambuco não foram utilizadas apenas como uma ferramenta da repressão. A agressão fazia parte da rotina dos corpos ditos subversivos, que precisavam encontrar forças para resistir dia após dia, de maneira sistemática. Identificamos ainda, na leitura dos relatos, que existia uma divisão entre os tipos de violência cometidos pelos agentes entre a tortura psicológica e tortura física. Entretanto, não há como negar que ambas impactavam os corpos.

Tópico 3 - À Beira da Insanidade: Impactos da Tortura Psicológica no Corpo-Mente das Mulheres Sob o Regime Ditatorial

Dentre os relatos contidos nos processos analisados, existe um denominador comum quando o assunto é a violência sofrida pelas mulheres no estado de Pernambuco.

A tortura psicológica está entre as experiências majoritariamente citadas nas documentações e as que causam mais pesar nos testemunhos e entrevistas, muitas vezes são retratadas até com mais destaque do que as agressões físicas. Isso porque, apesar de não apresentar hematomas físicos, as marcas causadas nesse caso são mais profundas e difíceis de serem tratadas. Aliás, ainda que recebessem apenas agressões físicas, esse processo de violência reverbera em traumas na psique. Com isso, uma matéria violada é sinônimo de uma subjetividade violada, porque conforme discutido anteriormente não é possível desassociar o ser humano de suas carnes, bem como o contrário.

A linguagem que reveste o poder sobre os corpos pode ser apresentada tanto de forma verbalizada quanto de maneira gestual. De acordo com o psicólogo Alfredo Martín (2005, p. 436), a tortura é um processo traumatizante que se apresenta em três etapas: em primeiro lugar acontece “[...]a destruição da pessoa, dos seus valores e convicções”; em seguida inicia-se uma “[...] experiência limite de desorganização da relação do sujeito consigo mesmo e com o mundo, é a demolição propriamente dita, também conhecida como ‘esvaziamento narcisista’, onde é usurpada a identidade e a história do sujeito”; e por último “abre-se a possibilidade de ‘resolução’ da crise dessa situação-limite perante a organização de uma conduta substitutiva em maior ou menor consonância com os ‘valores’ do torturador e daqueles que o comandam”. A linguagem como mecanismo e manifestação do poder insere-se em todas as etapas, por vezes de maneira indireta ou de maneira direta.

O processo de tortura psicológica, ou *modus operandi* dos agentes militares, se inicia muito antes dos interrogatórios, tomando como ponto de partida a análise dos documentos e entrevistas levantados pela pesquisa. A ida para a delegacia na maioria dos processos é o primeiro contato com o trauma da repressão: uma chegada abrupta dos militares, todos armados, chamando atenção de vizinhos, familiares, colegas de trabalho, e transeuntes etc; nesses casos a humilhação, desonra e vergonha se faz presente na vítima e nas pessoas ao seu redor, que na maioria dos casos não possuíam qualquer envolvimento com a luta contra o regime. Além disso, por outro lado, o sequestro era também parte da provocação do medo; ser arrastada, encapuzada e levada para as dependências do DOI-CODI ou DOPS, sem ter consciência de qual seria seu destino, podendo ser assassinadas sem que seus parentes tivessem conhecimento do paradeiro de suas carnes.

Maria Teresa nos relatou sobre como o sequestro provocava múltiplas sensações, entre elas o temor de não saber o que estava por vir se destacava, esse medo era demarcado pela sensação do capuz no rosto:

Eu fiquei lá, tinham outras pessoas, fiquei em uma sala e depois a gente ia retirar para vários lugares. Por exemplo, teve uma noite que eu acho, não tenho certeza, que acho que nos levaram para aqueles Armazéns do Campo, porque eu ouvi o barulho do mar, sabe? Mas a gente ia com um capuz, que é uma das piores coisas que existe, porque o capuz era vomitado várias vezes, então quando bota aquilo, quando você não vê nada, não sabe o que vai acontecer. Então é uma sensação... Eles gritavam, por exemplo, “olha o cachorro!” e a gente se retraía, mas não era nada e eles riam; então eles vão tentando quebrar a resistência, tentando quebrar essa segurança, você perde o controle do que vai acontecer com você. (VILAÇA, 2023, p. 20).

Estar refém de uma situação degradante seria para aquelas mulheres um anúncio de que era melhor fazer o que aqueles homens queriam, do que se negar e viver o que eles ameaçavam fazer. Assim, os agentes buscavam ter um controle por completo do corpo das mulheres; subjetividade e materialidade sendo reprimidas para se minar a resistência ao máximo.

Em seguida o trauma se instaura de outras formas, ao chegar na delegacia, a nudez é o primeiro passo de desumanização, pois ela sempre vem acompanhada de comentários vexatórios e insultos. Esse tipo de ação não é incomum para homens que foram presos pela polícia militar também, mas as mulheres normalmente retratam em seus relatos essa experiência com mais pesar ou trauma. Um dos motivos se dá exatamente por causa da sobreposição de poderes no caso de gêneros opostos; quando uma mulher está despida diante de vários homens, que não poupam em fazer comentários machistas e sexistas sobre seu corpo, ela é colocada em situação vexatória e degradante. Além disso, o assédio sexual sempre abre espaço para o temor do estupro, principalmente porque em alguns dos processos de indenização analisados, esta era uma ameaça recorrente e verbalizada pelos próprios agentes de segurança pública.

Uma das mulheres que nos concedeu entrevista, Isanysis Cardoso⁵⁴, abordou bastante como esse processo era violento à nível psicológico. A paraibana filha de Aparecio de Castro e Terezinha de Queiroz Castro, nascida em 29 de abril 1945, sempre se manteve distante da militância e nunca se interessou por política. Isanysis, assim como outras que passaram pelo DOPS-PE, foi presa e torturada por estar envolvida amorosamente com um militante. Ela foi detida, inicialmente, em 23 de janeiro de 1972, sendo levada de Campina Grande (PB) para a sede do DOI/CODI, em Recife. Já em solo pernambucano, ficou todos os dias sendo brutalmente torturada para que revelasse

⁵⁴ CARDOSO, Isanysis de Castro. Entrevista concedida a Luíza Vieira Cavalcanti, no Google Meet, para o Projeto Corpos que falam: mulheres perseguidas, mas não silenciadas pela Ditadura Militar em Pernambuco (1968-1974). Recife, 25-05-2022.

informações sobre seu então namorado, José Calixtrato Cardoso Filho, um dos principais membros da Ação Libertadora Nacional (ALN). Apesar disso, Isanysis realmente não sabia do envolvimento do seu parceiro com a luta contra o regime. Na época ela sequer o conhecia pelo seu verdadeiro nome, pois ele havia se apresentado para ela utilizando um codinome, estratégia comum dos militantes do período. Conforme relata, a prisão para ela em si foi uma surpresa, pois ela não tinha conhecimento de que Calixtrato estava envolvido com a militância:

Não, dele não, mas eu conheci ele como “Torres”, não sabia que o nome dele era José Calixtrato. Todos eles tinham nome sem ser... nomes frios, não era a real identidade deles. Depois começou a apertar, o Exército prendeu alguns no Recife. Como as irmãs dele eram conhecidas e a Polícia Federal... não, era o Exército, até esqueci como se chamava naquele tempo. Era quem ficava seguindo as meninas e elas souberam que se eles viessem à Campina Grande, seriam presos, porque já estavam atrás deles. A única pessoa que os policiais não conheciam era eu e minhas duas amigas. Conheciam as irmãs deles, elas eram perseguidas. Com isso, nos disseram: “Olhe, uma de vocês tem que ir ao Recife para avisar a José e aos meninos que não venham à Campina, porque se vier o exército vai prendê-los. A única que pode ir é Isa”, minhas amigas estavam trabalhando, eu estudava e trabalhava em uma farmácia, era caixa. Perguntaram se eu ia e eu disse que sim, veja o perigo, não sabia de nada disso. (...) Fui para casa de uma dessas duas amigas que moravam em Campina, eu vinha cantando e satisfeita, quando minha amiga disse: “Isa, o Exército está aqui, veio te buscar”. Respondi: “Oxente, o que foi que eu fiz? Não fiz nada”, mas quando entrei na casa, eles me pegaram, eram uns 5 da polícia secreta do Exército. Me levaram para o quartel do Exército de Campina Grande. Quando cheguei lá, eram palavrões, o que mais doía era a forma como nos chamavam, sabe? Eu era moça, virgem... (CARDOSO, 2022, p. 4-5).

Em seu relato, ela trouxe informações sobre como tudo que viveu a afetou de diversas formas, mas sempre destacava que o que era dito pelos militares chegava a ser mais doloroso do que propriamente as sessões de tortura física que vivenciou: “Eles diziam: “Essa puta é muito boa, vamos passar por cima dessa puta!”, as palavras doíam mais, o psicológico era mais doloroso do que a matéria.” (CARDOSO, 2022, p. 6). Em outros momentos, destacou também como a nudez forçada para ela era algo traumático, principalmente porque no momento em que foi presa ela era virgem e vinha de uma criação conservadora. Ao ser perguntada se ela continuou o relacionamento com José Calixtrato, mesmo depois de todas as coisas que sofreu devido ao envolvimento dele com a militância, comentou:

Sim, eu era apaixonada demais. Ele dizia ao pai e à mãe que não me abandonasse, que eu não tinha culpa, e que se casaria comigo, porque eu fiquei muito difamada na minha família inteira. Queriam até que eu fizesse uma vistoria, fosse para o médico para ver se eu era virgem, eu disse: "Isso daí eu não vou não, que é muita humilhação, mas não vou mesmo", aí eu bati o pé, porque queriam... A pessoa já está traumatizada e ainda ter que ficar nua na frente de não sei quantos homens, como a gente ficava toda vez. E eles [torturadores] eram de um sadismo terrível, só queriam a gente nuas, para ver sei lá... (CARDOSO, 2022, p. 9)

Nesse caso, é possível identificar que a violência psicológica contra as mulheres não é algo exclusivo da tortura feita pelos militares. As mulheres são historicamente subjugadas e submetidas a violências cotidianas, em um contexto de repressão, não seria diferente. O corpo feminino é um espaço atingido tanto por atos na forma física, como por aqueles que estão apenas no plano linguístico. A própria família de Isanysis, assim como a de tantas outras mulheres, corroborou para que seu trauma se somasse após os processos violentos que viveu de tortura em Pernambuco, sugerindo a ela que fosse feito um exame para assegurar que ela ainda era virgem. No caso da nudez forçada, que ocorria na detenção, vemos que é possível as duas formas de poder e violência se fundir: por um lado existe uma condição vexatória e insegurança pelo fato das mulheres estarem despidas diante de homens violentos, por outro elas estavam em uma posição política igualmente desfavorável, já que além de mulheres eram consideradas militantes, comunistas, subversivas etc. Observemos outro trecho da entrevista que Isanysis nos concedeu:

É, eles se sentiam, queriam ver! E eu ficava morta de vergonha, não sabia o que fazer, ficava apavorada. Na frente daqueles homens, e eles ficavam dizendo piadas, cada um dizia uma coisa mais horrível. Vou dizer as palavras chulas que eles diziam: "Eita que buceta boa, vou comer esta buceta dessa rapariga, essa rapariga já passou por muitos machos...". A sorte da gente é que eles não nos estupraram, tivemos essa sorte. Não sei se é porque eles tiraram a gente da casa da nossa família, não sei, eu sei que nisso eles não tocaram na gente, sabe? E eu ficava arrasada, era um negócio terrível (CARDOSO, 2022, p. 9-10)

Nos salta aos olhos perceber que para ela foi uma sorte não ter sido estuprada, ou seja, tornar o abuso ainda mais físico do que já estava sendo. Entretanto, nos casos em que eram obrigadas a ficarem nuas, os comentários sobre o corpo dessas mulheres não passam despercebidos. É uma agressão que não é puramente física, por não afetar o funcionamento fisiológico de seus corpos, mas é física ao passo que as obriga a expor suas partes íntimas. Assim, a violência psicológica explícita sobre seus corpos complementa o objetivo da agressão na tortura: reduzir o ser humano à condição de carne, retirando dela qualquer humanidade e dignidade possível. Para isso, nem sempre era

necessário recorrer a violências físicas, visto que a tortura psicológica se mostrava uma estratégia interessante para os militares, pois não deixavam hematomas que pudessem comprometer os agressores com a justiça.

Assim como Isanusis, outras pessoas acabaram sendo presas apenas por estarem próximas de pessoas envolvidas com a militância. Esse é o caso de Melânia de Almeida Araújo⁵⁵ cujo relato, por sua vez, traz a perspectiva de uma mulher que aos 22 anos passou por situações extremamente traumáticas, ao ser presa durante 25 dias, no ano de 1973. Ela nasceu no estado da Paraíba, município de Campina Grande, no dia 30 de abril de 1951, filha de Reginaldo Pereira de Araújo e Antônia de Almeida Araújo. Na época, era casada com o estudante de medicina Eduardo Maia Freese de Carvalho e cursava Comunicação Visual, ambos eram da UFPE. Seu marido e seu irmão, Mozart de Almeida Araújo, eram envolvidos com o movimento estudantil.

Apesar disso, ela aparentemente não era muito engajada na militância política, um dos principais motivos de sua prisão foi por conta da amizade que o casal possuía com José Carlos da Mata Machado e sua esposa Maria Madalena, membros do grupo político clandestino Ação Popular Marxista Leninista (APML). Conforme narra, Melânia e o marido apenas tomaram noção da dimensão da seriedade da situação em que estavam inseridos quando perceberam que estavam sendo perseguidos pelos agentes da DOPS. Dessa forma, foram sequestrados no dia 21 de outubro de 1973, sendo que ela foi levada para um local desconhecido, onde sofreu tortura na presença de dois familiares. Em seus relatos, um trecho se destaca, pois apesar de ter passado por diversas torturas físicas, segundo ela, não era essa a dor mais forte que sentia:

[...] eles mergulhavam meu rosto numa substância fedorenta, com cheiro de creolina que diziam ser ácido sulfúrico. Quando iam me torturar fisicamente era totalmente nua. Deram choques em todas as partes do meu corpo (chora), e eu não podia gritar. Se gritasse levava murros no estômago. O pior não era a dor física, era a vergonha, a humilhação. (COMISSÃO ESPECIAL, 2012n, p. 25).

Neste sentido, os interrogatórios muitas vezes tomavam um caráter repetitivo, com palavras agressivas, de baixo calão, normalmente com um forte apelo sexual. Na estratégia da repressão, seria necessário produzir o cansaço de alguma forma, pois a partir dele as informações começavam a surgir. Quando a resistência se mostrava mais forte, a

⁵⁵ As fontes sobre o caso de Melânia de Almeida Araújo, utilizadas para o desenvolvimento do nosso estudo estão presentes no site da CEMVDHC no Processo da Comissão Especial de Ex-presos Políticos (COMISSÃO ESPECIAL, 2012n).

repressão lançava mão de outras estratégias, partindo para agressões cada vez mais físicas e elaboradas. Na entrevista que Maria Teresa Vilaça nos concedeu, ela mencionou que na sua perspectiva, a nudez, entre outras ações dos militares com relação às mulheres, tinha objetivos mais complexos:

Agora, existia algumas características que eles achavam que abalariam. Por exemplo, eles achavam que abalaria a mim como mulher se eu ficasse nua, porque eu teria vergonha, algo assim. Não sei entender muito bem o que se passava na cabeça deles, se é porque eles eram eles ou se era um traço da humanidade sempre ter essa visão de alguma coisa de sexo, relacionada às mulheres. Também em relação aos homens eles tinham isso, mas em um sentido de desmoralizar o homem, mas as mulheres não eram só nesse sentido, era também de reduzir a um papel que você não queria ser reconhecida só por aquilo. “Eu não quero ser só reconhecida por ser uma mulher, portanto eu transo”, não é isso, “eu sou uma cidadã, eu sou uma pessoa, eu penso, eu raciocino, eu tenho escolhas, eu tenho imaginação, eu tenho representações...”. Então isso era uma coisa muito séria. Agora, mais uma vez eu digo: no Recife naquele tempo era mais a coisa da violência assim, murros, pancadas, coisas assim. (VILAÇA, 2023, p. 22-23).

Em sua análise, diferentemente dos homens, a violência contra as mulheres tinha o intuito de condicioná-las a se encaixar em dados estereótipos para o gênero feminino, que nessa perspectiva seria negativo e sexualizado. Não há como desconsiderar que nesse processo, a sexualização dos seus corpos, não só através da nudez como pela linguagem utilizada para objetificá-los, era peça fundamental para que essa ideia seja perpetuada. As palavras e gestos que eram utilizados para agredir os corpos femininos no regime ditatorial tinham em sua maioria um apelo sexual, o que reforça a ideia de que a violência psicológica tem para mulher uma carga relacionada ao gênero.

Seria, portanto, inegável que o processo de desmoralização nesses casos era muito característico e particular. Se para os homens, atingir suas virilidades tinha o intuito da humilhação, associando-os e os reduzindo a um papel feminino, para as mulheres era pelo simples fato de ser mulher, sobretudo uma mulher que não corroborava com os valores sociais hegemônicos impostos ao seu gênero. As ameaças e insultos poderiam sair dessa atmosfera de sexualização individual daquela mulher, em balanço com outras questões que para ela pudesse ter mais valor. Se a família e amigos, companheiros de luta, desempenhassem um papel relevante na vida dela, então esse seria um ponto exaustivamente explorado pelos torturadores.

Tópico 4 - Tortura física: entrelaçamentos com a tortura psicológica a partir do espaço corpóreo feminino durante a Ditadura Militar

É fato que a tortura física é o elemento mais impactante entre as ações dos agentes de segurança pública, durante a Ditadura Militar, e um tópico sensível que, quando abordado, provoca certa comoção popular. A repressão, quando é física, chama atenção pois deixa marcas corporais, diferente do que acontece na tortura psicológica que, no entanto, não podem ser ignoradas ou deixadas de lado. Vejamos como no estado de Pernambuco, as forças de segurança lançaram mão de técnicas de tortura para agredir fisicamente os corpos femininos e o que isso nos diz a respeito das relações de poder e gênero aí imperantes. Nesse caso, o corpo assume a característica de um espaço físico e cartografável, onde é possível mapear as marcas da violência promovida pelos integrantes do Estado contra as mulheres.

Antes de seguir com a análise da violência contra os corpos femininos, no contexto da ditadura (1968-1974), é necessário esclarecer que a tortura não acontecia de maneira completamente improvisada. Havia uma formação e orientações que guiavam os militares em como agir diante dos militantes políticos presos, para instruí-los de como deveriam proceder e se comportar durante os interrogatórios. A Escola Superior de Guerra (ESG) e posteriormente a Escola Nacional de Informações (ESNI) foram instituições que, inspiradas nos moldes da estadunidense *National War College (NWC)*⁵⁶, visavam formar militares para seguir e auxiliar no processo de implantação da Doutrina de Segurança Nacional. Muito se considera a respeito das formações promovidas pelos cursos dessas escolas, mas um ponto relevante é que a tortura como método não era publicamente apoiada ou ensinada, porém não era também desencorajada, de acordo com a historiadora Samantha Quadrat:

Dessa maneira, a tortura foi utilizada por esses órgãos como forma de conseguir mais rapidamente as informações e confissões acerca dos crimes contra a Lei de Segurança Nacional, e embora não constassem nas apostilas, estavam implícitas e explícitas nos discursos de vários instrutores. A certeza da impunidade e o anonimato eram as garantias para a prática da tortura nos cárceres do país. Em algumas batidas era recorrente o uso de disfarces e a adoção de pseudônimos comuns para todos os membros do grupo, que eram livres da obrigação de usar o uniforme militar e de utilizar o corte de cabelo adotado pelas Forças Armadas, dificultando sua identificação. (QUADRAT, 2012, p. 39).

⁵⁶ A NWC faz parte da Universidade de Defesa Nacional, em Washington (EUA), e tem o objetivo de preparar militares, instruindo-os a seguir uma estratégia nacional. É possível encontrar mais informações no site da própria instituição: <<https://nwc.ndu.edu/>> Acesso: 03 jun. 2024.

Esse, portanto, é um dos motivos do uso de técnicas elaboradas de tortura, que combinavam a dor física com o constrangimento, a humilhação, entre outras dores psicológicas. Tais técnicas eram repassadas oficialmente ou de maneira extraoficial entre os agentes, que levavam essas instruções para suas práticas de interrogatório. A psicóloga Myrna Coelho destaca dois pontos emblemáticos para o entendimento do processo formativo de torturadores:

As ditaduras do Cone Sul receberam, além de financiamento, cursos técnicos de tortura. Um desses exemplos é a Escola das Américas, que funcionava no Panamá, além de, no caso brasileiro, as aulas abertas de tortura incluindo as famosas aulas do “tenente Ailton”, internacionalizadas no Plano Condor. (COELHO, 2014, p. 161).

A polêmica Escola das Américas possuiu uma participação considerável para a instrução de ditadores e militares latino-americanos sobre o uso de tortura, algo que fez parte inclusive do currículo da instituição. A Escola era financiada pelos Estados Unidos, o que assegurou o alinhamento dos alunos com o caráter doutrinário e anticomunista que caracterizou os regimes militares do Cone Sul. Já o Plano Condor, foi uma operação de repressão política das ditaduras sul-americanas, na década de 1970, ela promovia o terror como premissa e foi coordenada para eliminar opositores através de sequestros, torturas e assassinatos. Dessa maneira, os brasileiros que se formaram a partir dessas instituições, retornavam ao país com o intuito de passar, ainda que extraoficialmente, os conteúdos que ali foram aprendidos. Tudo isso justifica o fato dos relatos de vítimas de diferentes estados do Brasil apresentarem vivências semelhantes no que diz respeito aos mecanismos de tortura.

A violência era o princípio básico do combate à ameaça comunista, inclusive muitas vezes ela acontecia sem motivações muito claras, mas em todo caso, serviam para deixar claro o poder que os militares possuíam sobre os corpos que reprimiam. As ações dos policiais se estendiam para afetar a integridade física quando outros mecanismos não se mostrassem tão efetivos, já que o resultado poderia ser mais eficiente e rápido, ou seja, o revelar de informações mediante ameaças ou qualquer outro tipo de agressão no campo verbal. Entretanto, a tortura física em mulheres não acontecia de qualquer forma, sem estratégias ou técnicas que as fundamentasse. De acordo com a historiadora Ana Rita Duarte (2014), existia uma certa preocupação nos escritos da ESG com relação ao papel que a mulher vinha desempenhando na sociedade. Nesse sentido, dava-se uma atenção especial para os riscos que os indivíduos subversivos representavam para a moral sexual e para a estrutura familiar.

Alguns relatos a que tivemos acesso, tanto nos processos da CEMVDHC, quanto nas entrevistas que realizamos, revelam detalhes sobre as agressões sofridas por mulheres no período. É necessário, portanto, ressaltar que no caso das torturas físicas, a vivência particular de cada uma delas se sobressai. Em outras palavras, algumas mulheres tiveram uma experiência com torturas físicas intensas e elaboradas, como, por exemplo, o choque elétrico, o pau-de-arara, a palmatória, o salto Luís XV⁵⁷ etc. Ao passo que outras viveram algo menos complexo, como é o caso de Maria Teresa (COMISSÃO ESPECIAL, 2012), cujo relato detalhado no tópico anterior mostra que, em sua opinião, a violência no Recife se constituía mais pelo uso de murros e pancadas. Isso se dá, porque como a repressão foi se instaurando paulatinamente, novas técnicas e instrumentos de tortura vão sendo incorporados ao *modus operandi* dos policiais militares em Pernambuco.

A entrevista concedida por Maria Teresa Vilaça corrobora com essa perspectiva de que inicialmente os métodos de tortura eram mais simples:

E naquele tempo, em Recife, não tinha exatamente ainda um DOI-CODI organizado, em São Paulo já tinha e inclusive tinham torturas sofisticadas. Lá no Recife era muito na porrada. Então eu me lembro que quando eu fui presa o cara meteu a mão, que muitos anos depois, quando eu assisti um filme que a menina virava o rosto, um filme de assombração que teve por aí; na hora eu estava no cinema e disse “gente, foi isso que aconteceu comigo”. Deram porrada que eu virei a cabeça e eu ainda disse assim: “Você só faz isso comigo porque eu estou algemada”. Olhe, para aí, como você diz um negócio desses, olhe a inteligência rara, apanhei. (VILAÇA, 2023, p. 21)

Entretanto, é possível constatar que a violência física esteve presente na maior parte dos processos estudados, desde o início até o fim de nosso recorte temporal, seja ela direcionada à vítima do relato ou a terceiros e testemunhada por elas, seja mais intensa ou mais sutil, foi algo que se intensificou com a estruturação do DOI-CODI, em Recife, mas que sempre existiu. Mais a frente em seu relato, Lilia destaca que com o passar do tempo a repressão foi assumindo uma roupagem mais elaborada: “[...] Depois, eu vi

⁵⁷ As técnicas de tortura foram expostas no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014), no qual é explicitado o uso dos métodos citados, além disso, os relatos trazem por si só um detalhamento dos mecanismos utilizados. O choque elétrico foi largamente utilizado pelos torturadores, era um método bastante cruel que consistia na retirada de dois fios do telefone de campanha do Exército, que eram ligados ao corpo nu do torturado dando descargas altas de choque. Os afogamentos representavam várias formas de torturar a vítima, poderia ser através de água jogada na face da pessoa presa, que ficava coberta por uma toalha, ou pelo mergulho da cabeça dos torturados em um balde cheio de água, entre outras formas. A palmatória consistia em um pedaço de madeira que era utilizado para agredir as vítimas. Também foi localizado em vários dos relatos estudados, mulheres falando que sofreram tortura pelo método chamado de salto Luís XV, no qual elas eram obrigadas a ficar descalças em uma superfície gelada, queimando os pés e se saíssem da superfície eram espancadas.

muitos companheiros sendo torturados, vi muitas coisas, tinha umas torturas muito loucas. Tinha uma, por exemplo, que era o salto Luís XV, que a gente ficava em cima de umas latas tipo de leite em pó, descalças, com uma trave e se caísse...” (GONDIM, 2022, p. 21). De todo modo, o corpo é um espaço que ao ser violado pelos policiais ficava à mercê da condição a ele imposta pela tortura. A dor é acima de tudo um lembrete de que o ser humano é limitado por sua matéria, e nesse caso a matéria detém a vida a qual o Estado decide se será cessada ou não⁵⁸.

Outro ponto que nos chamou atenção é que esse processo visava destituir essas sujeitas de tudo o que as faziam se reconhecer como um indivíduo, buscando o de suas personalidades. Seguindo com o relato de Maria, ao comentar sobre as violências que sofreu, destacou que ao mesmo tempo que sofria agressões físicas, sofria agressões psicológicas:

Apanhei muito, Luíza, bastante, muito mesmo. Porque o cara olhou e disse para mim, aliás era uma frase que eles diziam em vários lugares do Brasil: “aqui dentro você não tem família”, porque as pessoas diziam que a família Villaça é uma família conhecida, é uma família não sei do que... Inclusive eu tinha um irmão que era muito amigo de alguns delegados, então os caras quando me viram diziam que se soubessem que eu era irmã dele... Mas lá dentro tinha outra estrutura, que os caras responsáveis por essa coisa, era muito assim, “aqui dentro não tem família, aqui dentro não tem nada, você vai ver o que é a coisa”. E eu ainda dizia assim: “eu sei”, me sentindo a própria. [...] Eles começaram a perguntar e quando viram que minha família era muito católica, começaram a perguntar por padres, por Dom Helder Câmara, porque é assim, o que é que tinha que acontecer para a gente ter o mínimo de condição. (VILAÇA, 2023, p. 21)

Assim, apesar de existir uma distinção metodológica e teórica entre a tortura física e psicológica, ambas caminhavam em um mesmo sentido e atingiam o corpo de formas coincidentes. Em nossa pesquisa, na leitura dos processos, fomos anotando as partes das carnes femininas que foram atingidas nas seções de tortura, em busca de tentar analisar o que isso nos comunica a respeito das relações de gênero e de como elas se expressavam no ambiente de tortura.

De antemão, percebemos que há dois elementos que se destacaram quando da análise que realizamos das fontes: as carnes eram atingidas, na repressão, em sua

⁵⁸ Neste ponto, nos guiamos na conceitualização de necropolítica, proposta pelo historiador e filósofo camaronês Achille Mbembe (2018). De acordo com ele, a história da humanidade está repleta de momentos em que o Estado, ou melhor, a política se fez valer da institucionalização de massacres e extermínios. Partindo da teorização da biopolítica e do biopoder, promovida por Foucault, Mbembe considerou que para além do domínio da vida, o Estado, no uso da violência sobre os corpos, na contemporaneidade, se afirma através do exercício do poder de matar e de definir quem pode viver, o que ele nomeou de necropolítica.

plenitude, no sentido de que praticamente todas as partes do corpo são citadas nos processos, e existia uma ênfase no sexual na abordagem dos militares nos interrogatórios. Conseguimos, portanto, identificar várias partes das carnes que eram objeto das torturas, desde a cabeça até os dedos dos pés, mas nos relatos ficou explícito que a violência, dirigida as carnes femininas, possuía um direcionamento específico para regiões do corpo feminino que tivessem alguma relação com a sexualidade. O procedimento de choques elétricos e pau-de-arara são, dentre os métodos de agressão mais elaborados, os que mais foram identificados com recorrência nos processos e relatos. Isanysis Cardoso trouxe, neste sentido, uma descrição detalhada de sua vivência com a tortura física:

Tinha homens e mulheres nas celas, mas era separado, sabe? Porém, tem um detalhe: quem torturava não eram soldados rasos, eram de capitão para cima. Eles vinham de São Paulo para nos torturar. Tinha um tal de “Coronel Fontenelle”, esse era cruel demais, era quem comandava. As torturas só começavam a partir da meia noite até de manhã cedo. Me amarravam, algemada e encostada em uma parede sendo agredida, davam tantos murros em mim, fiquei com o rosto todo roxo, o estômago roxo, deslocaram meu braço de tanto estar no pau-de-arara. Davam choques elétricos, a gente ficava nua. Eles botavam os fios no meu dedo, no indicador e no dedo mínimo dos pés. O choque era tão grande com a máquinazinha, como telefone, sabe? Eles rodavam assim [demonstrando com movimentos circulares com as mãos], que você caía no chão, se urinava todinha e se tremia. [...] Só começavam de meia noite e se estendia até o dia amanhecer, depois colocavam a gente em uma cela sem nada, nos colocavam no chão, com a roupa do corpo, era assim. Depois mandavam a gente vestir a roupa quando terminavam, diziam tanta coisa... “Vamos passar por cima dessa bicha, como a rapariga é boa...” era demais. (CARDOSO, 2022, p. 6).

A nudez mais uma vez se apresenta como uma forma de humilhar as mulheres, de lhes causar vergonha e constrangimento. Algo que não foi pontuado por ela, mas em outros relatos foi identificado, era que os choques frequentemente eram aplicados nos mamilos e vagina. Soma-se a isso as constantes observações provocativas e depreciativas a respeito de suas carnes, da profissão que exerciam, de seu caráter; a desmoralização dessas mulheres se concretizava no ataque ao que seriam a honra, que se expressava na sexualização constante de seus corpos. Dentro da lógica patriarcal em que nossa sociedade está construída, o controle da dignidade sexual das mulheres é um poder masculino. Assim, os homens que ocupavam cargos na hierarquia militar, afirmavam esse poder perante as mulheres de maneira potencializada, pois além delas serem figuras femininas (o que por si só já é motivo de abjeção nessa sociedade), eram também subversivas, comunistas etc. Tais corpos, portanto, possivelmente não tinham valor, não tinham direito a preservação da dignidade.

O estupro, portanto, seria a maior forma de punição dentro do campo de agressão sexual e sexualizada que esses corpos femininos poderiam experimentar. Apesar disso, existia uma certa atenção dos agentes, em Pernambuco, acerca dos vestígios e provas que eles pudessem deixar nos corpos que violentavam. Um dos indícios dessa preocupação é que a maioria das mulheres presentes nos processos de indenização relatou ter sofrido ameaças de estupro, mas não sua concretização. Por outro lado, em relação as que sofreram esse tipo de violência, procedimentos foram adotados para acobertar os sinais da violência sexual, como foi o caso da potiguar Anátalia Alves, cujas genitálias foram queimadas para dissimular as marcas deixadas pelo estupro.

Outro caso que documenta a violência sexual ocorrida nas práticas de tortura é o de Genivalda Nelo da Silva, natural de Natal - RN, nascida em 07 de outubro de 1944, filha de José Gomes de Melo e Maria Gomes de Melo, viúva do militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), José Manoel da Silva, que foi assassinado pela repressão em 1973. Logo após a prisão de seu marido, ela foi a Natal para deixar seus filhos, em segurança, com seus pais; e, ao retornar para o município de Toritama, em Pernambuco, encontrou sua casa revirada e recebeu a notícia da morte de José Manoel. Na ocasião passou por interrogatórios e presenciou a tortura de outros homens, para que reconhecesse quais eram amigos de seu falecido marido.

No ano de 1975, foi sequestrada e encapuzada por agentes do DOPS, interrogada diversas vezes sobre as atividades de seu marido. Genivalda foi estuprada por quatro agentes de segurança, conforme seu relato, e em decorrência dessa violência, engravidou. Ela não conseguiu levar a gestação adiante, se submetendo a um aborto, processo que também foi traumático. De acordo com a representante do Movimento Tortura Nunca Mais/PE, Maria do Amparo Almeida Araújo, que comparece no processo de indenização de Genivalda: “O estupro sofrido pela requerente já foi retratado por publicações sérias, mas com certeza nunca seria admitido pelas forças da repressão.” (COMISSÃO ESPECIAL, 2012e, p. 46). Não foram feitos registros documentais da prisão dela, apesar das violências traumáticas que relatou ter sofrido. Dessa forma, assim como no caso de Anátalia, o processo de Genivalda indica que a concretização de estupros, pelos policiais militares, em Pernambuco, era estrategicamente acobertada, seja pela ausência de registro de entrada da própria presa nos órgãos de segurança ou pelo apagamento dos vestígios deixados nos corpos das mulheres.

O comunismo da maneira como era visto e dito pelos militares, promovia a deturpação de valores não só políticos, mas também morais e essa era a justificativa que tornava plausível a repressão se estender para tantas esferas da vida dos brasileiros.

Assim, a missão desses policiais iria além das investigações e prisões de possíveis infrações a lei. Aquele indivíduo supostamente subversivo representava para os agentes uma agressão aos bons costumes, a moralidade e a ordem social, valores que, no entanto, eles não se importariam em corromper nas torturas e sequestros, desde que eles não estivessem relacionados ao comunismo tudo poderia ser perdoável.

Com isso, existia certa satisfação, por parte dos agente de segurança, em estar do lado “certo”, de não compactuar com todas as coisas negativas que, pretensamente, o comunismo estava trazendo para o Brasil. Inclusive, de acordo com as análises feitas acerca dos relatos, uma das possibilidades que justificam o fato do estupro em Pernambuco ter ficado mais nas ameaças do que ser concretizado, era porque os agentes sentiam nojo, ou algum outro tipo de repulsa, em relação as carnes dessas mulheres, pois elas representavam a independência política e social feminina que eles combatiam. Por outro lado, algumas relatam que observavam um certo sadismo por parte dos policiais, como se houvesse um prazer em violentar seus corpos.

Outra mulher que nos concedeu entrevista, cujo relato corrobora com essa perspectiva foi Helena Serra Azul Monteiro⁵⁹. Ela é natural de Fortaleza, Ceará, nascida em 24 de novembro de 1947, filha de Celso Serra Azul e Maria do Socorro Moreira Serra Azul. Sua participação na militância começou ainda muito cedo, na sua adolescência, através da Juventude Estudantil Católica (JEC). Ela e seu então namorado, Francisco das Chagas Dias Monteiro, acabaram se aproximando ainda mais do movimento estudantil, na luta contra a Ditadura, quando entraram na faculdade de Medicina. Em suas palavras⁶⁰:

Nós éramos chamados de “Chico passeata” e “Helena concentração” [risos], que até hoje o pessoal da nossa geração brinca e chama a gente. Por que? Porque a gente achava que tinha que ir para rua e essa ideia eu acho, continuo pensando. É tanto que agora quando piorou as coisas, eu digo: “gente, vamos pra rua!”. É a forma de você mostrar, o que você pensa, o posicionamento das pessoas, de diminuir o medo. Não podemos ficar reféns do medo em nenhum momento da vida. Não quer dizer que você não tenha, porque é algo real, mas não você ficar dominado pelo medo. (MONTEIRO, 2022, p. 7).

Sua trajetória é entrelaçada à de Francisco, eles se casaram, tiveram filhos e viveram a vida juntos como companheiros no amor e no ativismo político, até o

⁵⁹ As fontes sobre o caso de Helena Serra Azul Monteiro, utilizadas para o desenvolvimento do nosso estudo estão presentes no site da CEMVDHC no Processo da Comissão Especial de Ex-presos Políticos (COMISSÃO ESPECIAL, 2012X), e em entrevista concedida por ela à nossa pesquisa.

⁶⁰ MONTEIRO, Helena Serra Azul. Entrevista concedida a Luíza Vieira Cavalcanti, no Google Meet, para o Projeto Corpos que falam: mulheres perseguidas, mas não silenciadas pela Ditadura Militar em Pernambuco (1968-1974). Recife, 01-11-2022.

falecimento dele, em 2011. Dois dias depois da decretação do AI-5, em 15 de dezembro de 1968, iniciou-se uma intensa busca policial por eles, havendo a invasão da casa onde moravam, mas o casal conseguiu se antecipar e fugir para Pernambuco. Foram presos, em 15 de outubro de 1969, no município de São Benedito do Sul e depois transferidos para a Delegacia de Segurança Social, onde permaneceram incomunicáveis por cerca de 40 dias. Em 24 de novembro de 1969, ela foi transferida para o presídio Bom Pastor, onde permaneceu até 04 de novembro de 1971. Em suas palavras sobre os policiais militares em Pernambuco:

Olha, eu acho que eles eram perversos, sádicos. Por exemplo, lá em Pernambuco, que eu esqueci de lhe falar, um dos caras que participaram dos nossos interrogatórios, tortura e tudo, foi o tal do “Coronel Villog”. Foi aquele cara inclusive que arrastou o Gregório Bezerra pelas ruas, nós ainda pegamos esse cara; na minha memória, é como é um fascista, sabe? Aquele cara todo fardado, aquele jeitão, sabe? Não sei se essa sensação se dá porque éramos muito novos. Mas eu acho que na questão da mulher ainda tinha a questão do machismo, da perversidade, da perversão, acho que eles tinham. Por exemplo, nos interrogatórios, nas mulheres normalmente eles colocavam a coisa de choque, mas faziam isso também nos homens, na ponta dos seios, na vagina, nos homens também no testículo, sabe? Tem histórias terríveis, tanto de homem como de mulher. E as mulheres tratavam como vagabundas, com falta de respeito, estupro, tem vários casos de estupros que são contados, não é? Eles ameaçavam, por exemplo, no meu caso, lá em Recife me ameaçavam de aborto, sabe? (MONTEIRO, 2022, p. 15)

Nessa perspectiva, a tortura ao corpo feminino se apresentava no campo da perversão ou sadismo, como se houvesse uma satisfação em realizar as violências físicas, com um destaque para a predileção por agredir as genitálias. Segundo Robert Stroller (2015) a perversão possui uma íntima relação com o prazer erótico, o que pode ser deduzido a partir dos relatos das vítimas. Segundo ele, toma-se como ato perverso o desejo de ferir ou danificar outras pessoas, a materialização de fantasias vingativas a partir de elementos sexuais ou sexualizados. É preciso distanciar a noção de perversão da carga social de pecado que a palavra possui. O conceito de perversão, partindo da acepção psicanalista, carrega componentes emocionais. No caso da perversão masculina, na perspectiva strolleriana, trata-se de um transtorno psíquico relacionado ao gênero, que se manifesta através de três formas de hostilidades: raiva, medo e vingança. Além disso, o perverso tenta desumanizar as vítimas, por se sentir superior a elas.

Trazendo o relato de Maria Teresa para análise e cruzando as informações, podemos observar que este era um sentimento compartilhado por outras mulheres:

Eu acho que tinha muita coisa assim de desequilíbrios emocionais. Eu, por exemplo, teve uma vez em sessão de tortura que o cara que estava torturando começava a suar de emoção, levantava as mangas da camisa, cantando músicas que eles adoravam. Me lembro de um que torturando e dando choque ele conversava assim: “Vou levar meu filho para o jardim zoológico amanhã” e o outro respondia “Ah, rapaz também acho que vou levar”, uma coisa assim. E tinha uns que talvez sejam até taras, porque os outros desapareciam, quando fulano chegava era como se fosse a vez dele se realizar, não sei explicar isso o que é que era, mas existia. Por exemplo, tinha em relação às mulheres sempre existiu a questão sexual como se perpassasse tudo. (VILAÇA, 2023, p. 22).

O prazer dos torturadores no ato da tortura, onde suar de emoção era uma das demonstrações de satisfação pessoal de fato é algo saliente na leitura do relato. Essa relação de poder e de gênero se apresentava de uma maneira quase fetichista para os homens que colocavam essas mulheres em um lugar de desconforto, humilhação, dor e trauma. É fundamental destacar que esse ódio não é dado, mas sim adquirido a partir das experiências e vivências do torturador. Ainda embasando-se em Stroller (2015), é possível supor que se houvesse oportunidade, daria para localizar o trauma que incidiu sobre o gênero, e resultou nos comportamentos violentos. Vale também destacar que o perverso difere do psicótico, pois ele tem noção que seu triunfo acontece quando da realização de suas fantasias, ou seja, o perverso encarna o lado negativo da neurose.

Nos guiamos pela ideia central de que a perversão é a forma erótica do ódio. Portanto, ao analisar as violências físicas infringidas às carnes femininas na Ditadura, é possível observar que a carga sexual das agressões nos comunica bastante sobre as relações de gênero entre os militares e as militantes, pois o ódio àquelas sujeitas não era somente político, mas carregava uma dimensão de gênero. Assim, a hostilidade do perverso se apresenta através da violência de gênero, que é exposta, visível e tangivelmente, na satisfação erótica sentida pelos agressores na prática da tortura, prazer que se indicia na forma como é descrita e sentida pelas vítimas em seus relatos.

Um dos casos mais emblemáticos, em Pernambuco, quando se trata de violência sexual é o de Rosa Maria Barros dos Santos⁶¹. Isso porque através dele é possível identificar não apenas a relação das torturas com o corpo feminino, mas também uma situação que foi comum: uma mulher grávida passando pela repressão militar. Nesse caso, concordamos com o Prof. Dr. Costa Júnior:

⁶¹ Os dados consultados para a construção do artigo sobre o caso de Rosa Maria Barros Santos são provenientes do Processo da Comissão Especial de Ex-presos Políticos (COMISSÃO ESPECIAL, 2012), presente no site da CEMVDHC, e do testemunho colhido por integrantes da Comissão Nacional da Verdade (ARQUIVOS CNV, 2014).

[...] o depoimento dessas mulheres ilustra a perversão do regime ditatorial, sendo necessário dizer que, no caso das mulheres grávidas, a tortura não se deu, exclusivamente, de forma física, mas a tortura psicológica foi uma ferramenta utilizada pelos militares como mecanismo para ocasionar o aborto e a interrupção de suas gestações. (COSTA JÚNIOR, 2020, p. 189).

O testemunho, portanto, possibilita a análise do corpo feminino gestante para além de sua materialidade.

Rosa Maria é natural de Recife, filha de José Gregório dos Santos e Regina Barros dos Santos, nasceu no dia 31 de agosto de 1946. Na época dos acontecimentos, cursava o quarto ano de medicina na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e era casada com seu então marido, Carlos Alberto Soares, um estudante de arquitetura que fazia parte do PCBR. Ela ficou foragida a partir do ano de 1970, quando se sentiu ameaçada com a presença de policiais na faculdade em que estudava. Com isso, trancou o curso e acompanhou seu marido na vida clandestina, até serem presos no ano seguinte. Foi condenada pelo Tribunal de Justiça do Recife a três anos de prisão por exercer “atividades subversivas”, dos quais cumpriu dois anos e foi inocentada.

De acordo com seu relato, ela foi presa, primeiramente, no estado do Rio Grande do Norte, na manhã do dia 07 de fevereiro de 1971, juntamente com seu marido e mais duas pessoas, Maria Yvone Loureiro e Cláudio Gurgel. Passados dois dias, depois de sofrerem intensas sessões de torturas, foram levados pelos agentes, de avião, à sede do DOPS-PE e permaneceram encapuzados durante o percurso. Já em Recife, ela e sua companheira Maria Yvone foram transferidas para uma cela que estava em condições precárias de higiene, ao resistir fazendo greve de fome, foram punidas de maneira violenta. Em suas palavras:

Yvone desmaiou e comecei a passar mal, sentindo fortes dores no ventre que eu suspeitava serem cólicas uterinas, porque estava no início da minha primeira gravidez. Carlos avisara aos policiais do DOPS sobre a minha situação, exigindo respeito a minha pessoa. Mas os policiais não me pouparam, molestado fisicamente também as companheiras de prisão Yvone e Lilia. Eu sabia que o meu marido e os outros companheiros estavam sendo barbaramente torturados também, o que representava para mim um grande acréscimo ao já insuportável sofrimento. (COMISSÃO ESPECIAL, 2012, p. 26)

Um dos resultados da tortura realizada em seu corpo foi que ela passou por um doloroso aborto, agravado pela negativa de assistência médica adequada. No testemunho cedido à CNV, comentou que após muita insistência de sua colega lhe forneceram um

medicamento anti-inflamatório que aumenta o risco da interrupção da gravidez. Conforme comenta: “Aí eles trouxeram dois comprimidos de AAS, que é absolutamente contraindicado para uma pessoa que está abortando, o AAS é facilitador do aborto” (AQUIVOS CNV, 2014, p. 18). Logo, ainda que fosse estudante de medicina, Rosa não tinha noção de que isso agravaria sua situação. Entretanto, passados os acontecimentos, diz acreditar ter sido melhor abortar de uma vez, pois lhe poupou de passar por complicações futuras ainda maiores, mas são inevitáveis os danos psicológicos que tudo isso provocou. Ainda consoante Costa Júnior:

A narrativa de Rosa Maria Barros dos Santos exemplifica a perversidade dos militares que, quando perceberam que ela estava perdendo o seu bebê, medicaram-lhe com um remédio facilitador do aborto. Em muitos casos, os militares ironizavam dizendo que as mulheres haviam sofrido um aborto “espontâneo”, mas é evidente que essas interrupções da gravidez dessas mulheres eram resultado da violência e da tortura legitimada pelos militares brasileiros. (COSTA JÚNIOR, 2020, p. 192-193).

Além disso, os sofrimentos relatados por ela não estão apenas relacionados à interrupção forçada da gravidez, mas Rosa atribui aos processos repressivos da Ditadura o fim de seu casamento e também o atraso de três anos na sua graduação - somando os anos em que ficou afastada por conta da clandestinidade e que esteve detida na prisão. De acordo com o que narra, os traumas provocados pelas perseguições e torturas, tanto nela quanto no seu então marido, tornaram impossível a manutenção de uma relação saudável. Além disso, diz ter sido perseguida mesmo depois de cumprir a pena e estar em liberdade. No ano de 1973, chegou a ser presa novamente e sem nenhum tipo de explicação, passou a noite no DOPS em uma situação humilhante, foi liberada no dia seguinte sem sequer passar por interrogatório.

O relato de Rosa Maria coloca em pauta novamente a questão do estupro utilizado como uma forma de oprimir e violar o corpo feminino. Outro ponto que também foi frequente no período é o fato dela estar com uma gravidez em andamento e ter que passar por situações desumanas. É, portanto, considerável que toda agressão a qual ela foi submetida ficou agravada pelo aborto. Vale ressaltar, também, que não eram incomuns casos de mulheres que passaram pela mesma situação ou que até mesmo conseguiram levar a gestação adiante, mesmo sofrendo inúmeras torturas. Além disso:

A relutância em aceitar as mães como militantes não era sem razão. A repressão política não poupou nem crianças nem mulheres grávidas. Muitas mulheres abortaram nas dependências dos DOI-CODIs de tanto

apanharem e levarem choque na barriga, vagina e demais partes do corpo (TELES, 2014, p. 17)

Muitas tiveram a relação maternal explorada negativamente por parte dos policiais como uma maneira efetiva de atingi-las. Segundo a jornalista e ex-presa política Amelinha Teles, era comum que as organizações de militância desencorajassem ou mesmo excluíssem mães ou mulheres grávidas.

Além disso, é preciso ressaltar que corpos femininos são historicamente fetichizados, sexualizados e violentados não apenas fisicamente, como no plano da linguagem. Cotidianamente, temos nossos espaços invadidos e desrespeitados por homens que se acham no direito de violar nossa privacidade, mas não só isso, que se mostram satisfeitos e orgulhosos de seus atos perversos. Não é, portanto, uma exclusividade do regime militar, mas esses relatos servem para que possamos refletir, em casos extremos, como nossa sociedade insiste em colocar as mulheres em situações limítrofes. Acima de tudo, nos faz ver a importância de políticas engajadas, democráticas, que assegurem a segurança dos corpos femininos e promovam respeito aos corpos femininos não-brancos, LGBTQIA+ e PCDs⁶², que são os mais negligenciados e que menos recebem apoio ou qualquer tipo de amparo do Estado.

É importante que, enquanto mulheres, nos sensibilizemos em relação às vivências e lutas de outras mulheres, principalmente para que suas resistências ecoem nos dias de hoje. A Ditadura Militar e os agentes de segurança que realizaram a manutenção do regime em Pernambuco adotaram como estratégia violentar as mulheres militantes, em todas as esferas de suas vidas. Infelizmente, muitas continuaram sofrendo violências cotidianamente, mesmo após a redemocratização, seja pela família, dado o impacto dos traumas em suas vidas ou pela sociedade como um todo, que pouco se mobilizou em superar o abismo nas relações de gênero, muito pautadas inclusive na violência e apagamento. As lutas feministas e conquistas democráticas do pós-ditadura galgaram largos passos, que possibilitaram inclusive para que esta pesquisa ocorresse, entretanto ainda há muito a se desvendar e pesquisar sobre este período da história brasileira. Estudar suas histórias, difundi-las, também é uma forma de se somar a um movimento que foi iniciado por elas, mas que não se findou.

⁶² A sigla refere-se às portadoras de deficiências.

CAPÍTULO III



O CORPO RESILIENTE: A RESISTÊNCIA
FEMININA CONTRA O REGIME DITATORIAL

CAPÍTULO III – O CORPO RESILIENTE: A RESISTÊNCIA FEMININA CONTRA O REGIME DITATORIAL

Tópico 1 - Vozes Insubmissas: A Mobilização Feminina Contra o Regime Ditatorial

Neste capítulo, pretendemos dialogar com as fontes documentais e relatos orais no intuito de compreender quais foram as estratégias de resistência feminina diante da repressão política, ocorrida entre os anos de 1968-1974, no estado de Pernambuco. Neste sentido, objetivamos abordar certos aspectos da luta feminina em Pernambuco, através da documentação pesquisada e de uma revisão bibliográfica, em conjunto com a contribuição dos relatos e entrevistas gravadas com essas mulheres. Vamos procurar tratar de como se deu a participação delas nos movimentos contrários à Ditadura Militar. Neste sentido, buscamos salientar casos específicos e, ao mesmo tempo, frequentes na documentação, as figuras que se destacaram por sua atividade política e social nos processos de resistência.

Procuramos também nos prontuários individuais saber em quais fatos, argumentos e ideias estavam apoiados os militares para penalizar os corpos femininos, a fim de sabermos um pouco mais sobre a preocupação em manter a repressão dentro dos limites legais. Cabe, neste aspecto, explanar sobre como se deu o estabelecimento de leis, como foram gestados a Constituição e os decretos promulgados no contexto estudado, pois foram apoiados nesses documentos legais que os militares classificavam e puniam os indivíduos como infratores, nocivos à Segurança Nacional.

Diante desses dados, foi possível identificarmos qual o envolvimento feminino com a luta da oposição, visto que sabendo de que forma e em que modalidade foram penalizadas, dá para identificar em que elas atuavam. O sistema legal possuía todo um aparato voltado para o combate aos crimes ditos políticos, direcionado a todos os setores da sociedade e prevendo desde penas de prisão por curtos períodos até a pena de morte, nos casos considerados mais graves. Os 17 Atos Institucionais que foram emitidos desde o início do golpe até o ano de 1969⁶³, bem como a decretação de leis como a Lei de Segurança Nacional (1967), são fortes exemplos do empenho de se conferir um arcabouço jurídico ao regime ditatorial.

Em linhas gerais, quando o golpe foi efetivado, em 1964, tudo foi realizado a partir de um conjunto de manifestações de descontentamento de setores civis e militares

⁶³ Mais informações a respeito de cada um dos AIs estão acessíveis no site do Planalto. Disponível em: <<https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em 20 jun. 2023.

com o governo João Goulart, também conhecido como Jango⁶⁴. Estas resultaram em uma rebelião militar sob o comando do general Olympio Mourão, dirigente da 4ª Região Militar, que no dia 31 de março de 1964, deslocou tropas da cidade de Juiz de Fora na direção da cidade do Rio de Janeiro, no intuito de derrubar o governo federal. A destituição do então presidente João Goulart antecedeu a promulgação do primeiro Ato Institucional, que deu início a um complexo aparato jurídico que assegurou a efetivação do regime ditatorial.

Quando visualizamos o panorama de acontecimentos durante a ditadura, podemos perceber que parcela significativa das mulheres eram conservadoras e se mantiveram distantes da vida política ou apoiaram, com entusiasmo, o novo regime, ao passo que outras aliaram-se à luta contra a ditadura, já que viram que não necessariamente era aquilo que esperavam. O que é interessante observar é que, sendo a maior parte das mulheres, que aparece na amostra da pesquisa, pertencente às classes média e mais abastadas, elas possuem, assim, o mesmo perfil das mulheres que antes do golpe estavam saindo às ruas, marchando contra o comunismo, em defesa da família, da “moral” e dos “bons costumes”. Porém, desde que o primeiro Ato Institucional foi baixado, muito do que se tinha como expectativa acerca da intervenção dos militares caiu por terra, principalmente no que diz respeito à manutenção e proteção da democracia, uma das bandeiras utilizadas para justificar a deposição de Jango.

Os Atos Institucionais eram diplomas legais, que tinham a força de dispositivos constitucionais, que eram acrescentados aos dispositivos da Constituição de 1946⁶⁵, promulgada durante o governo federal de Eurico Gaspar Dutra, fruto da retomada do regime democrático. Este texto constitucional, inclusive, foi caracterizado pela conquista do sufrágio feminino obrigatório, que representou uma ampliação da democracia brasileira e das garantias de direitos à população, ainda que nessa Constituição não incluísse o direito ao voto para analfabetos e não tivesse trazido medidas para o combate ao racismo, mesmo com a população negra se movimentando em prol dessa luta. Contudo, após um período de nove anos da ditadura do Estado Novo e da Constituição outorgada de 1937, a constituição democrática veria seus princípios serem suspensos e adulterados no deflagrar de uma nova ditadura.

⁶⁴ João Goulart foi um político brasileiro que serviu como o 24º Presidente do Brasil, de 1961 a 1964. Ele era membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e assumiu a presidência após a renúncia de Jânio Quadros. Seu governo foi marcado por tentativas de promover reformas econômicas e sociais, mas enfrentou forte oposição de setores conservadores e militares. Após a deposição em 1964, Goulart passou os anos seguintes no exílio, principalmente no Uruguai e na Argentina, até sua morte em 1976.

⁶⁵ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> acesso em: 15 ago. 2024.

A partir dos Atos Institucionais, vários Decretos-Lei foram baixados e, com isso, foram sendo definidos quais delitos passavam constitucionalmente a ser considerados como crimes políticos, ou seja, toda e qualquer ação que visasse contestar ou derrubar o regime ditatorial. Dessa maneira, a depender do ano em que as mulheres que estudamos foram presas, os decretos que definem os delitos que cometeram mudam. É bastante comum identificarmos artigos de decretos alterados por outros equivalentes, visto que vários atos foram decretados em um curto espaço de tempo, com um fluxo muito intenso de atualizações e alterações jurídicas.

Portanto, ao longo do tempo em que uma delas respondia a um processo, a legislação era alterada e, muitas vezes, alguém que foi presa baseada em uma legislação, que era inicialmente julgada com base em um decreto, acabava sendo penalizada com base em outro. A partir de 1967, no entanto, toda legislação ditatorial passou a ser incorporada à Constituição editada naquele ano. Os decretos, a partir de 1968, refletem uma afirmação mais severa da política do novo regime, institucionalizando a violência, sob a justificativa da manutenção e defesa da Segurança Nacional.

Depois de 1968, com a decretação do quinto Ato Institucional - considerado por muitos pesquisadores como o mais rígido de todos⁶⁶ - o caráter repressivo do regime se tornou mais evidentes, e o fato de que o regime militar tinha vindo para ficar e, conseqüentemente, para neutralizar qualquer um que se mostrasse contrário às suas normas, cada vez mais patente. Realizamos um levantamento da legislação citada nos documentos e pretendemos discorrer sobre as mais frequentes ocorrências e o que elas representavam no interior da dinâmica da resistência, relacionando-as com casos que ilustram a participação feminina no engajamento anti-ditatorial.

Outro tópico que nos chamou a atenção nos prontuários foi que, apesar das leis aparecerem citadas na documentação, existia um espaço nas fichas que os agentes preenchiem onde deveriam registrar o motivo da prisão, mas raramente constava a lei referente ao crime que a presa pretensamente cometera. Normalmente a terminologia empregada era vaga e geral, não dando indícios concretos sobre as acusações que eram feitas para embasar a detenção. Muitas vezes, só após os interrogatórios se faziam o enquadramento legal e a tipificação do crime. Isso ocorria, porque em grande parte dos casos, os delitos eram admitidos pelas réis mediante o uso das torturas físicas e psicológicas em busca de confissões. Logo, as provas contra elas, em geral, eram obtidas e produzidas nos porões do DOPS e DOI-CODI, para serem, posteriormente, julgadas

⁶⁶ C.f. FONSECA, 2021.

pelo Tribunal Militar. Registramos as motivações e fizemos a seguinte representação gráfica, inspirada no monumento Tortura Nunca Mais⁶⁷:

Figura 8 - Nuvem de palavras, com base na Motivação dos Agentes



Fonte: de autoria própria⁶⁸

Conforme observado nas palavras acima, não havia um aprofundamento na descrição do motivo da prisão: o maior número de ocorrências esteve relacionado e foram definidos através da expressão “Atividades subversivas”, um termo guarda-chuva para justificar a prisão da maioria das mulheres presentes nos processos. Além disso, a palavra subversão também serve ao mesmo propósito, tendo sido a segunda mais utilizada. É necessário, portanto, ressaltar que a formação militar dos agentes que realizavam as prisões, torturas e interrogatórios, está diretamente relacionada à utilização majoritária de tais termos para enquadrar os delitos daquelas mulheres que eram consideradas um perigo segundo os preceitos da Lei de Segurança Nacional.

De acordo com o historiador Luiz Brandão (2019), a terminologia empregada na documentação era cuidadosamente escolhida e, embora, não possuíssem um sentido bem definido, eram úteis como justificativa para as ações policiais. De acordo com ele:

⁶⁷ O Tortura Nunca Mais é um monumento localizado no bairro da Boa Vista, Recife-PE, inaugurado em 1993, em homenagem às vítimas do período ditatorial (Cf.: <https://memoriasdaditadura.org.br/combate-a-tortura/5846575298_059d6d142e_b/>. Acesso: 05 jun. 2023).

⁶⁸ A análise dos dados foi realizada com a linguagem de programação *Python*, uma ferramenta amplamente usada em ciência de dados, para gerar a nuvem de palavras que destaca os termos mais relevantes encontrados nos documentos analisados.

Será preciso reforçar, portanto, que embora as associações entre os imaginários proibicionista e anticomunista possam ser rastreadas num período muito anterior ao da criação do conceito de “tóxico-subversão” – a utilização de uma linguagem “toxicológica” para falar sobre o comunismo, por exemplo – o conceito em si é uma ferramenta policial, encontrado em documentos policiais, cunhado e utilizado especificamente para promover uma suspeição generalizada e justificar o aumento da violência e da repressão sobre estudantes. Desse modo, mesmo que aparentemente vazios e incoerentes, estes conceitos foram responsáveis por criar uma “realidade”, um imaginário comum, construindo personagens, prescrevendo condutas e direcionando a aplicação dos serviços de inteligência e repressão no contexto da ditadura militar. (BRANDÃO, 2019, p. 70).

Com efeito, por mais abstrato que possa ser o termo “atividades subversivas”, tornando a motivação para prisão esvaziada de sentido, a partir do momento que aquela mulher fosse vencida pelo cansaço nos interrogatórios e nas torturas, a legislação viria no auxílio para fazer as tipificações mais específicas. Contudo, vale considerar que não há menções significativas, ou explícitas, ao comunismo em si, mas sim às instituições com as quais estavam envolvidas. Ou seja, uma mulher dificilmente seria presa por ser comunista, mas seria por estar praticando subversão.

Também salta aos olhos as prisões preventivas ou para averiguações, que evidenciam ainda mais o intuito investigativo das detenções, feitas sem provas, para em seguida serem realizadas acusações mais detalhadas. Muitas vezes, mulheres eram presas devido ao envolvimento de seus parentes e conhecidos com a resistência ao regime, na busca de fazer terceiros confessarem, na tentativa de poupá-las da tortura. Estar relacionada com alguém da militância era se tornar alvo em si, por menor que fosse a sua participação na movimentação contrária ao governo. Os militares as consideravam pessoas de interesse, ou seja, elas poderiam ou não ser suspeitas, a investigação é que definiria e, para isso, promoviam sequestros e prisões sem qualquer amparo fático ou legal. Neste sentido, a prisão muitas vezes significou, em virtude da suspensão do direito de *Habeas Corpus* estabelecida pelo AI-5, o momento de fabricação de provas, já que as pessoas não poderiam ser investigadas em liberdade e eram submetidas às longas sessões de tortura e investigação. Nas palavras de Helena Serra Azul Monteiro:

E aí tem alguns aspectos que eu acho importante a gente retomar, por exemplo: aquilo eram tribunais de exceção, eu vejo pouca gente falando isso. Em que a gente era julgado por tribunal militar. Você tinha um auditor e o julgamento, eu lembro que a minha acusação até hoje é muito claro, como se fosse assim, um filme. Um cara acusando, minha principal acusação: eu era uma mãe irresponsável, por ser mulher e por

estar grávida. Eles não tinham muita acusação contra mim, porque eles não conseguiram juntar muita coisa. (MONTEIRO, 2022, p. 10).

Com efeito, nas investigações, ainda que não fossem levantadas provas suficientes para condenação, existia a possibilidade do Tribunal Militar mesmo assim estabelecer penalizações. Não eram, portanto, processos estritamente apoiados em aparatos jurídicos. Assim, muitas mulheres que foram presas pelos militares do DOPS e DOI-CODI para serem interrogadas até revelar informações que as incriminassem, acabaram sendo encaminhadas ao tribunal, ainda que não existissem provas factíveis de seus crimes. Em seguida, elas eram julgadas por seus “atos subversivos” também pelos militares. Ou seja, era improvável que a defesa conseguisse atuar nesses espaços de tribunais de exceção, pois estes eram majoritariamente compostos pelos membros e apoiadores do governo ditatorial e estavam ao lado dos acusadores.

O caso da paraibana Isanysis Cardoso exemplifica bastante esse processo, pois ela sequer conhecia o nome verdadeiro da pessoa que a fez ser presa. Além dela, as irmãs de Calixtrato Correia Lira, Maria Betânia Correia Lira e Maria da Conceição Correia Lira, também foram presas para averiguações em Campina Grande e de lá foram transferidas para o Recife, para o Quartel General do IV Exército, onde foram torturadas psicologicamente. Em seus processos de indenização⁶⁹, é bastante ressaltado que nenhuma das duas sabia nem o que era terrorismo antes de serem presas, apesar de serem parentes de Calixtrato e uma delas estar envolvida amorosamente com o também membro da ALN, José Carlos Líbano.

Dessa forma, os agentes da ditadura utilizaram essas mulheres, ainda que elas nem possuíssem interesse pela pauta política, como uma forma de atingir outros homens. O advogado das irmãs de Calixtrato chegou a comentar em seus processos que quando foi comprovada a inocência delas, os policiais chegaram a pedir desculpas pelo transtorno causado. As prisões por averiguação, entretanto, tinham intuítos diversos para além destes já citados.

Se alguém estava envolvido com atividades que para os agentes de segurança seriam suspeitas, seja pelo ciclo social ou lugares que frequentava, já era motivo suficiente para uma detenção sem provas e as sessões de tortura se encarregariam de fazer aquele indivíduo confessar e gerar as provas necessárias, contra si e/ou contra outras pessoas, podendo haver, assim, além da prisão, julgamento e condenação. O que é necessário ter em mente é que o objetivo central dos interrogatórios era fabricar provas,

⁶⁹ COMISSÃO ESPECIAL, 2012i e COMISSÃO ESPECIAL, 2012j.

sejam elas contra as vítimas ou contra terceiros. Nesses casos, a única maneira de resistir ao regime era não fornecer as informações, não falar nada sobre ninguém e procurar, na medida do possível, confiar que as carnes aguentariam as dores físicas, independente da subjetividade estar fragilizada ou machucada demais.

Um caso particular nos chamou atenção, em meio à leitura dos processos para procurar as motivações que levavam os militares a prenderem e sequestrarem as mulheres militantes, que serve de ilustração, também, de como a participação feminina na resistência ao regime em Pernambuco foi dinâmica e diversificada. A advogada Mércia de Albuquerque Ferreira, teve uma atuação destacada durante o período ditatorial, na defesa dos militantes presos. Nascida em 23 de dezembro de 1934, no município de Jaboatão, a pernambucana é filha de Renato Ferreira Silva e Lusinete de Albuquerque Ferreira. Formou-se no curso de advocacia da Faculdade de Direito do Recife, no ano de 1961, e de acordo com o que é dito em seu processo de indenização, ela defendeu mais de 400 processos de presos políticos nos tribunais, sendo assim uma figura destacada no combate a repressão (COMISSÃO ESPECIAL, 2012o). Ao iniciar a leitura do processo de Mércia Albuquerque, achamos curioso o fato de seu nome estar atrelado a um número de treze prisões, ao longo da Ditadura Militar, sendo que a maioria teve como motivo o de averiguação. Porém ela também era associada à Aliança Nacional Libertadora ou apenas a ter, supostamente, praticado atividades subversivas.

A perseguição à Mércia, na verdade, foi por causa dela ter sido uma das poucas pessoas dispostas a advogar para militantes e presos políticos, algo que poderia comprometer a reputação de grande parte dos advogados/as no período, já que significaria se opor ao regime e ao sistema político vigente. Em meio a documentação de seu prontuário, estava anexada a cópia de um abaixo-assinado que evidencia como seu nome era importante para a luta antiditatorial e estava relacionado a vários processos:

Figura 9 - Abaixo assinado contra prisão de Mércia



DITADURA PRENDE ADVOGADA

A advogada MÉRCLA ALBUQUERQUE se encontra presa no DOPS desde a noite do dia 12 deste mês.

A sua prisão foi efetuada por agentes do CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), mais um órgão de repressão/da Ditadura.

PORQUE MÉRCLA FOI PRESA?

Ela era advogada de defesa dos estudantes e líderes populares presos pela ditadura. Enquanto muitos outros advogados, traindo a sua profissão, negam-se a defender presos políticos. A imprensa não noticiou a prisão, de MÉRCLA, porque está censurada. A Ordem dos Advogados não protesta de público contra mais este crime da Ditadura. Os advogados (dos) ricos têm compromissos com a ditadura dos ricos. Não contesta com os cárceres cheios de estudantes, operários e camponeses, a ditadura passa a prender aqueles que no exercício de sua profissão de advogado defendeu os presos políticos das farsas processuais montadas contra eles.

- DENUNCIE A PRISÃO DE MÉRCLA. -

PASSE ADIANTE - ABAIXO A DITADURA - PASSE ADIANTE -

ABAIXO A REPRESSÃO POLICIAL.

Atento que esta cópia está de acordo
com o original depositado neste
Arquivo.
Recife, 13 de 01 de 2000
A.P.E.R. / Departamento de Arquivo

49

Fonte: Processo de Indenização, 253/00-OG, p. 49.

Como pode ser observado na documentação amostrada, ela estava atrelada a muitos processos relevantes para os militares, o que a colocava embaixo dos holofotes. Conforme consta no documento acima, nem mesmo a Ordem dos Advogados se comprometeu a protestar contra suas prisões e, o principal, a imprensa não havia veiculado sua detenção. Isso era importante, pois como veremos mais à frente, a primeira estratégia adotada pelos recém-detidos era dar um jeito de seus nomes saírem nos jornais, pois assim ficaria mais difícil para os torturadores encobrir se caso viessem a falecer. A trajetória de Mércia traz para nossa pesquisa, portanto, mais um paradigma de atuação feminina na política no período ditatorial.

Além disso, alguns casos particulares saíram do padrão de motivação para as detenções femininas: o uso, por exemplo, da palavra “pixamento”, revela um acontecimento, no mínimo, curioso. O termo foi utilizado para justificar a detenção de algumas mulheres que foram flagradas pichando um ônibus durante um protesto ocorrido

em 1969, no bairro da Boa Vista (Recife/PE), com palavras como: "fora Rockefeller", "Abaixo a repressão" e "Liberdade". As mulheres envolvidas no ato foram: Eridan Moreira Magalhães, que quando foi presa tinha 19 anos de idade; Lilia Maria Pinto Gondim, também com 19 anos; Maria Inês Moreira de Melo, que estava com 17 anos e havia falsificado a carteira de estudante para constar 18 e Ismênia Carolina Mota Gomes, que de acordo com Lilia, estava, apenas, com 14 anos. Ismênia foi solta no mesmo dia de sua detenção, em virtude de sua menoridade. Apesar disso, os militares não levaram esse fator em consideração com Maria Inês, que só conseguiu provar sua menoridade após quatro dias de sua prisão, quando foi liberada e encaminhada para um juizado de menores. Já as demais foram encaminhadas para o presídio Bom Pastor, onde cumpriram pena pela depredação do patrimônio público. De acordo com Lilia, em entrevista concedida para a pesquisa:

Eles não tinham nenhuma referência da gente de ligação com nenhum partido, então a referência deles em relação a gente era movimento estudantil. Inclusive, uma das meninas falava assim, eles perguntavam: "O que é AP?", ela respondia: "Não sei", "O que é PCBR?", "Não sei", "O que é POC?", "Não sei", "O que é ME (movimento estudantil) MR?", ela "mé, MER?" Coisas assim, desse tipo, a gente se fez também de doido, porque a ordem era não ser lá comunista mesmo, era passar por pessoas que não tinham grandes implicações, que não conheciam ninguém. Estávamos ali na parada do ônibus nos encontrando para ir tomar água de coco em Boa Viagem, entendeu? E pronto, a gente não tinha nada a ver com nada. [...] Tanto que eu fui, agora ultimamente, eu fui assessora da Comissão Estadual da Verdade e pesquisando no DOPS a gente encontrou uma lista de presos e eu vi meu nome, aí dizia "fulano de tal, subversivo", "fulano de tal, comunista", "fulano de tal, terrorista", eles tinham uma classificação e eu e Franca, Roberto Franca, a gente estava classificado como "pichador" (risos). (GONDIM, 2022, p. 15)

De acordo com seu relato, podemos perceber que, neste caso, as classificações mais comuns para os militantes e seus crimes, não puderam ser empregados pelos policiais, por falta de comprovação do envolvimento delas com as organizações de esquerda. Isso não impediu, claro, de as colocar no hall de presas políticas em Recife.

A partir da leitura individual dos processos, portanto, podemos perceber que de uma forma ou de outra as mulheres estiveram ativamente envolvidas nas movimentações contra o regime militar, ainda que algumas fossem presas apenas pelo seu vínculo com outros indivíduos. Seja por fazerem parte de partidos políticos, com destaque para o PCBR e o POC, que em Pernambuco possuíam bastante influência, seja por estarem envolvidas em movimentos armados, como a VR e ALN, ou até mesmo por estarem

ajudando, a partir de funções mais administrativas e jurídicas, aqueles que eram perseguidos pelo regime. Seja por causa da participação no movimento estudantil, seja por conta da militância no movimento operário, ou na juventude católica, o fato é que a presença feminina nos processos pernambucanos, entre 1968-1975, revelam um empenho deste grupo em estar mais ativamente na cena política, fazendo parte da luta contra a ditadura, visando construir em seu conjunto uma sociedade melhor, utopia que se pautava, no momento, nas ideais comunistas e socialistas. O caminho para a transformação da realidade, pela qual lutavam os militantes da esquerda brasileira, seria acabar com o capitalismo e implantar uma ditadura do proletariado.

Tópico 2 - Estratégias de resistência feminina durante os anos 1968-1974

A resistência à Ditadura se deu de distintas formas, em linhas gerais, o movimento se apresentava com duas faces; em primeiro lugar estava a oposição ao regime quando em liberdade, que contava com a ocupação dos espaços públicos através de passeatas, divulgação de panfletos, discursos, congressos etc.; em segundo lugar, estava a resistência à repressão, que acontecia normalmente após as prisões e detenções. Neste caso, existe um conjunto de estratégias para lidar com as ofensivas do Governo Federal contra as pessoas que estavam se manifestando na sua oposição, que vão desde a utilização de jogos de palavras para tentar burlar a censura, até o uso de armas contra os militares. Neste tópico, pretendemos discutir sobre como as mulheres, em Pernambuco, resistiram ao regime autoritário, quais redes de sociabilidade e solidariedade foram criadas em torno delas e como seus movimentos de resistência contribuíram para a luta contra a ditadura.

Comprendemos, portanto, que as mulheres se fizeram valer de diversos mecanismos para resistir. Dividimos o tópico em três para itens, visando abordar as distintas estratégias de resistência que encontramos ao longo da leitura das fontes. A divisão se deu baseada em dois elementos: o temporal, ou seja, abordando as lutas empreendidas no período de 1968 a 1974 e o factual, tratando de ações de resistência continuada após a implantação do regime de exceção. Durante os anos de Ditadura, foi possível identificar que havia dois momentos para resistência acontecer: um em liberdade, a partir da discussão e difusão de ideais ditos revolucionários, e outra quando a repressão se mostrava mais firme e agressiva, quando havia prisões, tortura, sequestro etc.

Por isso, nos dois primeiros subtópicos temos o intuito de abordar a diferença entre esses tipos de resistência. Em seguida, o último subtópico analisa as entrevistas que realizamos na pesquisa. Apesar do modelo semiestruturado, que permite bastante liberdade com relação ao esquema de perguntas, nas quatro entrevistas que realizamos,

optamos por finalizar com a mesma indagação para elas: “De onde, na sua opinião, vem a resistência, porque apesar de tudo houve resistência, é tanto que você está aqui hoje concedendo essa entrevista, de onde ela vem?”. Com isso, percebemos que para elas a resistência não se findou quando elas foram presas no DOPS, no DOI-CODI ou no presídio Bom Pastor, que a resistência foi um movimento contínuo, exercido diariamente. Visamos, portanto, compreender como a memória e testemunho dos traumas sofridos quando da repressão fez com que a luta iniciada no período, recorte temporal da nossa pesquisa, não se encerrasse com a o final do período ditatorial. Com isso, abordaremos as respostas de cada uma delas, trazendo reflexões acerca do que foi dito.

2. 1 Ativismo e Protestos: Ocupação pelas Mulheres dos Espaços Públicos e Políticos

A difusão de panfletos e a divulgação de ideias, no caso das mulheres, estava muito relacionada à participação delas no movimento estudantil. Uma parte significativa do ativismo feminino, em Pernambuco buscava a difusão de ideais revolucionários e contrários ao regime, o que posicionava aqueles corpos à frente do movimento político. Essa participação ativa na militância é algo a ser considerado, pois, conforme Ana Maria Colling:

A decisão de assumir a militância política em tais organizações expressa a vontade radical das mulheres de se tornarem protagonistas ativas da história. Todos os depoimentos demonstram que foi um ato de consciência que superava o simples repúdio à ditadura militar. As mulheres buscavam a construção de uma sociedade mais justa. (COLLING, 1997, p. 48).

Ou seja, de acordo com a pesquisa realizada pela autora, a resistência feminina assume sentidos próprios, múltiplos, que afirmam que para além da luta contra o regime ditatorial, as militantes estavam engajadas em promover mudanças na sociedade como um todo. Trazendo essa ideia para nossa pesquisa, podemos identificar que, de fato, a resistência feminina reflete uma movimentação de mulheres em Pernambuco para a mobilização política, dentro de um panorama geral. De acordo com a historiadora Rachel Soihet (2002, p. 270), entre a década de 1960 e meados dos anos de 1980, as mulheres que atuaram contra o sistema, tiveram seus corpos fisicamente, mas também culturalmente, violentados. Desse modo, nos corpos femininos se estabelecem verdadeiros campos de batalha para, e como forma de resistência.

Conforme analisado no Capítulo I, as mulheres estavam, no período entre 1960 e 1970, mais engajadas no mercado de trabalho, sobretudo naquelas profissões que exigiam

formação acadêmica. Com isso, a presença feminina nas universidades aumenta significativamente. Essas mulheres por si só já estavam desafiando e resistindo à uma sociedade essencialmente machista, por estarem dedicadas à sua formação pessoal e acadêmica, não se dedicando mais, exclusivamente, a constituição de uma família. Dessa maneira, ao se aproximarem de movimentos estudantis (que são os de maior presença na documentação estudada), partidos e organizações políticas, envolvidas com a militância de ideais de esquerda, passavam a exercer mais uma forma de resistência em seu cotidiano. A ocupação de uma posição ativa não só na sociedade, mas também na política, como militante de dados ideais, através da distribuição de material de propaganda, entre outras formas de ativismo, dava ao corpo feminino e a suas vozes outros significados. Eram mulheres que não estavam apenas nos bastidores da luta política, mas que asseguravam seu protagonismo, colocando-se na linha de frente das causas em que se envolviam.

Retomando o caso do pichamento do ônibus que vimos no tópico anterior, é necessário reforçar que dentre as cinco pessoas envolvidas, quatro eram jovens mulheres, integrantes do movimento estudantil secundarista, e o outro era um militante do Partido Comunista Brasileiro (PCBR) procurado por ter rendido um policial na Universidade Católica de Pernambuco. Ainda segundo o relato de Lilia:

Sei que nesse período, era no primeiro ano do clássico, que eu tinha voltado pra ser secundarista, já tinha terminado o científico, então no dia 12 de junho deste ano, isso era 1969, houve uma manifestação nacionalmente do movimento estudantil por conta da vinda aqui para o Brasil de um cara chamado Rockefeller, que era, assim, o representante do capitalismo, do imperialismo e ele estava vindo e sendo recebido aqui no Brasil com honras de chefe de Estado, então o movimento estudantil fez mobilizações em todos os Estados e aqui eu participei de um dos grupos e nossa atividade tarefa era pichar os ônibus: quando o ônibus parava estava na parada, a gente pegava o spray e pichava, porque ele circulava, era melhor que pichar uma parede, então a gente pichava "Fora Rockefeller! Abaixo a ditadura!" (GONDIM, 2022, p. 10).

O plano do grupo era realizar os pichamentos em ônibus para que mais pessoas pudessem ver suas manifestações circulando pela cidade do Recife. Se caso a polícia os encontrassem realizando a pichação, o integrante masculino do grupo, que estava sendo procurado, correria em uma direção e as mulheres seguiriam para outro lado, livrando-o, assim, da prisão, que para ele seria ainda mais severa devido ao seu histórico. No processo de despistar os policiais, as meninas entraram no ônibus, mas o motorista se recusou a levá-las; conseguiram, então, entrar em um taxi e fugir. Porém, o taxista também era

policial, e quando soube qual era o grupo que estava levando, deu voz de prisão e as levou ao DOPS. Este caso é bastante emblemático, pois além de trazer a participação majoritariamente feminina como expoentes da resistência à ditadura, nos faz refletir sobre a severidade das medidas tomadas diante de pequenos delitos, no caso de uma manifestação de estudantes ao supostamente vandalizar um ônibus.

Outras mulheres também estiveram envolvidas não só na divulgação dos ideais de esquerda, como na guarda de materiais ditos subversivos, que consistiam em panfletos, revistas, livros etc. Vale ressaltar que até que o material das organizações políticas entrasse em circulação, era necessário todo um processo, que se iniciava com a impressão, passava pelo armazenamento e distribuição nos momentos adequados. A participação nesse processo era bastante arriscada e poderia resultar em consequências graves e violentas. Traremos aqui dos casos de Ana Rita de Castro Almeida⁷⁰ e Vânia Medeiros Macias⁷¹ para compreender de forma mais completa como se deu a participação feminina modalidade de resistência em Pernambuco.

Ana Rita era natural de Campina Grande/PB, nascida em 18 de agosto de 1945, filha de Maria de Lourdes Castro de Almeida e Demétrio de Almeida. No período dos acontecimentos estava cursando a graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e fazia parte do Diretório Central dos Estudantes. Estava residindo no Recife, quando foi presa, em 26 de fevereiro de 1969, juntamente com sua amiga Rosa Maria. Ana foi acusada de exercer “Atividades subversivas”, participação em movimento estudantil (UNE) e ser membra da “Ação Popular”. Em seu prontuário individual, ela foi associada ao marido, Simão de Almeida Neto, que tinha se mudado para Recife no intuito de atuar na assessoria da UNE. Na residência do casal foi encontrado material considerado perigoso, de divulgação da AP. Além disso, o lugar foi palco de algumas reuniões do grupo, ainda que Ana tenha negado em seu depoimento ter conhecimento das atividades que aconteciam em sua casa. Ela foi transferida para o Hospital da Brigada Militar, no Recife, em 01 de março de 1969 devido a sua gravidez avançada, já que estava com 8 meses de gestação. Ainda em março, foi transferida para o Hospital Português, sob escolta policial, para dar à luz e depois ficou em prisão domiciliar. Em maio de 1969, a requerente voltou a ser procurada por um dos policiais militares mais citados nos

⁷⁰ As fontes consultadas sobre o caso são provenientes do Prontuário Individual de Ana Rita de Castro Almeida, presente no acervo do APEJE (PRONTUÁRIO INDIVIDUAL, 1969a) e, do Processo de Indenização da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (COMISSÃO ESPECIAL, 2012a).

⁷¹ As fontes consultadas sobre o caso são provenientes do Prontuário Individual de Vânia Medeiros Macias, presente no acervo do APEJE (PRONTUÁRIO INDIVIDUAL, 1969b) e, do Processo de Indenização da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (COMISSÃO ESPECIAL, 2012p).

processos de tortura, Luiz Miranda. Conforme relata, continuou sentindo os impactos da repressão mesmo estando em liberdade:

O ato que oficializou a minha liberdade teve apenas uma aparência legal. No mês seguinte, maio/69 fui procurada por LUIZ MIRANDA, na residência dos meus pais, querendo que eu passasse informações sobre a vida de João Roberto Borges de Souza e vários outros estudantes, inclusive meu marido, Simão de Almeida Neto, que também era procurado pela polícia, e que desde que a minha prisão estava foragido. Diante desse fato me vi forçada a procurar residir num local ignorado, longe da minha família, onde eu tivesse o mínimo de segurança para viver e criar minha filha, nascida em 19/03/69. (COMISSÃO ESPECIAL, 2012a, p. 24).

A resistência, nesse sentido, se dá tanto de maneira coletiva como individual. A contribuição para a luta política e para a divulgação de ideais revolucionárias era uma forma de estar envolvida na política e resistir ao regime. Por outro lado, Ana Rita se muniu de várias estratégias de resistência diante da tentativa de repressão. Por estar grávida, sua mãe agiu contra sua prisão, interferindo para que ela fosse transferida para maternidade e em seguida para a prisão domiciliar, por temer pela integridade física de sua filha e neta. Em toda a investigação, a ex-presa política manteve-se irredutível em revelar informações aos policiais, sempre negando qualquer envolvimento com a militância, mesmo diante de ameaças e torturas psicológicas. No ato da sua prisão levaram todo material acadêmico que estava em sua casa, além dos materiais considerados subversivos, o que causou grande prejuízo pessoal à Ana Rita. Em virtude dos acontecimentos, ela só pôde terminar o curso superior, em 21 de julho de 1971. Apesar de tudo, Ana não desistiu de completar sua formação acadêmica e seguir carreira na área de Serviço Social, o que também é uma forma de resistência.

Vânia Medeiros Macias, natural de Maceió-AL, nascida em 09 de agosto de 1946, filha de Romeu de Araújo Medeiros e de Cordélia Nobre de Medeiros, era estudante de Arquitetura na Universidade Federal de Pernambuco e morava com outras estudantes, dividindo os custos de moradia. Foi presa na madrugada de 07 de maio de 1969, juntamente com suas colegas de apartamento. Sua residência, segundo consta no processo, era um local de reunião de agrupamentos universitários ligados à dita subversão. Além disso, conforme consta no Dossiê-processo dela, lá foi encontrado um manuscrito com um plano de distribuição de panfletos no centro da cidade do Recife; exemplares de uma “carta aberta aos professores”, firmada pelo então presidente da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), Cândido Pinto de Melo; e, numa caixa de estêncil para mimeógrafo, um material para impressão intitulado “Circulação da Direção

Nacional”, destacando-se o trecho: “Perseverar na luta, responder golpe por golpe e derrubar a camarilha militar” (PRONTUÁRIO INDIVIDUAL, 1969b, p. 16). É possível, portanto, destacar o envolvimento de Vânia na resistência por meio da difusão de ideias a partir do movimento estudantil, pois não era envolvida com grupos armados. Em suas palavras:

Na madrugada de 07 de abril de 1969, eu e minhas companheiras de apartamento, fomos acordadas aos gritos e empurrões de forma violentíssima, até hoje sua imagem permanece ainda em minha memória, éramos todas estudantes, oriundas de famílias simples que com muito sacrifício nos mantínhamos num estado de maior desenvolvimento como Recife. De repente, como num pesadelo nos demos conta que nosso amor à pátria em que nascemos nos tornava “perigosas”, sonhar com um país mais justo onde todos os cidadãos tivessem uma vida digna, onde todos pudessem ter acesso, a saúde, educação, trabalho, alimentação, lazer, liberdade de expressão nos tornava indesejáveis. A estratificação social deveria permanecer intacta a todo custo. (COMISSÃO ESPECIAL, 2012p, p. 11).

Dessa maneira, fica perceptível que ela e suas companheiras não possuíam ciência das consequências que o simples exercício da cidadania iria causar. A intenção que tinham de panfletar a favor da liberdade de expressão e lutar por uma sociedade melhor seria posteriormente considerada como uma atividade subversiva. Foram levadas à Secretaria de Segurança, onde Vânia ficou presa até o dia 07 de junho de 1969, período bastante traumático para ela.

A nossa casa foi invadida numa ação comandada pelo então investigador Luiz Miranda, conhecido torturador. Fomos detidas e humilhadas diante de dezenas de curiosos, carregadas em camburão e jogadas numa sala da Secretaria de Segurança em Recife, onde permaneci por quase dois meses, sob tortura psicológica permanente. Éramos levadas constantemente para interrogatórios onde nos submetiam a ameaças de tortura, tentando assim conseguir que denunciássemos outras pessoas. Em várias ocasiões ouvimos gritos que nos aterrorizavam. Como forma de pressão faziam chegar até nós notícias de prisões e morte. (COMISSÃO ESPECIAL, 2012p, p. 11)

Apesar de terem atuado na resistência ao regime a partir da difusão de ideias; em decorrência de sua prisão, Vânia e suas colegas tiveram dificuldade de resistir às violências utilizadas pelos militares e acabaram revelando as informações de que tinham conhecimento a respeito das atividades de combate ao regime. Apesar disso, ela procurou se reerguer dentro das suas possibilidades, tentando minorar os impactos que a brutalidade das ações da ditadura tivera em sua vida pessoal.

Podemos compreender, a partir da análise da documentação, que as mulheres estavam fortemente envolvidas na resistência ideológica ao regime, engajadas no compartilhamento de informações, em ações visando a conscientização da população e estabelecendo contatos entre os membros das associações políticas clandestinas. Por outro lado, existia a participação feminina nos partidos e instituições que, na sua ação, iam além da difusão de ideias revolucionárias. A militância, afinal, buscava se beneficiar das aptidões dos militantes para otimizar a luta. Com isso, cada pessoa contribuía como podia, seja em movimentos armados, como no caso da Vanguarda Armada Revolucionária de Palmares/PE, ou apenas através de envolvimento indiretos como a militância no movimento estudantil e em pequenas reuniões domiciliares para discutir ideias. De toda forma as mulheres se fizeram presentes em todas as instâncias da luta contra a Ditadura Militar. Ainda que em número menor do que os homens, elas marcaram sua presença e fizeram valer sua voz diante de uma sociedade que a todo custo as buscava silenciar.

2. 2 Resistência à Repressão: Estratégias de Enfrentamento à Violência Estatal

Quando a prisão era deflagrada, ou mesmo na ocasião de sequestros ilegais, era preciso recorrer a uma resistência mais física e subjetiva, do que ideológica. Assim, o enfrentamento não era mais especificamente ao regime como exercício político, mas sim às violências promovidas pelo Estado contra suas carnes. Resistir, neste sentido, significava não dar aos militares o que eles queriam e negar as informações a todo custo. Além disso, resistir também era se manter viva, pois ainda que fosse difícil não ceder às torturas, muitas acabaram pagando com suas próprias vidas e tendo seu paradeiro desconhecido. Manter-se viva, constituir família, profissão e amizades também era uma forma de não dar aos militares o poder de destituir de suas carnes a dignidade de ser corpo.

Com isso, as diversas formas de violência que vimos serem utilizadas para atingir os corpos femininos não conseguiriam surtir efeito, desde que aquela mulher estivesse munida de estratégias para resistir a elas. Assim, o primeiro passo diante da prisão era garantir que de alguma forma sua detenção fosse veiculada; isso tornava mais difícil o desaparecimento daquela pessoa, pois a família já saberia do seu paradeiro e se caso houvesse algum falecimento, teriam muitas evidências de que ela estava no DOPS ou DOI-CODI. Maria Teresa Vilaça nos revelou detalhes dessa estratégia para lidar com a repressão, nos primeiros momentos após a detenção:

Quando uma pessoa era presa, a primeira coisa que a família tinha que fazer, ou que se tentava fazer o partido, todo mundo, era que fosse oficializada a prisão, no sentido de sair em algum lugar que foi presa fulana de tal ou foi preso fulano de tal. Isso dava uma segurança de quem fosse procurar poder dizer que “tá aqui dizendo que foi”, antes diziam que não tinha ninguém e às vezes você estava lá dentro. [...] Se morreu, se estava lá dentro, se aguenta ou se não aguenta... (VILAÇA, 2023, p. 21)

Com isso, os mecanismos para lidar com a violência do Estado foram sendo cada vez mais adaptados para desvencilhar-se das ofensivas dos agentes da repressão. Segundo ela, portanto, inicialmente houve até uma tentativa de negar que as pessoas estavam presas, esconder suas presenças nas delegacias, isso dava margem para muitas coisas, não só a possibilidade de desaparecimento. Além disso, era comum os militares deixarem presos políticos incomunicáveis por dias, enquanto estivessem realizando interrogatórios, portanto essa estratégia também evitava esse abuso de autoridade. Quando uma pessoa era presa, iniciava-se uma articulação dos que estavam fora para fugir, livrar-se de vestígios e provas. Continuando com o relato:

[...] A grande preocupação era aguentar 42 ou 72 horas, depois se não aguentasse, porque a gente não tinha noção... Eu pensava assim: “eu vou chegar, vou gritar tanto que vou ficar rouca e não vou conseguir dizer nada”, olhe que besteira de adolescente, adolescente não, porque eu fui presa com 24 anos e saí com 28. Isso que você tinha que fazer, para isso, também era preciso que a organização lá fora funcionasse muito bem, porque se eu tenho 48 horas ou 72 para segurar e eu seguro o que for... “Não, não sei qual é seu nome, não sei...” Você [a pessoa que também fazia parte da militância] que eu não cheguei e que está lá no chamado aparelho, que era a casa, você tem que desaparecer. Não adianta se daqui a 72 horas alguém abria e a polícia chegasse lá, poderia encontrar. Então era uma coisa que precisava... [...] É, precisava ser uma coisa coletiva mesmo, e cada um cumprindo as normas. (VILAÇA, 2023, p. 21).

A partir da vivência de Maria Teresa, podemos observar uma movimentação interessante para compreensão dos processos estudados. Era de conhecimento entre eles que a tortura era uma condição que levava os indivíduos a cruzarem os limites humanos, portanto, não havia incompreensão por parte dos companheiros caso alguém acabasse revelando informações nessas condições. O que era tomado como medida para remediar essa situação era um trabalho cooperativo; é por este motivo que também era extremamente importante ser divulgada a prisão, pois quando se tomasse ciência de que alguém foi preso iniciava-se o processo de fuga dos que estavam em liberdade. Com isso, quanto mais tempo a pessoa aguentasse na tortura e interrogatórios, mais chances ela dava

aos seus colegas de escaparem. Teresa se referiu a um prazo de 48 a 72 horas, apesar disso não identificamos nos outros processos a existência de um tempo mínimo. No geral, quanto mais aguentasse, melhor, se não conseguisse aguentar por mais tempo, era compreensível, afinal a tortura foi assumindo uma roupagem cada vez mais brutal com o recrudescimento do regime.

A utilização de codinomes e pseudônimos era uma tática que também os ajudava no momento da tortura, pois era possível que de fato o torturado não soubesse o nome verdadeiro de quem acabavam entregando. Isanysis Cardoso, conforme abordamos no capítulo anterior, foi uma das mulheres que não possuía envolvimento com a militância e nem sabia o nome verdadeiro do seu então namorado, o que fez com que ela não revelasse o seu paradeiro à polícia. Isso retardou a prisão de José Calixtrato, só quando ele foi preso que ela conseguiu identificá-lo. Apesar disso, os militares acabavam conseguindo identificar alguns codinomes por conta dos interrogatórios e eles mesmos não tinham certeza se se tratava de um nome verdadeiro ou uma identidade falsa. As vezes acontecia situações inusitadas, como esta que Maria Teresa nos relatou:

Eu tinha vários nomes de guerra, entre eles Adriana, que eles perguntaram muito por mim. Bateram muito em mim perguntando muito por mim a mim mesma (risos). “Você conhece Adriana, uma mulher desce não sei aonde com uns pacotes não sei de que”, eu respondia: “Não, não e não”. (VILAÇA, 2023, p. 19).

Por outro lado, nos prontuários individuais também é possível encontrar alguns casos em que os policiais tinham a informação do nome e do codinome, para realizar as buscas e interrogatórios a partir disso. A intenção era prender o máximo de pessoas envolvidas com a militância, para destruir a oposição ao regime.

Algumas mulheres que estavam mais à frente dos partidos e instituições ligaram-se à montagem de células dos grupos em vários estados. Essa articulação dependia de um grupo entrosado e bem-informado, para que tudo que fosse realizado como atos da oposição contasse com uma boa organização e causasse o mínimo de danos e presos possível. Na mesma linha desse raciocínio classificatório para subversão os agentes usaram e abusaram da designação de “terrorismo”. Eram terroristas aqueles que estivessem contrários às ações do governo e respondessem às suas investidas violentas contra a população de forma equivalente.

Essas pessoas normalmente vinham de outros estados e países para trabalhar na difusão de ideias e na articulação dos partidos e organizações. Com isso, a resistência à repressão também assumiu uma roupagem armada, disposta a fazer o que fosse necessário

para garantir que a oposição ficasse alheia aos acontecimentos políticos no Brasil. Dentre os casos de luta e resistência armada que mais ganharam notoriedade, tanto durante como após o regime, no estado de Pernambuco, estavam os de Soledad Barret Viedma⁷² e Pauline Reischtul⁷³.

Nascida em 6 de janeiro de 1945, no município de Laureles, Paraguai, Soledad é filha dos comunistas Deolinda Viedma Ortiz e Alex Rafael, teve sua vida marcada por mudanças de endereço, devido ao envolvimento político da família. A trajetória de Soledad ilustra que desde muito jovem a violência contra seu corpo foi utilizada na tentativa de reprimi-la politicamente e que, através dele, ela resistia. De acordo com o que consta no relatório da Comissão, quando estava no Uruguai, em 1962, “[...] foi sequestrada e agredida por um grupo neonazista que tentou obrigá-la a gritar palavras de ordem em exaltação a Hitler e contrárias à Revolução Cubana” (PERNAMBUCO, 1973a, p. 275), como uma resposta à recusa dela em fazer o que eles queriam, gravaram a cruz suástica em sua pele. E, apesar de tudo, continuou resistindo e se envolvendo ativamente na política.

Em Cuba, conheceu José Maria Ferreira de Araújo, um marinheiro brasileiro que foi exilado no país, durante a ditadura cubana, por fazer parte da organização intitulada como Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Com ele, Soledad se casou e teve uma filha, sua primogênita Ñasaindy de Araújo Barrett. A partir de então, uma série de acontecimentos trágicos dão rumo a sua história, até o estabelecimento dela no Brasil.

No ano de 1970, seu então marido é preso e morto no DOI-CODI de São Paulo, por estar envolvido com organizações ditas comunistas. Ela só toma conhecimento que estava viúva no ano seguinte, quando chega ao Brasil para encontrá-lo. Depois disso, retornou ao Uruguai, onde permaneceu até ser encaminhada para atuar na organização da VPR no Nordeste, quando passou a residir em Pernambuco. A guerrilheira foi morta entre os dias 8 e 9 de janeiro de 1973, no município de Paulista. Na ocasião, ela tinha um relacionamento e morava com o militar disfarçado José Anselmo dos Santos, conhecido como “Cabo Anselmo”, de quem estava grávida de seu segundo filho. A esse respeito, José Anselmo realizou e planejou a operação que ficou conhecida como o Massacre da Chácara São Bento, responsável pelo assassinato tanto de Soledad, como de outros

⁷² As fontes consultadas sobre o caso são provenientes do Prontuário Individual de Soledad Barrett Viedma, presente no acervo do APEJE (PRONTUÁRIO INDIVIDUAL, 1973b) e, do volume I do Relatório final da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (PERNAMBUCO, 2017a, p. 275-301).

⁷³ As fontes consultadas sobre o caso são provenientes do Prontuário Individual de Pauline Reischtul, presente no acervo do APEJE (PRONTUÁRIO INDIVIDUAL, 1973b).

integrantes da VPR. Além disso, segundo o relatório da comissão, desde antes do golpe ser decretado em 1964, o cabo atuava como informante para os militares.

Dessa maneira, a versão oficial construída pela documentação do DOPS-PE é de que ela e outros cinco integrantes dessa organização política foram mortos por reagir a tiros à ordem de prisão dada pelos agentes de segurança pública, no dia 08 de janeiro de 1973. Toda narrativa ditatorial, que foi difundida pelos jornais, gira em torno de que os “terroristas” estavam em uma reunião clandestina realizada na Chácara de São Bento e responderam violentamente aos policiais, as reportagens continham, inclusive, fotos deles baleados no lugar, ou seja, eles não teriam dado aos militares outra alternativa, senão utilizar a força letal para se defender do desacato.

Ademais, nos documentos de antecedentes presentes em seu Prontuário Individual, descrevem Soledad como uma ativista do Partido Comunista do Paraguai. Citam também o seu envolvimento com o militante José Maria e destacam a figura do seu avô, o escritor anarquista Rafael Barrett (PERNAMBUCO, 1973b, p.14). Desse modo, a imagem formada sobre Soledad na documentação oficial é de que ela era uma terrorista que veio ao Brasil para difundir os ideais comunistas e que a sua morte havia sido causada devido à sua reação violenta aos agentes de segurança.

Entretanto, as elucidações feitas a partir das investigações da CEMVDHC permitiram chegar à conclusão de que, na verdade, os membros da VPR foram mortos e capturados em situações diferentes, que sequer houve tiroteio, mas sim a tortura foi que ocasionou seus óbitos. De acordo com a revisitação, foi estabelecido que:

A “Operação Kimble”, uma empreitada com o objetivo de aniquilar aquele grupo de militantes reunidos em Pernambuco, resultou em uma série de sequestros ou desaparecimentos, ultimados por assassinatos. As autoridades apresentaram uma falsa versão do seu desfecho. (PERNAMBUCO, 1973a, p. 282).

Com isso, desde o planejamento até a execução, a operação objetivava não só para reprimir como para eliminar o grupo. No que diz respeito ao sequestro de Soledad, a pesquisa sobre o caso, realizada pela Comissão, se pautou sobretudo nos depoimentos de seu irmão, Jorge Barrett, e da comerciante Sonja Cavalcanti Lócio, que na época encomendava bordados à vítima para revendê-los em uma butique.

Com efeito, a narrativa levantada é que ela e sua companheira de militância, Pauline Reichstul, se localizavam na loja da Sonja, na manhã do dia 8 de janeiro de 1973, quando foram surpreendidas por dois carros com agentes do DOI-CODI, que as levaram de maneira violenta. Pauline, filha de Selmon Reichstul e Valla Sthel Reichstul, vinda da

Tchecoslováquia, possuía apenas 26 anos quando foi presa e compartilhava com sua amiga o intuito de fazer parte da implantação da Vanguarda Revolucionária no Recife. Seu destino assim como o de Soledad foi marcado pelos militares e seu nome ficou durante longos anos lembrado pela sua associação ao “terrosismo”.

A partir da CEMVDHC, foram realizadas novas perícias que indicaram que além dos ferimentos a bala, algumas das vítimas apresentavam hematomas o que indica que houve espancamento. Outro aspecto que se contrapõe à versão oficial, fornecida pelo DOPS-PE, é que as imagens e perícias realizadas nas fotos não indicaram sinais de tiroteio ou que sequer houve um congresso no lugar. Como resultado, portanto, foi indicada a retificação dos atestados de óbito bem como a localização dos restos mortais dos corpos não identificados, dentre eles o de Soledad. A resistência nesses casos não se deu apenas por parte de Soledad e Pauline, que infelizmente tiveram um trágico e cruel destino graças à repressão. Mas seus vestígios mortais, os restos de suas carnes e seu legado persistiram, para que mesmo depois de anos sua verdadeira história fosse revelada a partir de relatos e perícias. Assim, a resistência se apresenta como um movimento contínuo que se desenrola para além da Ditadura.

2.3 Memória, trauma e testemunho: a utilização de relatos na construção da história da Ditadura, uma resistência continuada

Durante a realização das entrevistas, nos ocorreu perguntar às mulheres de onde elas achavam que vinha a capacidade de resistência delas. Pretendemos, portanto, trazer na íntegra a perspectiva delas com relação a isso, dialogando com o que foi estudado acerca do período e de suas vivências. Iniciando com a resposta de Isanysis Cardoso, que foi a primeira mulher que entrevistamos na pesquisa. Antes, precisamos levar em consideração algumas questões que perpassam seu relato; Isanysis, diferente das outras mulheres que entrevistamos, representa um grupo que, apesar de frequente na documentação, não recebeu muitos holofotes na construção da história sobre as mulheres do período. Assim como muitas, ela não possuía envolvimento político, seu marido por outro lado era uma figura de destaque na militância. Dessa maneira, ao longo da vida, ela passou por poucos momentos em que ela foi a personagem principal nos estudos sobre ditadura⁷⁴.

⁷⁴ Inclusive cabe descrever como se deu o processo de encontrá-la para a concessão da entrevista, porque diferente das outras entrevistadas, o acesso à ela foi mais difícil. A partir das informações sobre os nomes das mulheres que estavam vivas ou não, pesquisa feita a partir de consultas ao site da Receita Federal e do Cadastro nacional de Falecidos, coloquei o nome de Isanysis, assim como o de todas as outras, no *Google* para tentar achar alguma informação, mas não tive sucesso na busca. Em seguida, procurei seu nome no

Desse modo, como em muitos outros casos, a figura de Isanysis esteve por muitos anos à sombra das experiências de seu marido, José. Ao ser perguntada de onde vinha sua capacidade de resistência, ela respondeu: “Eu acho que foi do amor, porque eu gostava muito dele, matava e morria por ele. Depois quando ele saiu da cadeia, nós voltamos para João Pessoa, conseguimos colocar um comércio, mas meu marido nunca deixou a militância, até hoje.” (CARDOSO, 2022, p. 10). Complementei dizendo que pelo que tinha entendido, ela nunca teve interesse propriamente na atividade política. E sua resposta a isso foi bastante intrigante: “Não, eu entrei de gaiata na situação, mas gostava muito de ir para as palestras, os encontros. Minha filha, meu depoimento é fraco, porque eu não era militante.” (CARDOSO, 2022, p. 11). Destaquei na ocasião a importância e riqueza de seu relato, que ela trazia para pesquisa informações relevantes e nos ajudaria bastante a compreender o período. A sensação que tive é de que ela pareceu estar surpreendida pelo destaque dado ao seu relato, suas vivências, e não sobre seu marido.

Contudo, é interessante perceber que para ela suas experiências tornavam seu relato fraco. Independentemente de estar envolvida com a militância ou não, Isanysis sofreu diversos tipos de violência e tortura, mas ainda assim resistiu a todas elas. Mesmo o processo tendo causado traumas profundos, ela refez sua vida após ter sido colocada em uma situação extrema, sem sequer ter relação direta com a atividade política. Ao ser perguntada se ela passou a se enxergar, ver seu corpo, de forma diferente depois da tortura, se ela imaginava que era tão resistente, respondeu: “Nesse ponto você tem razão, eu vi que a gente aguenta tortura, você diz o que quer, por mais tortura que você passe, você só diz o que quer dizer.” (CARDOSO, 2022, p. 10). Segundo ela, a violência não consegue ser tão efetiva para conseguir arrancar informações de quem não está disposta a falar.

Esse relato de Isanysis difere dos que virão a seguir, pois veremos mulheres que por estarem envolvidas com a militância, destacaram a motivação política como uma força motriz para continuarem resistindo. No caso das pessoas colocadas nos porões da ditadura, mesmo sem ter envolvimento com ações de caráter político, não havia outra motivação, senão continuar tentando viver e, para isso, provar sua inocência diante de homens que desacreditaram delas, assim como de qualquer outro. Nesse sentido, a

Scholar Google, pois caso ela tivesse concedido alguma entrevista ou tivesse algum artigo, dissertação e tese sobre ela, poderíamos entrar em contato com a pessoa que realizou o trabalho para tentar conseguir o contato dela. Curiosamente, também não tinha nada escrito sobre Isanysis e sobre sua atuação no período da Ditadura, mas existia um agradecimento à ela, na dissertação de sua filha, Tereza Larissa de Cardoso. Entramos em contato, portanto, com a filha dela, que foi bastante solícita e possibilitou que a entrevista acontecesse.

resistência à repressão apresenta roupagens e estratégias distintas, mas em todo caso as subjetividades se encarregam do papel de dar forças para o corpo continuar. Isanysis ainda destacou, durante seu relato, uma certa preocupação com o negacionismo acerca do período ditatorial:

Eles conseguiram abafar e alienar cada vez mais a juventude, você pode perguntar a qualquer universitário. Eles não sabem de nada, acham que esse governo aí [Jair Bolsonaro] é o melhor do mundo e não existiu tortura, não existiu Ditadura no Brasil. A gente é uma prova viva. Agora eu lhe digo: foi tanta luta, morreram tantas pessoas, estudantes lutando pela democracia naquele tempo, no que foi que deu? Morreram. Se você analisar bem, verá que um pouco de estudantes não mudaria esse país, porque a população não apoiava. Eram os heróis, tem suas vantagens, seus exemplos, que era um trabalho muito bonito, mas não tinham o apoio da população e se você não tiver está perdido. Foi o que aconteceu, conheci muitos que morreram, jovens, estudantes universitários, pessoas boas que possuíam aquele ideal, viviam por aquilo, como até hoje meu marido vive com o idealismo dele. (CARDOSO, 2022, p. 3).

Por mais que fizesse questão de destacar ao longo de seu relato que ela não possuía envolvimento com partidos políticos, Isanysis mostrou seu descontentamento com a juventude. Segundo ela, há uma falta de interesse em mobilizar a sociedade por parte dos mais jovens. Além disso, em sua perspectiva, a luta do período em que foi presa acabou não sendo muito efetiva por falta de apoio da população. Esse sentimento, inclusive, é corroborado em outros relatos que coletamos, de que a luta não se findou com a retomada da democracia, na verdade ela assumiu outras nuances.

Para as que eram militantes, existia algo mais; confiar no corpo, que é forte o suficiente para se regenerar diante das agressões causadas, era essencial. Além disso, o corpo-subjetividade-política se fazia como o principal motivador para que elas continuassem, mesmo que a carne cedesse aos limites da dor. Como é o caso de Helena Serra Azul Monteiro, que foi a segunda mulher a ser entrevistada pela pesquisa:

Eu acho que é de tudo isso, sabe? Eu acho que é você ter certeza de que você está do lado certo da história. Para mim, eu acho que essa é a questão. Acho que tem uma frase, se não me engano é do Darcy Ribeiro, em que ele disse que ele não gostaria de estar do lado da história dos opressores, alguma coisa que ele diz isso... Por que não foi do lado dos vencedores, não é? Quando você tem um processo desse. Mas eu acho que a gente tem que ter lado, a gente tem que ser coerente com o que pensa, estar em paz. E eu acho que isso vem desde sua formação, sabia? Outro dia eu estava conversando isso. E tem também a questão da solidariedade, de você querer um mundo melhor, de você querer um projeto inclusivo, uma sociedade inclusiva e não excludente, não é? Assim, é muito claro para mim isso tudo. Então acho que isso me dá

forças. Tem pessoas que deram a vida, e tem todas essas histórias. Acho que a coerência, sabe? Quando o “Chico” faleceu, um professor meu, que foi uma das coisas mais emocionantes, vou até procurar para saber por onde é que anda. Ele fez uma nota, e mandou para mim, em que ele faz uma homenagem ao “Chico”, dizendo que ele conheceu a gente desde jovens, porque foi nosso professor. Ele ainda está vivo, sempre foi assim meio de centro, direita, mas sempre foi uma pessoa muito humana. Aí ele dizia: “Olhe, apesar de eu não pensar como vocês, de discordar, mas eu tenho que elogiar a coerência”. Aí ele diz isso, sabe? Que o “Chico” sempre foi muito coerente, nunca foi oportunista, sempre teve um lado. Então acho que isso é uma coisa muito bonita, você chegar nessa altura. E, uma vez, um tio meu que também era um cara muito coerente, um exemplo para mim, numa dessas reportagens, porque ele faleceu com mais de noventa anos, perguntaram para ele se ele não se arrependia de alguma coisa. Ele disse: “Olhe, minha filha, se chegar na idade de eu dizer que eu nunca fiz nada errado é um absurdo. Agora eu olho para trás e sempre achei que eu estava do lado certo. Eu sempre tive coerência. Não quero dizer que nunca cometi erros, porque isso é um absurdo, não é? Faz parte do ser humano”, uma coisa assim. Muito interessante, não é? Então eu acho que tudo isso que dá força, sabe? A história da própria humanidade, tudo, para você ter um mundo melhor, a solidariedade. (MONTEIRO, 2022, p. 16)

Para Helena, a força que a fez resistir não só aos processos violentos pelos quais viveu, mas para que ela continuasse seguindo em frente na luta mesmo após estar em liberdade, consiste em uma motivação pessoal pela construção de uma sociedade melhor. Ela reconhece, em sua perspectiva, que não estava do lado dos vencedores, mesmo que a ditadura tenha se encerrado em 1985. Isso é um pensamento que vale ser ressaltado, pois nessa ótica, como houve muitas perdas, mortes e injustiças no reconhecimento da história, não houve vitória. De mais a mais, processos como a Anistia dos torturadores e movimentos pró-intervenção militar ocorridos na década de 2010 e 2020, reforçam ainda mais esse sentimento de fracasso da luta contra a Ditadura Militar. Entretanto, para ela é importante estar posicionado politicamente, e ressalta que encontra sua paz em saber que não esteve do lado dos opressores. Nesse sentido, faz referência à uma célebre frase do antropólogo Darcy Ribeiro:

Fracassei em tudo o que tentei na vida. Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui. Tentei salvar os índios, não consegui. Tentei fazer uma universidade séria e fracassei. Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei. Mas os fracassos são minhas vitórias. Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu. (Apud BBC NEWS BRASIL, 2022)⁷⁵.

⁷⁵ A frase citada é um trecho do discurso que o antropólogo, etnólogo, educador, escritor e político Darcy Ribeiro (1922-1997) proferiu na Universidade Sorbonne, em Paris, quando recebeu o título de Doutor Honoris Causa.

Estabelecendo um paralelo entre o que foi dito ao longo da entrevista com Helena e a referência que ela trouxe ao final da entrevista, podemos constatar que para ela, apesar do sentimento de derrota, seguir lutando pelos seus ideais dá forças para ela continuar resistindo. Trazemos, desse modo, mais um trecho de seu relato que reflete bastante o seu sentimento com relação a ideia de perda:

Alguns tinham ideia pelo exemplo que iam conseguir convencer a população, outros achavam que não seria pelo exemplo, seria por um trabalho diário e tal, outros que tinha que esperar passar, quer dizer, nós tivemos várias linhas de pensamento, de raciocínio e perdemos. Nós perdemos. A gente precisa enfrentar isso, sabe? Olhar de frente mesmo. A gente perdeu, porque a gente ou compreendeu mal ou a gente estava baseado em um tipo de teoria que fazia com que a realidade fosse quase que socada dentro ou alguns aspectos a gente nunca deu importância, como por exemplo, as mentalidades, como se expressam as coisas nas pessoas, a compreensão, o sentido, o sentido das palavras. (VILAÇA, 2023, p. 10).

Nesse sentido, há dois elementos que se destacam para que a resistência continue viva e que justificam essas mulheres buscarem publicizar suas histórias após o período ditatorial. Em primeiro lugar, existe um sentimento comum de que ainda há muito o que ser feito pela sociedade; em segundo lugar, há uma constante iminência e ameaças de golpes na democracia brasileira, que colocam em risco a segurança de muitos jovens, que assim como elas, clamam por mais liberdade e justiça social. O histórico democrático do país é um assunto bastante delicado, dada a fragilidade do sistema político na história brasileira. Soma-se a isso, o apagamento que o tema da Ditadura Militar sofreu durante anos, provocando uma dificuldade em afirmar a seriedade e os danos irreparáveis causados pelos militares envolvidos com o regime ditatorial.

A terceira mulher a ser entrevistada em nossa pesquisa foi Lilia Maria Pinto Gondim. Para ela, podemos enxergar uma relação semelhante com a resistência, no sentido de se pensar que este movimento de resistir é contínuo e se estende para além da Ditadura Militar. Em suas palavras:

Olhe, eu acho que essa resistência, ela vem de você acreditar que um dia a situação das pessoas no mundo vão ser muito melhores, sabe? Um dia tudo que a gente pensava desde adolescente, uma mudança no aspecto social, no aspecto econômico do país, no aspecto de melhorias de vida das pessoas vai acontecer. Eu acho que é a confiança nisso que faz com que você não desista nunca, que você muda a forma de luta, muda o lugar onde você tá agindo, mas a perspectiva é a mesma, você não perde isso, acho que é daí é que vem, que vem força, que vem vontade de continuar. (GONDIM, 2022, p. 24).

Segundo a entrevistada, não houve desistência, porque existe uma confiança de que está se trabalhando para um país melhor. A sensação que nos dá é de que há um intuito de fazer valer a luta iniciada, não apenas por ela, mas pelos companheiros que também estão engajados nos mesmos valores e que tiveram seus direitos interrompidos. Assim, resistir é também não desistir de lutar pela democracia e fazer da memória sobre seus traumas um instrumento para a construção da história. Consoante a historiadora Marta Rovai:

No caso das mulheres, em especial, os relatos orais apresentam-se como caminhos para que elas possam entrar em cena na chamada “grande história”, em que geralmente estiveram invisíveis, dela foram relegadas à vida privada, ou simplesmente situadas nos bastidores de lutas atribuídas aos homens. Mesmo na resistência contra o regime autoritário, não só os perpetradores trataram de calá-las, mas a própria esquerda ligada à luta armada poucas referências fizeram a elas. (ROVAI, 2013, p. 111-112).

De fato, a história oral, como método, traz contribuições inegáveis para destacar as vivências que por vezes são negligenciadas na escrita da História. Entretanto, é necessário ressaltar que apesar de todos os esforços para tanto, essas mulheres não foram silenciadas pelo regime e nem tiveram suas vozes caladas pelos militares. Elas podem não ter tido o espaço necessário para que seus relatos ecoassem, mas nunca se calaram diante dos acontecimentos. Nesse intuito, nossa pesquisa se valeu não apenas do recorte de gênero, como também de um espaço geográfico posposto pela historiografia. Estamos falando de mulheres que vivenciaram a repressão em Pernambuco, a maioria oriunda do Nordeste brasileiro. Se seus relatos porventura não receberam atenção midiática e da população foi de fato por uma falta de interesse de terceiros em divulgar suas narrativas, mas elas sempre se articularam para falar e buscaram ter participação ativa na política.

Assim, relatar os traumas que lhes ocorreram nesse período não se trata apenas de mais uma forma de resistência. De acordo com o pesquisador Márcio Seligmann-Silva, narrar o inenarrável nesse sentido é perpetuar um tempo quase paradoxal, “Mais especificamente, o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa. O trauma mostra-se, portanto, como o fato psicanalítico prototípico no que concerne à estrutura temporal” (2008, p. 69). Há, nessa perspectiva, um teor de irrealidade no que as sobreviventes experimentam acerca da memória de seus próprios traumas e esse processo torna complexa a noção de realidade.

Com efeito, ao realizar as entrevistas e leitura de múltiplos relatos que foram realizados em diferentes anos, é possível perceber que há uma noção do tempo que funde

o passado e o presente. Isso corrobora com a noção de que o que elas vivenciaram há anos, segue existindo, ainda lhes dá motivos para que continuem com os mesmos ideais, como se de fato o passado não tivesse passado.

Nesse sentido, a resposta da quarta e última entrevistada pela pesquisa, Maria Teresa Vilaça, trouxe bastante elementos para se refletir.

Eu acho que, na minha maneira de ser, a resistência vem primeiro porque nada melhorou, o mundo não melhorou. Então ainda continua a ser uma hipótese, ainda continua a ser uma possibilidade aquilo que a gente defendia. É como se fosse assim: está provado por A + B que eu estava certa. Aí tem outras, são várias resistências, tem essa mais geral e tem as outras. Essa do corpo, eu escapei, no começo dá a maior dúvida: “por que eu não morri? eu falhei? eu errei?” você não pode imaginar como dá vontade de morrer, como dava vergonha de estar viva. Isso eu acho (emocionada) que é uma das maiores torturas que eles conseguem, porque é preciso um tempo muito grande para você ver que escapou por sorte, porque não dá para matar todo mundo... Eu não sei porque eu escapei, mas não importa, importa é que estou aqui continuando, importa é que estou aqui. Acho que é assim, como se eu tivesse muitos olhos, muitas bocas, de todos que se foram (emocionada), acho que tenho muitos pensamentos de todos que conheci, desde a faculdade, todos os partidos, de tudo, trabalhadores e trabalhadoras que nunca vi... Mas é isso, eu me sinto como se eu fosse responsável por continuar a ser esse sinal de que é possível outra sociedade, de que é possível a gente nascer para ser feliz. É só isso que a gente quer, não é nada complicado, econômico, filosófico, nada. É apenas, porque se a humanidade criou o alfabeto, é um instrumento a que todos têm direito; se criou o liquidificador, é um instrumento; se criou a casa... É só isso, eu não vejo qual é o problema, a não ser... aí entram as teorias, mas para mim primeiro vem os sentimentos, porque eu não aprendi as coisas primeiro nas teorias. Aliás, eu estudei mais dentro da prisão do que antes, porque lá eles não entendiam muito bem os nomes de livro, se tivesse “massa” e “vermelho” não entrava, poderia ser: “como fazer esmalte vermelho”, não entrava, mas se entrasse “psicologia das massas”, não entrava; mas entrou, por exemplo, “A ideologia Alemã, de Marx”, eu não consegui nem ler de tanto que me tremia e pensando “Meu Deus, será que esses homens não viram”. É como, por exemplo, na Paraíba, tinha um caso de uma pessoa que na casa dela tinha uma tábua de logaritmo e eles acharam que era código, também teve lugar que eles procuraram Sófocles. Nesse meio todo entrou “A ideologia Alemã” e eu olhava Marx e Engels e ficava pensando: será que eu estava vendo aquilo mesmo? O que é que eu fazia: Yoga, estudava francês, lia tudo quanto era livro quando estava na cela sozinha. É isso, mas aí fica para outra história, porque o babado é forte, como se diz aqui. Não sei se era isso que você esperava. (VILAÇA, 2023, p. 27).

Por ter sido uma das mulheres a ter o encarceramento mais longo no presídio Bom Pastor, Maria vivenciou várias etapas da repressão, desde a detenção e várias etapas na prisão. Ao ser perguntada de onde vinha sua resistência, a resposta trouxe uma visão dela

não apenas sobre o regime ditatorial, mas que serve para que ela siga resistindo porque a sociedade não mudou, não se alcançou a realidade onde ela e seus companheiros queriam chegar, quando iniciaram nos movimentos sociais. Que sua resistência é múltipla, são várias, mas que de maneira geral ela existia porque, segundo ela, ainda há a possibilidade de conquistar o que se defendia desde o período ditatorial; uma sociedade mais justa e igualitária em oportunidades e acesso.

Por outro lado, existe uma sensação de responsabilidade em seu relato, que como seu corpo sobreviveu, ela tem um compromisso de continuar a luta por aqueles que não tiveram o mesmo destino que ela. A culpa de ser sobrevivente de um regime responsável por tantas mortes é um sentimento que machuca e, segundo ela, dá continuidade a tortura que sofreu, mesmo que não tenha mais um agente torturador atuando diretamente. É um sentimento de incompreensão que para ela vem acompanhado da certeza de que, se fosse possível, toda oposição estaria morta.

Uma maneira de interpretar as respostas dadas nas entrevistas realizadas na pesquisa é retomando ao que nos cabe, enquanto produtora de conhecimento historiográfico. Existe uma relação muito particular entre cada uma dessas mulheres com o que lhes ocorreu durante o regime ditatorial. Elas descreveram suas histórias da maneira como querem que elas sejam comunicadas; como narrativas ucrônicas que são, histórias que se desenrolam em uma realidade alternativa, onde os eventos históricos não ocorreram exatamente da forma como conhecemos, podendo até ser criado um cenário diferente daquele registrado na historiografia. Essas narrativas partem da questão: "e se" certos acontecimentos tivessem sido diferentes, permitindo uma reflexão sobre os impactos e as consequências de possíveis desvios históricos (Cf: DAVID, 2013, p. 167). As narrativas passam pelo campo da memória, onde são criadas narrativas racionais e intencionais sobre o que se é interrogado.

As formas de resistência a ditadura foram múltiplas, mas possuem elementos em comum. Na situação de tortura, é essencial diferenciar entre a "carne" e o "corpo" da vítima. Durante a tortura, as mulheres perdem seus direitos como cidadãs e deixam de ser reconhecidas como um corpo humano, transformando-se apenas em carne viva, nua e exposta. A resistência surge das carnes, da vida que luta para não morrer, como a última barreira contra a necropolítica. A reafirmação como corpo humano se dá ao suportar a dor, ao não falar ou mentir e, acima de tudo, manter-se viva.

A sobrevivência de indivíduos que passaram por tortura não apenas marca a resistência física e psicológica, mas também simboliza uma vitória sobre a tentativa de desumanização. Estar viva, após enfrentar a brutalidade da tortura, representa um ato

contínuo de resistência. A luta pelo reconhecimento como um ser humano com direitos é evidenciada na narrativa do documentário *Que Bom Te Ver Viva*⁷⁶, onde a resistência é retratada não apenas como uma sobrevivência física, mas também como a manutenção da dignidade e da identidade, mesmo diante de tentativas de aniquilação moral e psicológica. Estar viva é não só um alívio, mas também um indicativo que independente de tudo, os corpos femininos continuaram e continuam resistindo.

Tópico 3 - Mães e Gestantes: O Corpo Feminino Como um Território Partilhado

3.1 Corpos em Conexão: Maternidade como Motivador da Resistência Feminina

Algo que não pode deixar de ser notado durante a leitura dos processos é a relação íntima entre o corpo feminino cis e a maternidade. Militantes ou não, parcela significativa das mulheres da amostra ou eram mães ou estavam grávidas no momento de suas prisões. Nesses casos, o corpo feminino não é apenas um espaço privado dessas mulheres, o corpo que gesta, torna-se também um abrigo que busca conferir proteção aos filhos, ainda que estes não estejam mais em seus ventres.

A vivência da ditadura para essas mulheres, por outro lado, mostra uma relação de resistência singular, onde a maternidade apresenta-se como força motriz e, ao mesmo tempo, como um ponto de fragilidade a ser explorado pelos torturadores. Nos vemos, portanto, em anuência com as palavras da pesquisadora Ana Paula Alves:

Assim, maternidade é intimidade. Essas mulheres resistem ao regime militar, resistem à tortura e à fragilidade causada por ele, resistem à fragilidade da própria vida e da vida de outro sujeito, que é uma extensão de seu corpo. Configura-se, então, um espaço de dupla fragilidade, pela fragmentação da intimidade dessas mães e pela fragilidade de seus filhos, dessas crianças expostas (ALVES, 2018, p. 107).

Quando não estavam sendo submetidas a arriscadas violências para uma gestante, como choques elétricos na vagina, espancamento, ameaças de aborto etc, a violência psicológica se constituía, mais uma vez, numa aliada da repressão, pois não deixar vestígios físicos no corpo gestante, significaria evitar comoção popular em torno do caso. De acordo com Tatianne Silva, existia um fator cultural acerca da gravidez que inibiam práticas da tortura:

A possibilidade da repercussão sobre torturas perpetradas a uma mulher grávida causaria uma comoção social, deslegitimando, questionando as

⁷⁶ MURAT, Lúcia. *Que Bom Te Ver Viva*. [Filme]. Brasil: Taiga Filmes, 1989.

práticas do regime ditatorial. E como foi discutido no início deste texto, mesmo para um governo ditatorial, certo grau de legitimidade popular se faz necessário. (SILVA, 2017, p. 99).

Entretanto, a partir do levantamento da documentação desta pesquisa, podemos identificar que apesar desse ponto de fato ser uma questão levada em consideração em alguns casos, a ocorrência de abortos e outras violências contra o corpo gestante também nos levam a considerar que nem sempre os torturadores estavam preocupados com a repercussão de suas atividades à serviço da Segurança Nacional. Os dados levantados, em conjunto com a análise dos relatos, na realidade mostram que existia uma certa confiança dos militares na impunidade de seus atos.

Desse modo, nossa hipótese é de que não existia uma especial consideração moral dos torturadores em relação a mulher por ela estar grávida, principalmente, tendo em vista que seria uma bebê de comunistas, dentro do corpo de uma comunista. Logo, a preocupação com as violências que seriam perpetradas contra aqueles corpos era mínimas, o interesse principal era em conseguir as informações, não importando muito quais os métodos para chegar nesse resultado, nem menos quais seriam as consequências. Até mesmo, porque essas poderiam ser minimizadas com as estratégias de apagamento largamente utilizadas na repressão.

A possibilidade de aborto também era algo que não dependia mais da subjetividade daquele corpo, um fator chave para a resistência, mas dependia unicamente de sua materialidade. Esse fato diferencia a resistência na maternidade das demais, pois não adiantava se enganar, pensar em aguentar mais cinco minutos⁷⁷. Resistir precisava ser um voto de confiança de que a carne poderia superar qualquer desventura para manter o feto vivo, enquanto por fora o corpo tentava manter-se inteiro. Assim, ambos, mãe e bebê, precisavam resistir juntos à repressão, visto que um fazia parte do outro como apenas uma carne, um corpo.

Fátima Elizabeth Ferreira da Silva⁷⁸ possui uma história que nos faz considerar que, por outro lado, a gestação avançada foi o motivo de sua resistência, de sua vontade de continuar e foi um fator decisivo para os acontecimentos que lhe ocorreram. Natural

⁷⁷ Essa estratégia de resistência à tortura ficou bastante conhecida através dos relatos concedidos pela presidenta Dilma Rousseff (LEMOS; MACIEL. 2020), nos quais afirma que para conseguir lidar com as agressões era necessário recorrer às subjetividades, para fazer o corpo aguentar as dores. Com isso, ficava repetindo para si mesma que mais cinco minutos de tortura ela aguentaria, passado o tempo, se convencia que aguentaria mais dois minutos e assim passavam-se os dias.

⁷⁸ As fontes consultadas sobre o caso são provenientes do Prontuário Individual de Fátima Elizabeth Ferreira da Silva, presente no acervo do APEJE (PRONTUÁRIO INDIVIDUAL, 1974) e do site da CEMVDHC no Processo da Comissão Especial de Ex-presos Políticos (COMISSÃO ESPECIAL, 2012d).

do Quixadá-CE, nascida em 9 de novembro de 1942, ela era filha de Manoel Rodrigues da Fonsêca e Maria Rocilda Ferreira da Fonsêca. Ela era integrante da Ação Popular em Fortaleza-CE, onde atuou realizando panfletagens e pichamentos contra o regime ditatorial. Após a prisão de sua irmã, Iracema Serra Azul da Fonseca, em 1972, mudou-se para Campina Grande-PB, no intuito de driblar a repressão. No ano de 1973, mudou-se para Recife-PE, onde se fixou com o marido, na clandestinidade, até que acabou sendo descoberta pela polícia militar. Em junho de 1974, foi sequestrada junto com outros companheiros e levada para um cárcere clandestino. Na ocasião estava grávida de sete meses. Foi torturada durante seus interrogatórios, estupraram-na e só a pouparam de choques devido ao estado avançado da gravidez:

Fui chamada várias vezes para interrogatório. Para obter respostas, me colocaram de joelho, encapuzada; batiam no meu rosto e me assediavam sexualmente. Para humilhar e enfraquecer-me. Não sofri choques elétricos. Acredito que pelo adiantado da gravidez. Numa dessas sessões de tortura, ouvi um deles cochichando: “E melhor parar a sessão, ela vai abortar.” (COMISSÃO ESPECIAL, 2012d, p. 21).

Desconfiavam que ela era esposa do então presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), André Guedes, e por esse motivo ela foi perseguida durante anos pelo Estado, mesmo essa suposição sendo improcedente. Como ela e seus irmãos possuíam envolvimento com a militância, acabaram sendo presos oficialmente pois acabaram confessando suas atividades, depois de resistir e segurar as informações por aproximadamente três dias, para dar tempo de seus companheiros fugirem. Após cerca de um mês, Fátima foi solta e retornou ao Ceará. Pouco tempo depois de dar à luz ao seu filho, Manoel Carlos, foi procurada novamente pela Polícia Militar. Em decorrência da perseguição, fugiu para o Mato Grosso, para viver na clandestinidade com seu marido, Jeová Maciel de Alencar. A partir da leitura de seu relato fica perceptível que a maternidade foi algo decisivo para que sua luta continuasse, mesmo que para os agentes da repressão não houvesse nenhuma possibilidade de isso poupá-la de sofrer violências.

Maria de Lourdes da Silva⁷⁹ também possui uma trajetória marcada pela repressão enquanto gestava sua criança. Nascida em Timbaúba - PE, a 10 de março de 1941, filha de José Sérgio da Silva e Ana Izidorio da Silva, suas atividades na militância política se iniciaram desde o deflagrar do Golpe de 1964, através da Juventude Operária Católica e

⁷⁹ As fontes consultadas sobre o caso são provenientes do Prontuário Individual de Maria de Lourdes da Silva, presente no acervo do APEJE (PRONTUÁRIO INDIVIDUAL, 1972) e do site da CEMVDHC no Processo da Comissão Especial de Ex-presos Políticos (COMISSÃO ESPECIAL, 2012k).

em seguida aproximou-se da Aliança Libertadora Nacional. Foi presa, em 21 de fevereiro de 1972, por agentes da Polícia Federal e levada encapuzada ao Quartel General do IV Exército. Apesar de Maria possuir não apenas a pele escura com feições negroides e cabelo crespo, seu registro no DOPS, assim como em outros casos, negava a sua negritude através do termo classificatório “parda cl.”, que indicaria que ela seria parda clara. Isso, conforme discutido anteriormente, reafirma o racismo institucional e a invisibilidade oficial das pessoas pretas no período. Durante seu período de prisão, foi torturada, mesmo estando grávida, recebendo ameaças de que seria medicada forçosamente com abortivos ou de que ela seria presa e sua criança quando nascesse seria entregue à adoção. Após cerca de 30 dias foi levada à Secretaria de Segurança Pública, onde os interrogatórios continuaram, apesar de terem suspenso a aplicação de choques em suas carnes.

A leitura do processo de indenização deixa evidente que a criança foi um motivador de sua resistência. Sobre sua capacidade de resistir, a advogada Lenísia Leite Sobeslavsky ressaltou que no auge da repressão, Maria de Lourdes passou por um: “Momento inesquecível, de forte comoção, para a Requerente, que apesar de debilitada, sentiu movimento fetal no seu debilitado ventre anunciando que o bebê estava vivo, que indubitavelmente lhe gerava energias positivas para continuar resistindo.” (COMISSÃO ESPECIAL, 2012k, p. 22). Foi libertada no dia 03 de março de 1972 e mais uma vez a família se destacou no processo como suporte para a resistência dela, já que pode fazer o pré-natal, dar à luz e criar sua criança em segurança.

As que já tinham tido seus bebês, foram obrigadas a abandonar seus filhos em decorrência da prisão, mesmo que fossem muito novos para serem separados das mães. O trauma, nesse sentido, atinge não só as mulheres como também as crianças, e trazia para elas uma dor provocada pela culpa e pela impotência. Além disso, algumas, que estavam grávidas, infelizmente acabaram abortando em decorrência das violências da repressão. Ser mãe e lutar contra a ditadura militar era ter a consciência de que talvez isso fosse atingir negativamente suas crianças. Entretanto, se opor ao regime nessas condições representava um gesto de luta para que isso não acontecesse com outras mulheres e crianças.

Melânia de Almeida Araújo trouxe, em seu relato para o processo de indenização, um relance da dor que sentiu ao ser separada das suas crianças: “[...] insegura, não tive mais condições de criar meus três filhos (...) sinto que perdi o caçula, meu filho (chora), não pude estar presente para lhe dar o meu amor. O amor que a mulher de meu esposo felizmente pôde dar. Isto é uma dor muito grande” (COMISSÃO ESPECIAL, 2012n, p.

25). O trauma dela foi uma dor que outras mulheres infelizmente também passaram, algumas tiveram prejuízos irreparáveis.

Áurea Santos da Silva⁸⁰, assim como Melânia, precisou renunciar à maternidade em nome da resistência ao regime. Ela é natural de Taquaritinga do Norte - PE, filha de Agaú Claudino dos Santos e Petrolina Maria da Conceição. Foi presa em 24 de maio de 1971, juntamente com outros militantes. A prisão ocorreu em decorrência de uma reunião da Vanguarda Armada, que foi surpreendida pela ação de agentes do DOI-CODI, que invadiram sua residência. Os agentes os conduziram encapuzados para o Quartel General do IV Exército, onde funcionava o DOI-CODI, sendo em seguida remetidos para o DOPS da Secretaria de Segurança Pública/PE. Em 1960, ela havia participado das Ligas Camponesas, posteriormente por influência do marido entrou para a Vanguarda Armada Revolucionária de Palmares/PE, onde atuou intensamente. Áurea foi obrigada a abandonar seus dois filhos por conta da prisão: José Bezerra, que havia sido ferido na ação do DOI-CODI e Edileuza, que foi enviada a um orfanato. A separação das crianças é grifada no processo como um processo extremamente violento e traumático.

Trazemos também o relato de Geraldina de Lima Santos⁸¹, que passou por outra experiência infringida pela repressão aos corpos e carnes das mulheres mães e gestantes. Ela é natural de Recife-PE, nascida em 09 de maio de 1944, filha de Severino Correia de Lima e Lenira da Silva Lima. Em meados de novembro de 1973, foi surpreendida em plena madrugada com uma voz de prisão. Quatro homens lhe encapuzaram e levaram para um local onde havia outras pessoas sendo torturadas. Em suas palavras:

Decorrido este tempo fui levada a um recinto, ainda encapuzada, e ali sob ameaça de ser enterrada viva, levar choques elétricos, ser jogada num poço com os pés e braços amarrados além de ser tratada aos gritos e com palavras obscenas, iniciou-se um interrogatório, visando obter informações sobre minhas atividades políticas e de outras pessoas ligadas ao movimento político contrário ao regime militar vigente. Ali permaneci até a noite, sem condições de realizar higiene íntima apesar do pós-parto imediato, como também impossibilitada de amamentar, o que causou sérios transtornos a mim e a minha filha recém-nascida. (COMISSÃO ESPECIAL, 2012z, p. 37).

⁸⁰ As fontes consultadas sobre o caso são provenientes do Prontuário Individual de Áurea Santos da Silva, presente no acervo do APEJE (PRONTUÁRIO INDIVIDUAL, 1971a) e do site da CEMVDHC no Processo da Comissão Especial de Ex-presos Políticos (COMISSÃO ESPECIAL, 2012b).

⁸¹ As fontes consultadas sobre o caso são provenientes do Prontuário Individual de Geraldina de Lima Santos, presente no acervo do site da CEMVDHC no Processo da Comissão Especial de Ex-presos Políticos (COMISSÃO ESPECIAL, 2012z)

A falta da possibilidade de amamentação, a negação desse direito assegurado pela lei, trouxe impactos não apenas para ela, mas também para sua filha. A separação da mãe dos seus filhos, junto a ameaças recorrentes de que estes iriam para orfanatos, de que elas nunca mais poderiam vê-los, era uma dor visceral, mas também um agente motivador para não desistirem. Era necessário continuarem vivas para que quando tudo acabasse, elas terem a chance de ir em busca desses que são descritos como uma espécie de extensão dos seus corpos.

3.2 “Calanguinho”: Maternidade e Solidariedade Feminina sob a Ditadura Militar

Mais um caso singular de maternidade nos chamou atenção, por refletir uma resistência maternal que não foi individual, mas uma experiência coletiva. Quando Helena Serra Azul estava em clandestinidade, na Zona da Mata pernambucana, antes de sua prisão, ela descobriu estar grávida de seu primeiro filho. Por volta do segundo mês de gestação, acabou sendo presa, em 24 de novembro de 1969, conforme visto no segundo capítulo desta dissertação. Na entrevista que nos concedeu, ela ressaltou que houve uma solidariedade entre os militantes para tentar protegê-la e proteger seu feto, inclusive ela não tinha contado que estava grávida, foram os outros detidos que alertaram os policiais para tentar amenizar as agressões às suas carnes:

Eu estava grávida. Sim, também, no período que eu estava no DOPS foi, assim, muito terrível. Ainda que o pessoal do processo tentasse me proteger. Como eu estava grávida, a Ana teve um dia que chegou e disse: “olha, ela tá grávida”, porque eu não tinha dito. A gente ficava numa dúvida danada assim que eu cheguei. “Digo ou não digo?”, com medo da ameaça de aborto, essas coisas... Mas aí a Ana achou que a coisa estava tão grave que era melhor dizer, porque éramos em nosso processo eram mais de 5 pessoas. E aí era melhor dizer que eu estava grávida, dizer que meu pai, que: “o pai dela é advogado, está sabendo e qualquer coisa que acontecer, a família vai acionar”. Aí o que foi que aconteceu, eles trouxeram o “Chico” para... Além deles terem também me torturado com tortura física psicológica, todos meus depoimentos eram de madrugada e eu não gosto de falar disso, é coisa que me traumatiza, não falo. E eles torturaram o “Chico” na minha frente. É algo assim terrível, porque você sabe que você não é culpado, que o culpado são eles, mas dá uma sensação horrorosa, sabe? Por que você se sente responsável pela outra pessoa, sabe? (MONTEIRO, 2022, p. 10)

Esse temor em revelar que estava grávida era uma situação que se repetiu em vários casos, por motivos distintos. Existia o medo de sofrer abortos forçados e estupros, eram aflições que envolvia o corpo gestante por inteiro, que engloba não só a mãe quanto o feto ou bebê. Lilia Gondim, que também foi uma figura importante para a trajetória de Helena, passou por uma situação semelhante em sua segunda prisão, que foi clandestina, segundo narra:

Então, eu levei muito choque, levei muita pancada com pedaço de tábua nas mãos, na sola do pé, ele dizia: “Bate na barriga que não fica marca” e eu com medo, porque estava grávida, mas eu não queria dizer que estava grávida, porque na época a gente ainda tinha aquela ilusão de que se eu sou virgem, ninguém vai me torturar sexualmente, entendeu? Eles não me torturaram sexualmente, mas eu segurei que era virgem, não podia dizer que estava grávida. Então, eles bateram bastante na minha barriga, ficou cheia de ronchas. Não abortei, não perdi minha filha, fez 49 anos esse ano, mas assim, a tensão era muito grande. E outra coisa, se eu dissesse que estava grávida, eu tinha que dizer que tinha um companheiro, né? Eu tinha que dizer quem era meu companheiro e não queria nomear ninguém, tinha ninguém, não era ninguém, se não estivesse grávida era só eu e pronto (GONDIM, 2022, p. 17).

Desse modo, é relevante observar que para além do medo de revelar a gravidez, para não sofrer ainda mais violências físicas ao seu corpo gestante, Lilia também escondeu a informação para proteger seu então companheiro afetivo.

Contudo, no caso de Helena, as outras pessoas que estavam presas intervieram ao revelar que ela estava grávida, com o objetivo de evitar certas violências. Apesar disso, as violências psicológica e institucional se fizeram presentes em seu caso. De acordo com seu relato, durante o julgamento no Tribunal Militar, o promotor militar se fez valer de argumentos misóginos, como o de que ela era irresponsável por estar grávida e envolvida com a militância. Em sua opinião, apesar de estar na clandestinidade, não existiam muitas provas para condenar ela e o marido, mesmo porque eles resistiram em dar informações quando dos interrogatórios, por isso os militares, no seu caso, tiveram que recorrer a fundamentações morais e ilegítimas mesmo para a Lei de Segurança Nacional. De todo modo, ela foi condenada à reclusão na Colônia Penal Feminina, o Bom Pastor, onde permaneceu mesmo depois de dar à luz: “Aí depois o Manuel, que é meu filho, ele tinha nascido, porque aí já foi no ano seguinte, ele nasceu em 1970, eu fui presa no final de 1969 e ele ficou conosco oito meses. Só que ele não tinha mais condições de ficar, começou a ter crises convulsivas.” (MONTEIRO, 2022, p. 11). E nesse espaço da prisão mais uma vez a maternidade foi um elemento fundamental de sua história. Segundo Tatianne Silva:

Na Colônia Penal, Helena pôde ficar com Manoel até os dez meses. Posteriormente, ele passou a morar com a avó materna até que Helena estivesse em liberdade. Nesses dez meses, Calanguinho – como foi apelidado pelas presas políticas – tornou-se filho das dez presas políticas que cumpriam pena no Bom Pastor (SILVA, 2017, p. 100).

O apelido dado ao seu filho é bastante simbólico, pois faz referência a um lagarto pertencente à família *Tropiduridae*, comum e predominante no Nordeste brasileiro. Calanguinho foi uma representação da resistência ao regime, pois a gestação se manteve mesmo em meio às prisões e torturas, e sua maternidade foi compartilhada entre as mulheres que dividiram a ala de presas políticas junto com Helena. Em virtude dos processos traumáticos, ela relatou que, após o nascimento de seu filho, desenvolveu um quadro de lúpus que, segundo seu médico, poderia nunca ter ocorrido ou se manifestado de forma muito leve. Com isso, suas companheiras acabaram se revezando no cuidado com o bebê:

Eu ia visitar as meninas lá no Bom Pastor, mas eu fiquei assim, eu fui das que me apeguei muito a “Calanguinho”, Helena ficou doente depois que ele nasceu e eu ficava muito com ele, cuidava, então eu tinha muita saudade de “Calanguinho”, depois que ele foi embora com a mãe de Helena para Fortaleza e até hoje eu chamo ele de “Calanguinho” e engraçado que ele veio passar um carnaval na minha casa quando eu morava em Olinda e a minha secretária dizia: “Dona Lilia, seu Calango ainda não chegou” (risos). (GONDIM, 2022, p. 16).

A sororidade e afeto no caso de Helena e de seu filho mostra como a resistência assumiu distintas roupagens. Assim, resistir era ser uma força contra a opressão que a todo custo queriam tirar delas a dignidade de ser cidadãs.

É fundamental retomar a ideia do corpo como espaço de inscrição dos acontecimentos históricos. O corpo humano, enquanto entidade dotada de direitos e dignidade, registra as marcas das violências sofridas e das resistências empreendidas. As mulheres que enfrentaram a tortura lutaram incessantemente para não serem reduzidas a meras carnes nuas, desprovidas de sua humanidade e direitos. Esse esforço de resistência e de manutenção da dignidade era reforçado, naquelas que eram mães, o que fica evidenciado no documentário *Vou Contar para Meus Filhos*⁸², onde as sobreviventes narram suas experiências, mostrando que, ao contar suas histórias, elas reafirmam sua condição de seres humanos completos e dignos, recusando-se a serem definidas apenas pelo sofrimento que lhes foi imposto. Assim, a narrativa dessas mulheres se torna um testemunho da luta contra a desumanização e da afirmação contínua de suas identidades e direitos. Elas assumiram, como missão, resistir e sobreviver, para que depois pudessem contar aos seus filhos tudo o que viveram enquanto carnes e na lua por preservarem seus corpos.

⁸² SIQUEIRA, Tuca. *Vou Contar para Meus Filhos*. [Documentário]. Brasil: Projeto Marcas da Memória, 2011.

CONSIDERAÇÕES INFINDAS

O processo continua, a luta continua, a história continua, a gente passa, mas o importante é que a gente saiba que outras pessoas, outras gerações vão aproveitar uma sociedade igualitária.

Maria Teresa Vilaça - Vou contar para os meus filhos

Iniciamos este trabalho com a pergunta “Por onde começar?”, que intitulou o primeiro tópico do primeiro capítulo de nossa dissertação. Esse questionamento nos remete à reflexão de como colocar no papel tudo que foi lido e pesquisado durante o período de efetivação do mestrado, um processo que foi particularmente difícil para mim⁸³. Uma vez tendo os resultados da pesquisa apresentados em formato de texto, nos vimos diante de uma outra indagação, não menos instigante para nós: “como concluir?”. Missão essa que parece mais simples do que a escrita de tudo que foi trabalhado até o momento, mas não é.

Findar um trabalho de escrita - em meio a tantas pesquisas feitas, discussões empreendidas e vínculos criados-, nos faz retomar o termo que designou, desde o início, nosso trabalho, que destacamos na introdução desta dissertação, ou seja, a noção de desafio. Entretanto, atendo-me a percepção de que esta pesquisa não se encerra juntamente com os prazos do mestrado e que uma das nossas ambições com esta pesquisa é levantar discussões que sejam ecoadas, alimentadas e, também, debatidas, tanto por nós como por nossos pares da comunidade científica. Nosso desejo é que o produto desta dissertação, portanto, continue sendo escrito e trabalhado, mesmo após o ponto final desse texto. Trazemos, por este motivo, nossas considerações infindas, pois assim como afirma Maria Teresa Vilaça, a história continua e esta é nossa expectativa, dar continuidade a um trabalho iniciado por outros pesquisadores e pesquisadoras, para que o nosso também seja continuado.

Lançar-se no estudo do período que se inicia com o Golpe Civil-Militar de 1964 é, em grande medida, voltar-se para as práticas de memória e testemunho. As memórias que, coletiva e individualmente, se viram suprimidas, adulteradas, violentadas,

⁸³ Diante de alguns desafios pessoais enfrentados, dificultados pelo TDAH e Dislexia, condições que me acompanham desde a infância, que naturalmente dificultam o processo de escrita, mas que foram minimizados, graças ao acompanhamento dos profissionais, suporte do meu orientador e da Secretaria de Inclusão e Acessibilidade.

abandonadas, mas também sempre resistentes, ainda que a duras penas, é alvo de discussão tanto no interior da historiografia, como fora dela. Isso porque o lembrar e o narrar os acontecimentos de um regime que tomou como premissa básica a prática de violências, é renegar o adormecimento daquilo que dói, daquilo que doeu. É não perpetuar essa dor através do silêncio, através do apagamento, mas sim descortiná-la, para que suas marcas incomodem aqueles que estão no presente, numa intensidade que provoque a ojeriza e a repulsa, dificultando a aceitação de tudo aquilo que se assemelhe a essas ações, a sistemas de governo parecidos, ou mesmo discursos saudosos que deturpam a memória dos que sofreram com a repressão do Estado.

No ano em que nosso trabalho se conclui (2024), nos vemos em uma distância de apenas 60 anos do Golpe que deu início aos acontecimentos que aqui foram trabalhados. Essa proximidade temporal ressalta a importância de revisitarmos e entendermos a história sob novas perspectivas, especialmente aquelas que têm sido marginalizadas ou postas em segundo plano. A opção da pesquisa por estabelecer o estado de Pernambuco como foco, destacando a atuação das mulheres no interior da história da ditadura militar, foi uma estratégia de pesquisa intencionalmente utilizada para compreender narrativas fora do eixo Rio-São Paulo, largamente documentados pela historiografia. Ao enfatizar a região Nordeste e suas especificidades, buscamos contribuir para historiografia trazendo um estudo sobre a movimentação dos agentes femininos entre os anos de 1968-1974, suas lutas e resistências durante um período de repressão política severa.

Trazer o corpo feminino como espaço de inscrição das memórias e da história foi o foco de nossa pesquisa, forma pouco óbvia de realização deste trabalho. Nos propomos a investigar como os corpos femininos foram violentados e transformados em carnes nuas durante a repressão militar, detalhando as agressões sofridas pelas mulheres no espaço corpóreo. Essa abordagem permitiu uma compreensão de como a tortura e outros abusos impactaram as vidas dessas mulheres, não apenas fisicamente, mas também psicológica e socialmente. A discussão nos levou também a um questionamento sobre a linguagem que reveste o poder sobre os corpos, trazendo assim uma simbologia para violência.

Também buscamos nos centrarmos no corpo feminino resiliente, destacando a resistência contra o regime ditatorial praticada ao rés das carnes, como elas se tornaram a última fronteira entre a vida e a morte, a desistência, a rendição e a resiliência. Se, por um lado, houve muita violência, é necessário sublinhar que a resistência política e existencial também se fez presentes durante todo o período que durou o regime. A resistência, a luta dessas mulheres não se manifestaram apenas na sobrevivência, mas também na sua capacidade de resistir e de reivindicar sua humanidade, mesmo nas circunstâncias mais

adversas. Neste sentido, vimos que o corpo dessas mulheres em muitos casos se viu como um espaço partilhado, pois a maternidade o tornou abrigo. Resistir sendo mãe, é também resistir pelos filhos, por conta dos filhos, o que traz uma dinâmica peculiar para a trajetória dos corpos femininos estudados pela pesquisa.

Acredito, enquanto pesquisadora e mulher militante, que nenhum trabalho científico consegue ser suficientemente completo ou pioneiro. É, portanto, minha esperança de que essa dissertação contribua para as áreas de pesquisa da história política e de gênero, mas compreendo que ela não é um ponto final e que este trabalho nem poderia existir, se não fossem as pesquisadoras e pesquisadores que me antecederam ou que estão atuando simultaneamente a mim, buscando trazer temáticas por vezes deixadas em plano secundário pela escrita da história. Por outro lado, me mantenho confiante de que as lacunas aqui apresentadas sejam destacadas não como fragilidades ou talvez até ignoradas em sua existência inquietante, mas como possibilidades para pesquisas futuras. É, portanto, um trabalho infindo, de passos para o diálogo com histórias que muitas vezes não receberam o devido destaque no panorama geral do período, mas com provocações para que se possa avançar a partir de tais estudos.

Ao longo desta dissertação, a trajetória de resistência das mulheres foi analisada sob diferentes ângulos, mostrando que o corpo feminino não é apenas um espaço receptáculo de violência, mas também um campo de batalha onde a luta pela dignidade e pelos direitos humanos se desenrola. Assim, concluímos que a história dessas mulheres é essencial para a compreensão do impacto social do regime ditatorial brasileiro, servindo como um testemunho da força e resiliência feminina diante da opressão. Por outro lado, Pernambuco estabelece teve uma posição de destaque durante a Ditadura, onde indivíduos se articularam tanto ao lado do regime como veementemente em sua oposição.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. (MAIS)CULINOS: outras possibilidades de corpos e gêneros para as carnes sexuadas pela presença de um pênis. *Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História*, [S. l.], v. 17, n. 29, p. 260–281, 2020. DOI: 10.18817/ot.v17i29.776. Disponível em: <https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/776>. Acesso em: 31 mar. 2023.
- ALMADA, Pablo Emanuel Romero. O NEGACIONISMO NA OPOSIÇÃO DE JAIR BOLSONARO À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 106, 2021. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092021000200513&tlng=pt>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- ALMEIDA, Lady Christina de. **Protagonismo e autonomia de mulheres negras, a experiência das organizações: Geledés e Criola**. Fazendo Gênero 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, Florianópolis, UFSC, p. 01-11, 23 à 26 de agosto de 2010.
- ALVES, Ana Paula. “Eles torturavam as crianças na frente das mulheres”: **mulheres, trauma e maternidade na resistência à ditadura militar brasileira**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/14194>>. Acesso em: 01 jun. 2022.
- AMÂNCIO, Kerley Cristina Braz. “Lobby do Batom”: uma mobilização por direitos das mulheres. *Revista Trilhas da História*, v. 3, n. 5, p. 72-85, 2013.
- ARQUIVO CNV. **Testemunho de Rosa Maria Barros dos Santos à CNV**, 00092.001145/2014-50, em 21 de maio de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/Nota%2034%20-%2000092.001145_2014-50%20%20E2%80%93%20Rosa%20Maria%20Barros%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- AYERBE, Luis Fernando. **A revolução cubana (Coleção Revoluções do século XX)**. 1. ed. São Paulo, SP: Ed. UNESP, 2004.
- AZEREDO, Sandra Maria da Mata. Relações entre Empregadas e Patroas: reflexões sobre o feminismo em países multiraciais. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. *Rebeldia e Submissão: Estudos sobre Condição Feminina*. São Paulo: FCC/Vértice, 1989. p. 195-221
- AZEVEDO, Crislane Barbosa; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Teoria historiográfica e prática pedagógica: as correntes de pensamento que influenciaram o ensino de história no Brasil. *Antíteses*, 3(6), 703–728, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.5433/1984-3356.2010v3n6p703>> Acesso em 06 mar. 2023.
- BACK, Lilian. **A Seção Feminina do PCB no exílio: debates entre o comunismo e o feminismo (1974-1979)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BANDEIRA, Andréa. **Resistência Cor-de-rosa-choque**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

BARSTED, Leila Linhares. Legalização e descriminalização: dez anos de luta feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). **Pensamento Feminista: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 162 - 189.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 173 -194.

BBC NEWS BRASIL. **Justiça brasileira manda investigar caso de racismo em hotel de luxo em SP**. BBC News Brasil, 26 out. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63393757>. Acesso em: 16 ago. 2024.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Mulher negra no mercado do trabalho. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 03, n. 02, p. 479-488, 1995.

BRANDÃO, Luiz Henrique Santos. **Tóxico-subversão: anticomunismo e proibicionismo na construção do “inimigo interno” durante Ditadura Militar no Brasil**. 2019. 120 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. Tradução: Veronica Daminelli, Daniel Yago Françoli, São Paulo: Crocodilo Edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar, 14 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAMINO, Leôncio et al. A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. **Revista de Psicologia Política**, v. 1, n. 1, p. 13-36, 2001. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/101887345/artigo_4-libre.pdf?1683333029. Acesso em: 16 ago. 2024.

CARDOSO, Isanysis Castro. **Entrevista concedida a Luíza Vieira Cavalcanti**, no Google Meet, para o Projeto Corpos que falam: mulheres perseguidas, mas não silenciadas pela Ditadura Militar em Pernambuco (1968-1974). Olinda, 25-05-2022.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero**, Durban, África do Sul, p. 01-05, 27-28 de agosto 2001.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Revista Latinoamericana - Sexualidad, Salud y Sociedad**. Rio de Janeiro, n. 14, p. 319–351, ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/bwWdcsDTNwS9mxzBkX6MSmx/abstract/?lang=pt>. Acesso em 05 jun. 2013.

CAVALCANTI, Erinaldo. Medo, comunismo e repressão em tempos de ditadura militar: Pernambuco (1964–1968). In: CAVALCANTI, Erinaldo; CABRAL, Giovanni

(Orgs.). **A HISTÓRIA E SUAS PRÁTICAS DE ESCRITA: narrativas e documentos**. Recife, Editora UFPE, 2015.

CAVALCANTI, Geane Bezerra. **Lutas e resistências dos moradores da periferia da cidade do Recife (1955-1988)**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de história, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. 2017.

CERULO, Karen A. Identity construction: New issues, new directions. **Annual review of Sociology**, v. 23, n. 1, p. 385-409, 1997. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.soc.23.1.385>> Acesso em: 20 maio 2023.

CHADAREVIAN, Pedro. Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922- 1964). **Política & Sociedade**, Florianópolis, v.11, n. 20, p. 255- 283, abril de 2012.

CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. **Ciência, tecnologia e educação superior durante a ditadura militar - a pós graduação na universidade federal da Bhaia: o programa de pesquisa e pós-graduação em geofísica (1968-1985)**. In: CARDOSO, Lucileide; CARDOSO, Célia Costa; UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (Orgs.). **Ditaduras: memória, violência e silenciamento**. Salvador: EDUFBA, 2017.

CNV. Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. In: **Relatório da Comissão Nacional da Verdade: volume I**. Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014, p. 399 - 436. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

COELHO, M. Tortura e suplício, ditadura e violência. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 18, n. 32, p. 148–162, 2014. DOI: 10.23925/ls.v18i32.25698. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25698>. Acesso em: 4 jul. 2024.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Gênero, Militância, Tortura. In: AZAMBUJA, Mariana P. Ruwer; JAEGGER, Fernanda Pires; STREY, Marlene. (org.). **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 45 - 61.

COLLING, Ana Maria. **A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em Revista**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2006, p. 169-178. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11605>>. Acesso em: 10 out. 2022.

COMISSÃO ESPECIAL. **Ana Rita de Castro Almeida**. Processo n. 3015/01-OG-A, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2012a. Disponível em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/ana-rita-de-castro-almeida-pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

COMISSÃO ESPECIAL. **Áurea Santos da Silva**. Processo n. 444/01-OG-A, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2012b. Disponível em:

<<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/aurea-santos-da-silva-pdf>>.
Acesso em: 20 mai. 2022.

COMISSÃO ESPECIAL. **Eridan Moreira Magalhães**. Processo n. 417/01-OG-A, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2012c. Disponível em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/eridan-moreira-magalhaes-pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

COMISSÃO ESPECIAL. **Fátima Elizabeth Ferreira da Silva**. Processo n. 284/01-OG-A, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2012d. Disponível em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/fatima-elizabeth-ferreira-da-fonseca-pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

COMISSÃO ESPECIAL. **Genivalda Melo da Silva**. Processo n. 392/01-OG-A, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2012e. Disponível em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/genivalda-melo-da-silva-pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

COMISSÃO ESPECIAL. **Geraldina de Lima Santos**. Processo n. 523/01-OG-A, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2012z. Disponível em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/geraldina-de-lima-santos-pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

COMISSÃO ESPECIAL. **Helena Serra Azul Monteiro**. Processo n. 523/01-OG-A, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2012x. Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/helena-serra-azul-pdf;isad?sf_culture=en>. Acesso em: 20 mai. 2022.

COMISSÃO ESPECIAL. **Lylia da Silva Guedes**. Processo n. 434/01-OG-A, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2012g. Disponível em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/lylia-da-silva-guedes-galetti-pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

COMISSÃO ESPECIAL. **Lilia Maria Gondim Leitão**. Processo n. 421/01-OG-A, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2012h. Disponível em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/lilia-maria-gondim-leitao-pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

COMISSÃO ESPECIAL. **Maria Betânia Correia Lira**. Processo n. 239/01-OG-A, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2012i. Disponível em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/maria-betania-correia-lira-pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

COMISSÃO ESPECIAL. **Maria Cristina de Castro**. Processo n. 144/01-OG-A, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2012x. Disponível em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/maria-cristina-de-castro-pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

COMISSÃO ESPECIAL. **Maria da Conceição Correia Lira**. Processo n. 220/01-OG-A, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2012j. Disponível em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/maria-da-conceicao-correio-lira-pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

COMISSÃO ESPECIAL. **Maria de Lourdes da Silva**. Processo n. 278/01-OG-A, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2012k. Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/maria-de-lourdes-da-silva-pdf?sf_culture=pt_BR>. Acesso em: 20 mai. 2022.

COMISSÃO ESPECIAL. **Maria Tereza Lemos Vilaça**. Processo n. 342/01-OG-A, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2012l. Disponível em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/maria-tereza-lemos-vilaca-pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

COMISSÃO ESPECIAL. **Maria Yvone Loureiro Ribeiro**. Processo n. 142/01-OG-A, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2012m. Disponível em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/maria-yvone-loureiro-ribeiro-pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

COMISSÃO ESPECIAL. **Melânia de Almeida Araújo**. Processo n. 319/01-OG-A, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2012n. Disponível em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/melania-de-almeida-araujo-pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

COMISSÃO ESPECIAL. **Mércia de Albuquerque Ferreira**. Processo n. 253/01-OG-A, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2012o. Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/mercia-de-albuquerque-ferreira-pdf?sf_culture=pt_BR>. Acesso em: 20 mai. 2022.

COMISSÃO ESPECIAL. **Rosa Maria Barros dos Santos**. Processo n. 157/01-OG-A, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2012. Disponível em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/rosa-maria-barros-dos-santos-pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

COMISSÃO ESPECIAL. **Vânia Medeiros Macias**. Processo n. 478/01-OG-A, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2012p. Disponível em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/vanya-medeiros-macias-pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

COSTA JÚNIOR, José Veranildo Lopes da. Discursos sobre a Tortura de Mulheres Grávidas durante a Ditadura Militar. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, p. 187–197, 4 Mai. 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/13921>. Acesso em: 16 ago 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVID, Priscila. História Oral: Metodologia do Diálogo. **Patrimônio e Memória**, v. 9, n. 1, p. 157-170, 2013.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e Populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100–122, 2007.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. **Diálogos** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 18, n. 1, p. 75-92. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil, jan.-abr. 2014.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história para ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). **Pensamento Feminista: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 25 - 47.

ESCOBAR, Geanine Vargas. **Memória da militância negra durante a ditadura militar no Brasil e a luta antirracista através do acervo fotográfico de Oliveira Silveira (1971-1988)**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014

FARHAT, Saïd. **Tempo de gangorra: visão panorâmica do processo político-militar no Brasil de 1978 a 1980**. Editora Tag & Line, 2012.

FELIPE, Cesáro Porfirio Max. **Ligas camponesas como questão historiográfica: as diferentes faces do movimento**. Chisinau: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 2, p. 367–383, abr. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/r3mTrDmrWdBYKZC8CnwDDtq/>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, v. 09, n. 20, p. 05–74, 2017. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

FONSECA, L. S. AI-5: O mais severo dos Atos Institucionais editados durante o regime militar. Em: **Administração Contemporânea** 2. 1. ed. [s.l.] Editora Zh4, 2021. p. 147–159.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A Guilhon Albuquerque. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Emanuel de Andrade. **Dom Helder Câmara: Igreja e Imprensa durante a Ditadura Militar**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2020.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Associação editorial humanitas, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. **Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

GONDIM, Lilia Maria Pinto. **Entrevista concedida a Luíza Vieira Cavalcanti**, no Google Meet, para o Projeto Corpos que falam: mulheres perseguidas, mas não silenciadas pela Ditadura Militar em Pernambuco (1968-1974). Olinda, 17-11-2022.

HAYNES, Kathryn. Other lives in accounting: critical reflections on oral history methodology in action. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 21, n. 3, p. 221-231, 2010.

JUSBRASIL. **Hino de Pernambuco é cada vez mais popular e cantado em ritmos que vão do frevo ao rock**. JusBrasil, 2013. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/hino-de-pernambuco-e-cada-vez-mais-popular-e-cantado-em-ritmos-que-vao-do-frevo-ao-rock/143307903>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

KRISTEVA, Julia. **Powers of Horror: an essay on abjection**. New York: Columbia University Press, 1982.

LEMONS, Mariana; MACIEL, Camila. Dilma Rousseff: "tortura é dor e morte, eles querem que você perca a dignidade". **Brasil de Fato**, 15 jan. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/15/dilma-rousseff-tortura-e-dor-e-morte-eles-querem-que-voce-perca-a-dignidade>. Acesso em: 16 ago. 2024.

LEVY, Yair; ELLIS, Timothy J. A systems approach to conduct an effective literature review in support of information systems research. **Informing Science**, v. 9, 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

MARQUES, Luisi. **Meu país Pernambuco: entenda origens da expressão e do orgulho de ser pernambucano**. G1, Pernambuco, 4 mar. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/03/04/meu-pais-pernambuco-entenda-origens-da-expressao-e-do-orgulho-de-ser-pernambucano.ghtml>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

MARTÍN, Alfredo Guillermo. As seqüelas psicológicas da tortura. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 25, n. 3, p. 434-449, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282021733008>. Acesso em: 16 ago. 2024.

MARTINS, Ana Luiza Rios et FERNANDES, Emílio Albuquerque. Ditadura militar e o giro ético-político: os corpos silenciados pelo discurso hegemônico na MPB. **Esboços: histórias em contextos globais**, 2024, vol. 31, no 57, p. 312-329.

MAZUI, Guilherme. **Bolsonaro chama coronel brilhante ustra de “herói nacional”**. G1 - Brasília, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/08/bolsonaro-chama-coronel-ustra-de-heroi-nacional.ghtml>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

- MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2018.
- MIGUEL, M. O maio de 68 francês: sentidos e recuperações. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 2, p. 928–951, jun. 2018.
- MONTEIRO, Helena Serra Azul. **Entrevista concedida a Luíza Vieira Cavalcanti**, no Google Meet, para o Projeto Corpos que falam: mulheres perseguidas, mas não silenciadas pela Ditadura Militar em Pernambuco (1968-1974). Recife, 01-11-2022.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2014.
- MOREIRA, Nubia Regina. **Organização das feministas Negras no Brasil**. Vitória da Conquista: Edições UESB, Ciências Sociais-Sociologia, 2011.
- NASCIMENTO, Anne Raquel da Silva. **Entre o glamour e a marginalidade: a travestilidade no Diário de Pernambuco (1970-1985)**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. 2022.
- NEVES JÚNIOR, José Wilson Assis. Segurança Nacional e anticomunismo no Brasil pré-64: a ideologia de Golbery do Couto e Silva. **Em Tese**. Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 46-66, jul./dez., 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/1806-5023.2019v16n2p46>> Acesso em: 02 jun. 2022.
- PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil. **Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara: relatório final: volume I**. Recife: CEPE, 2017a. Disponível em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/relatorio-final-vol-1-web-pdf>>. Acesso em 10 jun. 2022
- PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil. **Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara: relatório final: volume II**. Recife: CEPE, 2017b. Disponível em: <<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/relatorio-final-vol-2-web-pdf>>. Acesso em 10 jun. 2022.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**, Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- PINHEIRO, Ester. Há 13 anos no topo da lista, Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo. **Brasil de Fato**, 23 jan. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo#:~:text=Apesar%20de%20a%20transfobia%20ser,dado%20come%C3%A7ou%20a%20ser%20registrado>. Acesso em: 16 ago. 2024.
- POLLAK, Vanessa. **Mulheres, patriarcado e ditadura: a trajetória de Dilma Rousseff nas páginas da imprensa tradicional brasileira**. Dissertação de Mestrado - Porto: Faculdade de Letras Universidade do Porto (FLUP), 2022.
- PORTELLI, Alessandro. Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de

Moraes; coords. **Usos & abusos da história oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 103-130.

PRECIADO, Paul B. **Testojunkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1, 2018.

PRONTUÁRIO INDIVIDUAL. **Ana Rita de Castro Almeida**, 1969a. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Número: 18564.

PRONTUÁRIO INDIVIDUAL. **Anatália de Souza Melo**, 1973a. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Número: 19845.

PRONTUÁRIO INDIVIDUAL. **Áurea Santos da Silva**, 1971a. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Número: 19280.

PRONTUÁRIO INDIVIDUAL. **Fátima Elizabeth Ferreira da Silva**, 1974. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Número: 19463.

PRONTUÁRIO INDIVIDUAL. **Lylia da Silva Guedes**, 1971b. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Número: 19185.

PRONTUÁRIO INDIVIDUAL. **Maria Cristina de Castro**, 1971c. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Número: 19209.

PRONTUÁRIO INDIVIDUAL. **Maria de Lourdes da Silva**, 1972a. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Número: 19546.

PRONTUÁRIO INDIVIDUAL. **Pauline Reishtul ou Silvana Demaro**, 1973b. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Número: 19849.

PRONTUÁRIO INDIVIDUAL. **Soledad Barret Viedma**, 1973c. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Número: 19848.

PRONTUÁRIO INDIVIDUAL. **Vânia Medeiros Macias**, 1969b. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Número: 18658.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, v. 28, p. 19-41, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752012000100002>. Acesso em: 16 ago. 2024.

RATHSAM, Luciana. **A política de desvalorização da ciência tem custo que ultrapassa o Teto de Gastos**. Unicamp notícias. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/04/26/politica-de-desvalorizacao-da-ciencia-tem-custo-que-ultrapassa-o-teto-de-gastos>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência: censura a Livros na Ditadura Militar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Fapesp, 2019.

REIS, Daniel Aarão. A vida política. In: REIS, Daniel Aarão (Coord.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964 - 2010**. v. 5, 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 75-126.

RILEY, Denise "Am I That Name?". Feminism and the category of women. **History Minneapolis**: University of Minnesota Press, 1990.

RODRIGUES, Carla. **O luto entre clínica e política**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

RODRIGUES, Denise Simões; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Sousa Avelino. A pesquisa documental sócio-histórica. In: MARCONDES, Maria Inês; TEIXEIRA, Elizabeth; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de (Orgs.). **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém: EDUEPA, 2010, p. 55-74.

ROIZ, Diogo da Silva. A reconstituição do passado e o texto literário: a resposta dos historiadores a “virada linguística”. **Diálogos** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Maringá/PR, v. 13, n. 3, p. 587-624, 2009. Disponível em:
<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36721/19011>>. Acesso em: 20 set. 2020.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). **Revista Tempo e Argumento, Florianópolis**, v. 5, n. 10, p. 108–132, 2013. Disponível em:
<<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013108>>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SAFATLE, Vladimir. **Do uso da violência contra o Estado ilegal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Primórdios do conceito de gênero**. Cadernos pagu, n. 12, p. 157-163, 1999. Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/download/8634812/2731>>. Acesso em 31 mar. 2023.

SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. **Revista Aurora, [S. l.]**, v. 3, n. 1, p. 101–108, 2009≥. Acesso em: 16 ago. 2024.

SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, v. 20, n. 1, p. 65–82, 2008.

SANTOS, Raquel Amorim dos, SIMÕES, Adriana Souza, et PEREIRA, Thyele Siqueira. Relações étnico-raciais e de gênero: identidade da mulher negra e professora da educação básica no nordeste do Pará. **Cenas Educacionais**, 2022

SALES, Suelwellyn Cassimiro. Mulheres negras em jornais: uma análise interseccional dos periódicos **O Povo e Diário Do Nordeste** (2003 a 2020 em Fortaleza-CE). 2023.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. **Ditadura e justiça militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)**. 2011. Tese (Doutorado em

História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Joseli Maria, et al. O corpo como elemento das geografias feministas e *queer*: um desafio para a análise no Brasil. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT Marcio Jose; CHIMIN JR., Alides Baptista (org). **Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013, p. 85-142.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, Repressão e Memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Tese (Doutorado em História) – CFCH, UFPE, Recife, 2007.

SILVA, Marcília Gama. O modus operandi do DOPS-PE e o seu papel em “Defesa da Segurança Nacional” de 1964-1985. In: SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Thiago Nunes (Orgs.). **Pernambuco na mira do Golpe, volume 2**: direitos humanos, acervos, política e sociedade. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. p. 169-192.

SILVA, Marcília Gama. **Revista do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano**. Recife, v. 42, n. 47, dez. 1997.

SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante. **Memórias femininas no Bom Pastor- PE: gênero, repressão e resistência durante a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985)**. Dissertação de Mestrado — João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017.

SILVA, Tauana Olívia Gomes. 2019. 189 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215039>. Acesso em: 23 out. 2024.

SOBREIRA, Janaína Porto. **Cidade com rosto de mulher: a trajetória do Movimento de Mulheres/Feminista em Natal (1978-1989)**. 2019. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28427>. Acesso em: 23 out. 2024

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. Proj. História, v. 25, p. 269-289, 2002, p. 270-278. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10592/7882>. Acesso em 20 jul. 2021.

SOUZA, Patricio Pereira Alves de. Ensaio sobre a corporeidade: corpo e espaço como fundamentos da identidade. **Geografares**, n. 7, p. 123-145, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/download/149/75>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SOUZA, S. T. de; RIBEIRO, B. de O. L. EDUCAÇÃO ESCOLAR E MODERNIZAÇÃO NO INTERIOR PAULISTA (FRANCA - DÉCADA DE 60). **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 7, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1888>>. Acesso em: 17 maio. 2023.

STOLLER, Robert J. **Perversão: a forma erótica do ódio**. hedra, 2015.

TAVARES, Lúcia Helena Medeiros da Cunha. A análise do discurso de traição francesa: um viés foucaultiano. In: CARVALHO, Cid Ivan da Costa; BARBOSA, José Roberto Alves (orgs.). **Teorias linguísticas**: orientações para a pesquisa. Mossoró: EdUFERSA, 2021. p. 125-156.

TELES, Amelinha. Introdução. In: ESTADO DE SÃO PAULO. **Infância Roubada**: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. São Paulo: ALESP, 2014.

TUAN, Yi-Fu. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista. **Geograficidade**, v. 1, n. 1, p. 4-15, 2011.

VILAÇA, Maria Teresa. **Entrevista concedida a Luíza Vieira Cavalcanti**, no Google Meet, para o Projeto Corpos que falam: mulheres perseguidas, mas não silenciadas pela Ditadura Militar em Pernambuco (1968-1974). Recife, 26-01-2023.

ZILBERMAN, Regina *et al.* **As pedras e o arco**: fontes primárias, teoria e história da literatura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ANEXOS

ANEXO I – Tabela completa com todos os processos utilizados na pesquisa

Acessível através do Link:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1WvjD8w9LgJR81oZTRB17tEcO6ReGNbVjeuhm_443C4/edit?usp=sharing

ANEXO II – Fotografia de Aureti Barros

Fotografia de Aureti Barros, minha avó, em um de seus blocos de carnaval favoritos, vestindo um traje confeccionado por ela mesma, inspirado no Estado de Pernambuco.

